

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ**  
**CENTRO DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**PAULO SÉRGIO MIGUEL**

**O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E A FORMAÇÃO DE SEUS**  
**PROFESSORES SOB A INFLUÊNCIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO PARANÁ**  
**(1957-2007)**

**CURITIBA**  
**2008**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PAULO SÉRGIO MIGUEL**

**O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E A FORMAÇÃO DE SEUS  
PROFESSORES SOB A INFLUÊNCIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO PARANÁ  
(1957-2007)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Linha de Pesquisa: História e Políticas da Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Elisabeth Blanck Miguel

**CURITIBA  
2008**

**PAULO SÉRGIO MIGUEL**

**O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E A FORMAÇÃO DE SEUS  
PROFESSORES SOB A INFLUÊNCIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO PARANÁ  
(1957-2007)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da PUCPR, linha de pesquisa: História e Políticas da Educação, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em educação.

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Elisabeth Blanck Miguel  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosa Lydia Teixeira Corrêa  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Pedro Leão da Costa Neto  
Universidade Tuiuti do Paraná

Curitiba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

## DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado exclusivamente a DEUS que me deu a sabedoria, inspiração e persistência para continuar a minha trajetória na Docência.

## AGRADECIMENTOS

À Deus pela sabedoria e persistência.

Aos meus pais, pela dedicação e esforços que tiveram para me educar e seguir na vida. Por estarem ao meu lado até os dias de hoje, por estarem sempre presente, mesmo eu estando ausente.

Aos meus irmãos, cunhado, cunhada, sobrinhas que sempre souberam entender a minha ausência nos encontros familiares e torcem para que eu tenha sempre sucesso.

Aos meus amigos por me incentivarem e também torceram para que eu conseguisse concluir esse mestrado.

Ao meu grande amigo Márcio Pissaia, que muitas vezes me orientou, aconselhou-me com toda a sua sabedoria, nos momentos difíceis, e torce por mim, hoje e sempre.

A minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Elisabeth Blanck Miguel, uma pessoa de um potencial in-mensurável, pela sua dedicação, sabedoria, paciência, pelos puxões de orelhas, agradeço eternamente.

A Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosa Lydia Teixeira Corrêa, pelas aulas que despertaram interesse em fazer a dissertação na linha de história.

Ao Prof<sup>o</sup> Dr. Pedro Leão da Costa Neto, por sua sempre leitura minuciosa, crítica e ajuda nas buscas de fontes de estudo, agradeço.

Enfim, a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marilda Aparecida Behrens, pela compreensão dos momentos difíceis, pelas palavras e pelo incentivo, meus sinceros agradecimentos.

Ó Deus Eterno, tu ouvirás as orações dos humildes e lhes darás coragem. (**Salmo 10**)

## RESUMO

Este estudo se situou no âmbito da linha de pesquisa de História e Política da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCPR. O presente trabalho teve como aporte na discussão sobre o curso de Ciências Contábeis e a formação de seus professores sob a influência da industrialização no Paraná no período de 1957-2007. O estudo enfocou principalmente a contribuição dos professores das instituições pesquisadas do curso de Ciências Contábeis para os discentes, o processo de desenvolvimento econômico sob o processo da industrialização. O estudo dedicou-se a responder: Houve influência do processo de industrialização do Paraná sobre o curso de Ciências Contábeis, e a formação de professores para esse curso no período pesquisado de 1957 a 2007? O objetivo geral da pesquisa foi estudar o curso de Ciências Contábeis e a formação de seus professores sob a influência do processo de industrialização no Paraná, no período de 1957/2007. Para termos bons entendimentos relacionados ao objetivo geral, especificaram-se os seguintes objetivos: 1) Pesquisar à influência do desenvolvimento econômico do Estado do Paraná e seus reflexos no curso de Ciências Contábeis nas instituições escolhidas para estudo; 2) Estudar a trajetória histórico-acadêmica do curso de Ciências Contábeis na educação superior, na UFPR e PUCPR; e 3) Identificar junto às Universidades, quais foram as determinações e as ações para qualificação dos docentes do curso de Ciências Contábeis. Um dos motivos que me levaram a pesquisar esse objetivo foi o seguinte: Por ser docente de uma instituição de ensino superior e não conseguir identificar o comprometimento dos professores em trabalhar o lado histórico de todo esse processo de industrialização, como também, o respectivo efeito econômico no estado do Paraná no curso de Ciências Contábeis. Para tanto, aplicou-se um questionário de 20 questões abertas, a um número de 12 professores, sendo 6 de cada instituição pesquisada e após uma entrevista semi-estruturada "in loco" com cada respondente como uma das técnicas da História Oral. Os principais autores que serviram de aporte para o estudo, foram: Le Goff (1996); Browne (1970); Thompson (1998); Wachowicz (1983); Martins (1937); Magalhães Filho (199/2006); Padis (1981); Ipardes (1981); Guaragni (2006); Westphalen (1969/1987); Sá (2002); Peleias, da Silva, Segreti e Chiroto (2007); Hoerner Júnior (1993); Siqueira (2006), entre outros. Como resultado da pesquisa, pode-se evidenciar a preocupação dos professores em partilhar os seus conhecimentos no dia-a-dia, a preocupação das IES em estar adequando a sua grade curricular aos anseios da sociedade e do mercado, e também a influência do curso de Ciências Contábeis sob o foco da industrialização, tanto no preparo do docente quanto do discente.

**Palavras-chave:** Ciências Contábeis; UFPR; PUCPR; Industrialização no Paraná; Docentes.



## ABSTRACT

This study points out the research of History and Politics of the Education, in the Program of After-graduation at PUC/PR. The present research has its quarrel on the course of countable sciences and the formation of its professors under the influence of industrialization in Paraná, in the period of 1957-2007. The study mainly focuses the professors contribution of the searched institutions of countable sciences course for the learners, the process of economic development under the process of industrialization. The study was dedicated to answer it: Was there any influence of Paraná industrialization process on the course of countable sciences, and professors formations for this course in the searched period of 1957 the 2007? The general objective of this research is to study the course of countable sciences and the formation of its professors under the influence of the process of the industrialization in Paraná, during the period of 1957/2007. For having a good agreement related to the general objective, we specify the following objectives: 1) research the influence of the economic development of Paraná state and its consequences in the course of countable sciences in the institutions chosen for study; 2) study the trajectory description-academic of Countable Sciences course in the superior education, UFPR and PUCPR; and 3) identify in the Universities, which determination and actions have been done for professors qualifications in Countable Sciences course. One of the reasons that led this search is because as a professor of a superior education institution it is difficult to identify professors compromised in working the historical side of this process of industrialization and the respective economic effect in Paraná state in countable sciences course. For in such a way, a questionnaire of 20 opened questions was applied, to a number of 12 professors, being 6 of each searched institution and after it was done an interview " in loco" with each one as one of the techniques of Verbal History. The main authors studied for the research, had been: Le Goff (1996); Browne (1970); Thompson (1998); Wachowicz (1983); Martins (1937); Magalhães Filho (1999/2006); Padis (1981); Ipardes (1981); Guaragni (2006); Westphalen (1969/1987); Sá (2002); Peleias, Da Silva, Segreti and Chiroto (2007); Hoerner Júnior (1993); Siqueira (2006), among others. As result of the research can be evidenced the concern of the professors in sharing their knowledge in day-by-day, the concern of the IES in being adjusting its curricular grating to the yearnings of the society and the market, and also the influence of countable sciences course under the focus of industrialization, as much as preparation of the professors and their learners.

**Word-key:** Countable sciences; UFPR; PUCPR; Industrialization in Paraná; Professors.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO PARANÁ, A PARTIR DO SÉCULO XVII ATÉ O SÉCULO XX.....</b>	<b>21</b>
2.1 Contribuições a partir do século XVIII e XIX para o desenvolvimento econômico do Estado do Paraná.....	23
2.2 As mudanças no desenvolvimento econômico no Estado do Paraná, a partir do século XX.....	25
<b>3 A IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS COMO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....</b>	<b>38</b>
3.1 A Ciência Contábil – evolução, conceituação e características.....	39
3.2 História da Contabilidade no Brasil.....	41
3.3 Evolução histórica do ensino de contabilidade no Brasil.....	44
3.4 Século XIX – Funcionamento das aulas de comércio.....	44
3.5 Século XX – O ensino de contabilidade no comércio e abertura dos cursos profissionalizantes.....	49
3.6 Século XX – O ensino superior em Ciências Contábeis.....	51
<b>4 A CONSTITUIÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR.....</b>	<b>58</b>
4.1 Estratégias para a operacionalização da Universidade do Paraná após a primeira guerra mundial até a década de 50.....	59
4.2 Incorporação do curso de Ciências Contábeis na faculdade de Ciências Econômicas.....	60
4.3 Criação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas.....	63
4.4 Correlação do curso com as exigências do mercado.....	66
4.5 O Perfil desejado do profissional a ser formado.....	69
<b>5 A CONSTITUIÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ – PUCPR.....</b>	<b>71</b>
5.1 Necessidades da constituição do curso de Ciências Contábeis no campus II – São José dos Pinhais.....	74
5.2 O projeto de implantação do curso de Ciências Contábeis.....	76
5.3 Correlação do curso com as exigências do mercado.....	81

5.4 Desempenho e avaliações institucionais.....	84
5.5 Perfil desejado do profissional a ser formado.....	85
5.6 Competências e habilidade para o professor do curso.....	86
5.7 Pressupostos norteadores da PUCPR.....	87
5.7.1 Características.....	87
5.7.2 Pesquisa Técnico Científica.....	88
5.8 Concepção do curso frente às exigências da sociedade para com o conhecimento.....	88
<b>6 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS.....</b>	<b>93</b>
6.1 Resultado da Aplicação do questionários e da entrevista aos docentes das instituições pesquisadas.....	94
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>109</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O momento vivenciado é realmente de grandes mudanças nos campos: social, econômico e de negócios. Com o advento de grandes indústrias e recrudescimento de competições entre empresas, no período de 1957 a 2007, no Estado do Paraná, a sociedade passou a ser mais exigente com relação ao produto e aos serviços que consome, principalmente no que está ligado à mão de obra.

No Paraná, houve uma grande evolução de implantação de empresas em vários ramos de atividades; um dos ramos mais acentuados foi o industrial, com o ingresso de grandes empresas multinacionais. Com isso houve abertura do mercado para as empresas locais, comercialização de produtos para outros estados, exportações e também a fixação de outras empresas provenientes de outros estados e países.

Com a abertura dessa oportunidade para os profissionais locais, as empresas buscavam pessoas mais qualificadas em conhecimentos técnicos industriais, como também em outras áreas. A educação técnica e superior no Estado precisava ser melhor trabalhada para atender a demanda do desenvolvimento industrial. Uma das áreas que precisava de uma melhor qualificação profissional foi à área de Ciências Contábeis, pois é considerada como a área que mais se destaca em termos de informação dentro de uma empresa.

O mercado de trabalho para o contador é bastante desafiador e caracteriza-se também de forma bastante ampla, visto que as organizações necessitam e tornam indispensáveis as informações elaboradas e transcritas por este profissional. Com toda inovação tecnológica ocorrida nos últimos anos, o contador, além de ter precisão em suas informações também ganha no aspecto de agilidade, pois para obter um bom retorno em seu desenvolvimento profissional é necessário que este tenha o bom senso e a sensibilidade de aplicar a técnica no momento correto e saiba usar o que a tecnologia tem a oferecer.

Outras técnicas/sistemas podem ser utilizadas além da informática; cabe lembrar que a matemática e a estatística estão intrinsecamente ligadas à área. Outro diferencial do profissional, visando a globalização e também a convergência de seu principal produto às “Demonstrações Contábeis” é o domínio de poder comunicar-se em outros idiomas, onde hoje não é visto somente como um

diferencial, mas sim um ponto bastante necessário para o profissional ter um perfil de “profissional completo”, o qual entra em situações que podemos nos remeter aos profissionais do passado, o tradicional e respeitado *guarda livros*. Este era o nome da profissão no início do século XX quando tinha por prática o atendimento comercial para escrituração e também atendimento aos governos.

Mais do que simplesmente atender aos governos, e ao próprio proprietário de uma organização, o profissional de contabilidade, com formação em ciências contábeis está preparado para atuar em grandes empreendimentos, organizações e também ser profissional público. Hoje ele não é mais visto como um profissional que se preocupa somente com escrituração dos fatos de qualquer organização, apuração dos tributos e atendimento ao fisco. Quem identifica ou se identifica com este profissional está bastante comprometido com o próprio código de ética estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade.

O novo contador deve ter uma visão holística da ciência, ampla, e que esta ciência seja aplicada de forma eficaz e de boa qualidade, pois estes se revertem em informação que são direcionadas direta ou indiretamente à sociedade.

Muitas dessas mudanças do perfil profissional fizeram com que o contador atuasse em campos que ainda não eram de interesse, ou mesmo não havia possibilidade para atuação. Hoje, além de poder participar de concursos públicos, o profissional está habilitado e capacitado para atender ao mercado desde uma simples consultoria, auditoria, perícia, gerência administrativa e financeira, até mesmo ser escritor, pesquisador e professor.

Quando observamos que o curso de Ciências Contábeis, não faz parte dos centros de ciências exatas, e sim do centro de ciências sociais aplicadas, podemos nos conscientizar de que além de produzir informações, responder por gestões, analisar, interpretar fatores, e que estes estão ligados diretamente ao desenvolvimento da sociedade em um determinado País, pode-se entender o porquê de estar “melhor” ligado a este centro.

Com todas essas melhoras em suas características, o profissional deixou de ter problemas de comunicação com outros profissionais e até mesmo com seus clientes. O contador do mercado dos dias atuais tem a necessidade e a obrigatoriedade em demonstrar as suas informações em linguagem não técnica sem perder o conteúdo informacional para difusão de sua interpretação e aplicação de

seu conhecimento teórico, visto que há uma ênfase cada vez mais crescente na interação multidisciplinar com outras áreas do saber.

O contador jamais pode ser substituído por um computador, pois esse profissional é responsável justamente pela orientação na modelagem do sistema de informação contábil, pela análise dos dados, elaboração dos relatórios e disseminação de uma cultura e da educação dos demais usuários. O computador é apenas um instrumento facilitador e que faz com que a informação seja reproduzida mais rápida e precisa, mas este equipamento não substitui o homem.

A Contabilidade, como ferramenta voltada para o fornecimento de informações, tem no seu bojo a preocupação com o usuário, pessoa que irá receber o produto da informação. A importância do usuário já está explícita em várias definições de Contabilidade e em seus objetivos. Ludícibus (1995, p.17), relata:

Que a contabilidade pode ter seus objetivos estabelecidos considerando-se duas abordagens: na primeira ela deve fornecer informações iguais para todos os usuários; na segunda a contabilidade precisa dar informações diferenciadas conforme a necessidade individual de cada utente. Ludícibus sugere uma terceira abordagem em que a contabilidade comporia um banco de dados com informações contábeis, permitindo que cada usuário possa acessá-lo de forma flexível, ou seja, consiga extrair dados para atender sua vontade ou seus parâmetros.

Segundo Gusdorf (1988, p. 33), a Contabilidade “resulta da necessidade natural que o homem tem de alcançar, pela razão, a verdade, por meio da generalidade do conhecimento, ou seja, a vocação para o universal”.

O Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) refere-se à Contabilidade como “um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização”.<sup>1</sup>

Guimarães (1998, p. 88) informa que em Portugal, “a história da Contabilidade não é ensinada em nível de ensino secundário e no ensino superior contata-se certo desprezo pela matéria”.

No Brasil não é muito diferente. Poucos são os trabalhos voltados ao tema e mais raros, ainda, aqueles que retroagem a mais de dois séculos<sup>2</sup>. As causas

---

<sup>1</sup> IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores. Princípios Contábeis. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1992, p. 58.

<sup>2</sup> Um desses raros casos foi produzido pelo Prof. Antônio Lopes de Sá, em 1980, e denomina-se Aspectos Contábeis no Período da Inconfidência Mineira (por volta de 1780)

são facilmente explicáveis: além da indiferença no meio acadêmico, há de se destacar o problema com relação à escassez de documentos de caráter contábil anteriores a 1800, até porque as atividades econômicas do país eram restritas ao extrativismo mineral e a alguma atividade agrícola, preponderantemente baseada na cana-de-açúcar. O comércio estava limitado à remessa de tais ativos para Portugal e à importação do que fosse necessário à modesta sobrevivência dos habitantes da Colônia, em grande parte formada por pessoas iletradas e profundamente voltadas à fé cristã.

A primeira escola de Contabilidade no Brasil, na forma de escola de comércio, foi a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado que surgiu em 1902 como “Escola Prática de Comércio”.

Em Janeiro de 1905, o Decreto Federal 1339 reconheceu, em caráter oficial, os diplomas expedidos pela “Escola Prática de Comércio” e providenciou a organização dos cursos, dividindo-os em dois: um geral e outro superior. Com muitas disciplinas do curso superior costumavam ser tratadas normalmente nos programas da Escola, iniciou-se, naquela mesma Fundação, em 1908, o curso “Superior de Ciências Comerciais”.

Os cursos de contabilidade propriamente ditos foram criados em 1931, através do Decreto 20.158, que instituiu o curso Técnico de Contabilidade com duração de dois anos para formar os já citados guarda-livros e de três anos para formar Peritos Contadores. Este mesmo decreto criou o curso superior de Administração e Finanças da Faculdade de Ciências Econômicas. Em 1943, os cursos técnicos acima referidos foram transformados à categoria de cursos médios, garantindo aos formados, o título de Técnico de Contabilidade.

Somente em 1945 foram instituídos os cursos de Ciências Contábeis e Atuariais através da Lei 7.988. Apesar do pioneirismo da Fundação Álvares Penteado, só em 1949 teve início a primeira turma de Ciências Contábeis e Atuariais.

Em 1946, surgiu o Conselho Federal de Contabilidade e a Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (primeiro núcleo de pesquisa no Brasil que envolveria a Contabilidade) que irão contribuir de maneira extraordinária para a qualidade do ensino superior da Contabilidade.

Em 1951, a Lei 1.401 desmembrou os cursos de Ciências Contábeis e Atuariais, criando de maneira independente o curso de Ciências Contábeis,

possibilitando aos concluintes receberem o título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Com isso, no Estado do Paraná, o curso de Ciências Contábeis foi implantado somente em 1957 pela Universidade Federal do Paraná, que foi considerada a primeira Universidade a oferecer o curso neste Estado, sendo que a profissão de contador já havia sido regulamentada desde 1945. Neste momento o Estado teve que se adequar às necessidades desses profissionais para atenderem à demanda do mercado, visto que, as indústrias começavam a ter mais influência no Estado. Este curso constitui-se em um dos focos do nosso trabalho.

Além da Universidade Federal do Paraná, outra Universidade a ser pesquisada é a Pontifícia Universidade Católica do Paraná que tendo em vista o crescimento das indústrias na Região de São José dos Pinhais, neste Estado, identificou a necessidade por meio da procura dos moradores da região em atender esses empresários, e com isso, criou o curso de Ciências Contábeis ainda no início da década de 90, no mesmo campus onde funcionavam outros cursos da instituição, entre eles: Administração e Economia.

Diante do exposto, vemos a necessidade de pesquisar o desenvolvimento industrial no estado do Paraná, com foco no curso de Ciências Contábeis, conforme o objeto apresentado.

## **1.1 JUSTIFICATIVA**

Várias razões levaram a desenvolver esta pesquisa:

1. A necessidade de desenvolver uma pesquisa sobre a influência efetiva do ramo industrial no Estado do Paraná, e seus reflexos no ensino educacional na área de Ciências Contábeis. Com o aumento das indústrias no estado, as empresas buscaram uma melhor qualificação da mão-de-obra tanto industrial como para a área administrativa;
2. Os empresários e também grande parte dos funcionários das empresas nacionais e multinacionais precisavam atender ao mercado tão promissor;



3. A exploração de um assunto pouco difundido em cursos de pós-graduação, graduação e médio. A influência da Indústria em um processo de saber dentro de uma Instituição de Ensino, enfocando a Ciência Contábil, sua história e evolução dentro de um processo industrial. Citando Johnson (1986, p.74), “o estudo histórico da contabilidade de há muito tem sido visto com indiferença”. Esta indiferença é que causa o desconforto com a falta de informação sobre o período da ciência pesquisada;
4. Sendo a profissão de contador, uma profissão necessária para atender o mercado tão necessitado de informações, faz-se necessário conhecer a concepção da sua história, de sua origem e aplicações, tornando mais fácil, compreendê-la hoje;
5. A necessidade de ter um referencial teórico para ampliar a pesquisa sobre a história dos cursos de contabilidade enquanto um dos cursos do sistema de ensino;
6. Por ser uma ciência eficaz em informação, e muito bem utilizada nas empresas principalmente nas indústrias, precisamos saber qual o seu desempenho no período proposto para estudo e qual a influência da indústria sobre esta ciência;
7. Quem eram os educadores da época? Como estavam qualificados? Estas questões serão necessárias para o desenvolvimento do projeto, visto que precisamos explorar as características/qualificações profissionais do Professor que trabalhou neste período, para melhor entendê-lo;
8. A necessidade da análise da legislação específica do período, no que diz respeito à Contabilidade. Esta análise tem suma importância para verificar o atendimento das Universidades pesquisadas junto às legislações aplicadas na época, como também verificar a participação e características sócio-econômicas do estudante daquela época, e o grau de responsabilidade daquele profissional formado neste período de mudanças políticas e educacionais. Citando Azevedo (1996, p. 147):

A melhor maneira de conhecer a história da educação de um povo é conhecer sua legislação, pois um dos mais preciosos documentos para o estudo da evolução de uma sociedade e do caráter de uma civilização se encontra na legislação escolar, nos planos e programas de ensino e no conjunto de instituições educativas.

## **1.2 PROBLEMÁTICA**

A complexidade e dificuldades de informações levaram a elaborar esta pesquisa que está intimamente correlacionado com a necessidade de obter-se informações sobre a influência das indústrias em um processo de qualificação da mão-de-obra, via educação, bem como a qualificação profissional dos professores para a educação dos profissionais naquele momento.

O objeto deste estudo concentra-se em responder à indagação: Houve influência do processo de industrialização do Paraná sobre o curso de Ciências Contábeis, e a formação de professores para esse curso no período pesquisado de 1957 a 2007?

Outros pontos poderão ser estudados, na medida em que os interesses e oportunidades se façam presentes.

## **1.3 OBJETIVOS**

### **1.3.1 Objetivo Geral**

Estudar o curso de Ciências Contábeis e a formação de seus professores sob a influência do processo de industrialização no Paraná, no período de 1957/2007.

### **1.3.2 Objetivos Específicos**

- 1- Pesquisar a influência do desenvolvimento econômico do Estado do Paraná e seus reflexos no curso de Ciências Contábeis nas Instituições escolhidas para estudo;
- 2- Estudar a trajetória histórico-acadêmica do curso de Ciências Contábeis na educação superior, na UFPR e PUCPR;
- 3- Identificar junto às Universidades, quais foram às determinações e as ações para qualificação dos docentes do curso de Ciências Contábeis.

## 1.4 METODOLOGIA

Pretendemos usar a análise documental como metodologia básica para o desenvolvimento da pesquisa. Como nos propomos a explicar a origem, evolução e reflexos da industrialização no curso de Ciências Contábeis em Curitiba e as implicações na qualificação do professor para atender aquelas qualificações, haverá a necessidade de um estudo profundo em material bibliográfico de origem nacional. Logo, o método de pesquisa bibliográfico e conseqüente à exploração dos documentos e sua análise será o mais indicado, por se tratar de um estudo para conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto, tendo como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado assunto. Le Goff (1996, p. 547), esclarece:

O documento não é inócuo. É antes de qualquer coisa o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que a produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.

Com a exploração das fontes documentais percebemos que essas trazem ao pesquisador, quando da interpretação dos dados encontrados, questões que excedem às informações que as mesmas fontes comunicam. Segundo Miguel (2003, s/p.) “tais questões, entre outras se referem à compreensão dos limites dos referidos dados que a fonte comunica, bem como à historicidade da mesma”.

A pesquisa também contemplará a análise do currículo do curso de Ciências Contábeis nestes períodos, sua evolução e o surgimento de novas disciplinas comparando-as com as necessidades do mercado de trabalho.

A delimitação da pesquisa se faz nas Universidades Federal do Paraná e Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

A dissertação, em seu desenvolvimento também apresenta o resultado de entrevistas com alguns professores que atuavam naquela época. Assim, o estudo é completado pelo apoio na metodologia da história oral.

Segundo Browne (1970, p. 927) a “História Oral é a designação dada ao conjunto de técnicas utilizadas na coleção, preparo e utilização de

memórias gravadas para servirem de fonte primária a historiadores e cientistas sociais”, às quais acrescentamos memórias de pessoas que, por si, só, não escreveriam seus testemunhos escritos ou orais. A técnica, em si, consiste de entrevistas devidamente guiadas pelo historiador, através das quais podem fazer com que o entrevistado explique determinados pontos ou relate fatos que a falta de outro material documental deixou obscuro. Lembrando Thompson (1998, p. 261) “conseguir ir além das generalizações estereotipadas ou evasivas e chegar a lembranças detalhadas é uma das habilidades, e das oportunidades básicas do trabalho de história oral”.

A entrevista é gravada, posteriormente transcrita literalmente, revisada pelo entrevistado, corrigida e assinada, obtendo-se daí dois tipos de documentos: o gravado e o escrito. Ambos completando-se, pois, só é possível à transcrição literal do que foi dito, bem como a assinatura do entrevistado aposta ao documento escrito, para validá-lo. Transcreve-se o testemunho da maneira como foi dito, isto é, a entonação das frases, a dicção das palavras, erros ou vícios da comunicação orais que deixam o documento gravado com um colorido e uma autenticidade bastante ímpar.

A história oral começou a ser utilizada nos anos 1950, após a invenção do gravador, nos Estados Unidos, na Europa e no México, e desde então se difundiu bastante. Ganhou também cada vez mais adeptos, ampliando-se o intercâmbio entre os que a praticam: historiadores, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, pedagogos, teóricos da literatura, psicólogos e outros. Ainda, Thompson (1998, p. 104) afirma que:

O método da história oral é utilizado também por muitos estudiosos, particularmente sociólogos e antropólogos que não se consideram historiadores orais. O mesmo se dá com jornalistas. Contudo, todos eles podem estar escrevendo história; e, sem dúvida estão provendo à história.

A utilização da História Oral no Brasil é, realmente, bem recente se olharmos o tempo que outros países já a utilizam. Entretanto, alguns historiadores recorriam também a entrevistas há mais tempo, ainda que de modo não ortodoxo. Se recorrermos a Thompson (1998, p. 105):

O papel da evidência oral na história econômica tem sido, em geral, relativamente modesto: primeiro, como um corretivo e um suplemento às fontes existentes e, segundo, na proposição de novos problemas a serem considerados. Para alguns aspectos da história econômica, tais como políticas do governo, comércio exterior, ou atividade bancária e de seguros.

Com a aplicação metodológica de análises documentais, a própria exploração das fontes documentais e aplicação da história oral, foi possível passarmos para a fase da interpretação do que os dados comunicam, considerando a influência da industrialização no Paraná, no período de 1957 a 2007, sobre o curso de Ciências Contábeis e a formação dos professores da área.

## **2 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO PARANÁ, A PARTIR DO SÉCULO XVII ATÉ O SÉCULO XX**

Neste capítulo, de forma ampla, o presente estudo se propõe a identificar e apresentar os resultados que historicamente influenciaram a evolução do processo de desenvolvimento econômico no Estado do Paraná, sob aspectos da industrialização.

O capítulo apresentará um breve relato histórico do desenvolvimento econômico a partir do século XVII até o século XXI. Como o foco da pesquisa é praticamente a partir da metade do século XX, mais precisamente a partir dos anos 50 até os anos 2000, nos propomos a aprofundar o assunto para detalhamento do processo industrial e suas conseqüências no desenvolvimento econômico do Paraná, a partir do momento em que o Estado passou a operar mais distintamente na industrialização.

Historicamente, “a formação econômica no estado do Paraná se focou em três ciclos econômicos, foram eles: mineração, criação e comércio de gado e agricultura” (MARTINS, 1937, p. 310). Destes três ciclos, pode-se dizer que a criação pastoril foi aquela que deu um verdadeiro impulso à organização do estado, que acabou sendo aprimorada por volta de 1722 em diante, com o processo de beneficiamento e comércio do mate.

Podemos considerar que, historicamente, a construção do que hoje chamamos de sociedade paranaense, teve o seu início em meados do século XVII, com a descoberta de ouro de aluvião nos rios que deságuam na baía de Paranaguá. Formou-se aí uma pequena economia primário-exportadora, baseada inicialmente no trabalho livre de garimpeiros e faiscadores. O seu crescimento, foi organizado pelas autoridades coloniais, com base na predominância do trabalho escravo, ligando-se, por via de Portugal, com o capital mercantil europeu. Antes do final desse século, garimpeiros e faiscadores subiram a Serra do Mar e encontraram ouro nos rios que formam as cabeceiras do Iguaçu, já no Primeiro Planalto, onde surgiram pequenos arraiais e vilas em torno dos garimpeiros, uma das quais viria a ser Curitiba.

Mas essa economia teve curta duração. O esgotamento dos aluviões reduziu a produção em níveis mínimos, tanto no litoral quanto no planalto. Isso

levou, de um lado, “à extinção da Capitania de Paranaguá, em 1710, anexando-se a região à de São Paulo” (MARTINS, 1995, p. 35 apud MAGALHÃES FILHO, 2006, p. 115). De outro, à transformação do conjunto de pequenas atividades agrícolas e artesanais, que havia surgido para abastecer o mercado das lavras, em uma economia de subsistência, quase inteiramente isolada e à margem da economia colonial.

Devido a esses novos fatores, “em 1797, o capitão Mor de Curitiba via o poço do planalto mais luzido do que no tempo da mineração, embora não garantisse que estivesse mais rico” (WACHOWICZ, 1983, p. 17). Desde então, o Paraná passou a ser a terra do mate. Esta economia passou a ser o esteio econômico da futura província do Estado. Assim, como afirma Padis (1981, p. 44):

Dessa forma, é bastante provável que as transformações por que passou o Paraná, e especialmente a cidade de Curitiba no período que vai de 1820 a 1850, se deram, em grande parte – senão no todo –, devido à evolução favorável da economia ervateira. (...) as populações do interior puderam aumentar sua renda real, dedicando-se à extração da erva, enquanto a urbana de Curitiba e do litoral, viu expandir, pelo efeito multiplicador, o mercado interno.

Essa economia de subsistência, cujo maior segmento localizava-se ao redor de Curitiba, tinha o cultivo e a criação de bovinos como atividades principais. Sua base social assentava-se sobre as sesmarias que haviam sido doadas aos primeiros ocupantes, que incorporavam um número variável de agregados. Os escravos eram poucos, principalmente porque a baixa produtividade não permitia sua aquisição. À margem dessas propriedades sobreviviam homens livres, que cultivavam a terra como simples ocupantes, ou se dedicavam à caça, à pesca e a exploração das florestas, além de garimpeiros e faiscaidores nos poucos aluviões ainda em produção. Reproduziu-se, assim, com a decadência da exploração de base mercantil, um tipo de organização social em áreas não-dinâmicas da economia colonial.

## 2.1 CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DO SÉCULO XVIII E XIX PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO PARANÁ

Ao longo do século XVIII, essa economia expandiu-se lentamente devido à ocupação de novas terras, tanto no planalto curitibano quanto nos chamados Campos Gerais do Segundo Planalto e nos campos de Guarapuava, no terceiro. Com isso, consolidou-se uma economia baseada na pecuária bovina extensiva, de baixa produtividade, com a propriedade concentrada nas mãos dos que haviam recebido por doação real ou ocupado e legitimado no processo de incorporação de novos territórios, chamados de proprietários de terra dos Campos Gerais.

Paralelamente a isso, a partir do ano de 1730, desenvolveu-se, rapidamente, um novo tipo de economia, que criou condições para o surgimento de outra forma de acumulação de riqueza. “Gerou-se assim um novo ator social, com atividades de caráter diferenciado, ainda que imbricado da classe dominante” (MAGALHÃES FILHO, 2006, p. 116). Trata-se do que ficou conhecido, na historiografia paranaense, como tropeirismo. Para esse autor: “Essa atividade centrava-se no comércio inter-regional de animais. Sua origem decorreu do surgimento da economia de mineração centrada em Minas Gerais”.

A rápida expansão dessa economia, e o igualmente rápido crescimento demográfico das regiões mineradoras combinados com sua localização distantes dos portos e deles separadas por terras acidentadas, geraram uma crescente demanda por animais de carga. Estes, principalmente muares, representavam a forma mais eficiente de ligação com os portos marítimos, principalmente para a importação dos bens que essas regiões dominavam.

Conforme cita Martins (1937, p. 470) por volta de 1853, quando se instalou a província no estado, a cidade de maior expressão em termos econômicos era Paranaguá, contando com um total de 133 casas comerciais com uma diversificada produção agrícola que englobava o plantio de café, arroz, feijão, mandioca, milho e cana-de-açúcar.

Deste momento até 1860 percebe-se um forte crescimento econômico, impulsionado pela exportação de erva-mate, trazendo ao estado certo alívio para uma economia em crise conjuntural em que vivia.



À medida que o século XIX avançava, a economia provincial passava de um aspecto de subsistência para uma fase de comércio. A produção para exportação substituiu quase que por completo a produção de subsistência da própria comunidade. Dois negócios passaram a dominar: a exportação de erva-mate e o comércio de tropas de mulas, adquiridas no sul do País e comercializadas no Estado de São Paulo. Negócios rendosos e fáceis como eram, conforme mencionado por Westphalen (1969, p. 130), citado abaixo:

[...] (pois a erva-mate é nativa e não exige cultura, e o comércio de animais, embora exigisse capital, propiciava rendas com o simples arrendamento dos campos para o período de invernagem) – encerraram dentro de seus quadros de atividades, a maioria da população, que abandonava cada vez mais os trabalhos da agricultura [...].

Como a economia era baseada na produção para exportação, o abastecimento dessa população era feito predominantemente pela importação de artigos do exterior e das outras Províncias.

Entre o período de desenvolvimento do cultivo e exploração da erva-mate no século XIX, outras culturas tornaram-se destaques, mais precisamente a partir da metade desse século, entre elas podemos citar a própria exploração da madeira de pinho, que teve seu destaque a partir da abertura da estrada da Graciosa, conforme Westphalen (1969, p. 140):

[...] ao instalar-se a Província do Paraná, era realizada apenas a exportação de madeiras de lei do litoral, como cedro, imbuia, canela preta, sassafráz, carvalho, araribá, peroba e outras, enquanto que o pinho era utilizado apenas nos limites de serra acima, dadas às dificuldades de transporte para o litoral. [...], porém, somente após abertura de estradas compatíveis ligando o planalto curitibano ao litoral seria possível o desenvolvimento da exploração da madeira de pinho. Dizia, em 1872, o presidente da Província: ‘... é verdade que a estrada da Graciosa já vai proporcionando facilidade à exportação de pinho, e a estrada de ferro, a cujos estudos se procede, em breve abrirá fácil caminho a este ramo de negócios que sem duvida tornará muito importante e contribuirá para aumentar a renda’.

Nessa época a madeira de pinho, além de ser peça de exportação, também tinha parte de sua exploração direcionada para construção de barricas que acondicionavam a própria erva-mate que era exportada. O que mais tarde se destacara, principalmente no início do século XX.

## 2.2 AS MUDANÇAS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO ESTADO DO PARANÁ, A PARTIR DO SÉCULO XX

Embora às dificuldades iniciais, as indústrias da madeira continuaram a desenvolver-se na última década do século, de tal maneira que, em 1900, já eram realizadas exportações regulares para o Rio de Janeiro, São Paulo, Montevideu e Buenos Aires.

No início do século XX, a partir da Guerra de 1914-1918, sobretudo do exercício de 1915-1916, a exportação das madeiras paranaenses, principalmente do pinho, tomou maior incremento, mesmo porque a madeira alcançara nessa conjuntura maiores preços nos mercados internacionais.

A exportação da erva-mate continuava, porém, ocupando o primeiro lugar na pauta das exportações paranaenses, seguida da madeira e do café, apesar de que, o café era encontrado na lista dos produtos exportados pelo Paraná, enviando algumas arrobas para o Estado do Rio de Janeiro. Era, no entanto, café do litoral paranaense, produzido sem maior expressão econômica, mesmo para a época.

Com a entrada em operação das ferrovias na região cafeeira reduziu drasticamente a demanda por animais de carga. Em 1908, quando na inauguração da estrada de ferro, entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, houve uma redução no uso de tropas de animais no transporte de mercadorias entre os estados do Sul e Sudeste.

Mas a principal consequência, segundo Magalhães Filho (2006, p. 119) “do tropeirismo se deu no campo político, com a criação da Província da Quinta Comarca de São Paulo, sediada em Curitiba, com aproximadamente os mesmos limites desta”.

Com a emancipação, os atores sociais<sup>3</sup> ganharam um novo palco, ainda limitado em termos de poder real, dado ao caráter unitário e centralizador do Império mais superior ao das câmaras municipais então existentes (Paranaguá e Curitiba): uma assembléia legislativa provincial.

---

<sup>3</sup> Conforme Francisco de Borja Baptista de Magalhães Filho cita em sua obra “Da construção ao desmanche: análise do projeto de desenvolvimento paranaense”, em 2006 – página 116 – os atores sociais seriam a classe dominante, executando atividades relacionadas aos melhores produtos na época.

No Paraná, ainda no início do século XX, essas características da economia, presentes já no tropeirismo, desempenharam papel ainda mais importante na expansão de outras atividades econômicas com esse mesmo tipo de inserção no comércio externo: a produção e exportação de erva-mate, açúcar, café e a exploração de madeiras.

Segundo Padis (1981, p. 52) o volume de erva-mate exportado entre 1867 e 1931 passou de 12.000 t/ano para mais de 90.000 t/ano, representando o “carro-chefe” da economia do estado.

Se analisarmos os volumes de exportação do mate no período mencionado pelo autor, observamos que o Paraná sobressai em uma evolução de 650%, considerado assim um dos Estados mais dinâmicos pela Federação neste período. A base de toda essa evolução se deve ao fato de que o setor agrícola deixa de ser considerado um setor tradicional e rotineiro e passa a ser enquadrado como um setor inovador para busca de melhoramentos produtivos.

A partir da colonização do Norte do Estado, a sua agricultura torna-se dinâmica e diversificada. O seu caráter de moderno e tecnificado é resultado de um processo desencadeado somente a partir do final do século XIX e início século XX.

Entretanto, antes de tentar caracterizar a agricultura do Norte, impõem-se alguns comentários sobre explicações que, se não equivocadas, são pelo menos insuficientes, a respeito da natureza da economia desta região, exemplificando, “as interpretações que atribuem seu dinamismo à qualidade dos solos, ao café, ao fato de existirem, no período, fronteiras agrícolas em expansão, ao regime de pequenas propriedades, etc.” (IPARDES, 1981, p. 7).

Em primeiro lugar, não basta a existência de solos férteis para explicar o caráter moderno, evolutivo e dinâmico da agricultura do Norte. Assim, segundo Ipardes (1981, p. 7) “as terras da Zona da Mata do Nordeste são de excelente qualidade e sua agricultura é, em todos os aspectos, inferior à do Paraná”. Considera-se que o solo não era o diferencial do estado e sim o processo de produção/plantação que fazia com que o Paraná se destacasse neste plantio. Também, atribuir-se ao café a expansão paranaense é insuficiente, já que a partir do início dos anos 60, o café deixa de ser à base desta expansão, a qual passa a ser realizada através de outras culturas entre elas: açúcar, algodão, soja e outros, conforme observamos através da mensagem do governador do Estado, abaixo:

Desde logo, cabe salientar, por exemplo, que os três principais produtos de exportação do Paraná, os quais somados a alguns outros, produziram o ano passado, somente pelo Porto de Paranaguá, um total em divisas para o País da ordem de 400 milhões de dólares, são produtos que tem sua política econômica confiada a autarquias federais: o café, através do IBC; a madeira, através do INP e da erva-mate, através do INM. Há igualmente, outros produtos em exploração, de grandes possibilidades econômicas em situação semelhantes, como o açúcar, o trigo, o xisto, o carvão, etc. (MENSAGEM À ASSEMBLÉIA, 1965, p. 22).

Assim ficou evidente que, com ou sem café, a economia se expandia, relacionando o seu desenvolvimento econômico a outras culturas que estavam tendo sucesso naquele período.

O Paraná ainda no início do século XX até a década de 60, deixou bem identificado que o forte do seu desenvolvimento econômico estava diretamente ligado à agricultura, e não a industrialização, ainda que a economia paranaense estivesse basicamente fundamentada na monocultura do café. Foi quando iniciou a diversificação das suas atividades agrícolas, bem como, de fato, o processo da sua industrialização. O processo de industrialização era ainda pouco difundido neste momento em função de alguns fatores, entre eles o próprio interesse do estado em abrir para este tipo de mercado, conforme cita Trintin (2001 apud GUARAGNI, 2006, p. 107) “[...] o processo industrial paranaense iniciado na década de 1960 mostrava resultados pouco expressivos no âmbito nacional”. Para esse autor, segundo divulgado em relatório do IPARDES sobre o Produto Interno Bruto Paranaense (1988), houve durante a década de 1970 uma forte diversificação da economia no estado.

Durante a década de 1960 e 1970, houve uma modernização na agricultura paranaense, o estado, sofre algumas alterações em seu processo de desenvolvimento tomado por base o “café” e passa a ter aparecimento de outras culturas temporárias e com resultados positivos, podemos citar como exemplo o trigo e a soja, contribuindo assim para uma evolução.

Para Westphalen (1969, p. 239) “O Paraná, até a década de 1960, não tinha condições de montar um parque industrial razoável e adequado, face, principalmente, à ausência de energia elétrica disponível e de vias de comunicação compatível.” Para Arand (1983, p. 31) “A década de 1970 trouxe um verdadeiro crescimento industrial ao Paraná. Assim, este setor que era antes pouco dinâmico, mostra-se líder do crescimento econômico do Estado no período”. O trecho extraído

da Mensagem do governador do Estado à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (1991, p. 07) apresenta informações de modo objetivo quanto ao cenário econômico paranaense na década de setenta (70), conforme segue:

[...] o Paraná apresentava uma progressiva diversificação em seu aparelho produtivo. A agropecuária, embora reduzindo sua participação na renda gerada, experimentava expressiva modernização, associada às modificações em sua base técnica de produção, atestada pela grande expansão da soja e do trigo e do declínio do peso relativo do café e, em menor proporção, do algodão. No setor industrial, haveria sensível incremento da capacidade produtiva, acompanhada de transformações estruturais, com o aparecimento de ramos novos (mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte, refino de petróleo e fumo) e a diversificação dos gêneros tradicionais (especialmente madeira e produtos alimentares) sem subtrair, contudo, sua natureza agroindustrial.

Se analisarmos as características econômicas agrícolas do Paraná, podemos considerar que provém de características diversas e dinâmicas, levando em consideração que no norte do Paraná o povoamento era basicamente constituído por paulistas, mineiros e nordestinos, conforme identificado pelo Ipardes (1981, p. 7): “O Norte paranaense, povoado por paulistas, mineiros e nordestinos, é a região mais dinâmica do Estado, e não o Paraná Tradicional, colonizado por imigrantes europeus”.

Historicamente, a cultura do “café” prevalece no desenvolvimento do comércio nacional desde a independência e que este ficou “fortemente” presente como o maior responsável pelo desenvolvimento econômico do estado na década de 1960 e 1970.

Este processo “culminará em fins do século XIX com a libertação dos escravos e a progressiva introdução do trabalho assalariado a partir do Estado de São Paulo” (IPARDES, 1981, p. 7).

O “ciclo do café” apresenta-se no interior de uma estrutura econômica e social inteiramente distinta daquela do “ciclo do açúcar” ou do “ouro”. Na realidade, estava-se assistindo ao surgimento de um núcleo capitalista da economia nacional, o que explicará seu dinamismo e a tendência à diversificação das atividades econômicas e da sociedade.

Segundo Westphalen (1969, p. 221) “o café compensou o decréscimo da exportação da erva-mate, em crise”. Esta informação também pode ser observada através da Mensagem do Presidente do Estado, senhor Caetano

Munhoz da Rocha que em 1926, cita: “As rendas do café já supriam, na economia do Estado, a diminuição das rendas de outros produtos”.

Na década de 80, percebeu-se uma forte desaceleração na tendência agrícola, com um comportamento não-linear ao ocorrido no Brasil. Isto se deve ao fato de que a economia paranaense possuía uma estrutura diferente daquela da economia brasileira, predominando investimentos em agroindústria e agropecuária. O trecho extraído das Mensagens do governador do Estado à Assembléia de 1991, apresenta muito bem esta mudança de rumos do Paraná: “Na década de 80, ocorreu uma desaceleração dessa tendência de forte expansão e diversificação da base econômica, iniciada nos anos 70” (MENSAGEM À ASSEMBLÉIA, 1991, p. 7).

Um fato bastante importante a salientar no contexto de promover o desenvolvimento do estado do Paraná, é justamente a extinção do BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A) no final desta década.

Desde sua criação, denominado ainda como CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento do Paraná), onde tinha como propósito no desenvolvimento de suas atribuições o de ser um “Banco de Desenvolvimento”, teve como primeira ameaça a seu papel de principal instrumento de financiamento do projeto paranaense de desenvolvimento; Advém da aprovação de disposição constante da Emenda Constitucional nº. 18, de 1º de dezembro de 1965, mantida na Constituição de 24 de janeiro de 1967. Para Magalhães Filho (2006, p. 54) estabelece que “somente a União, nos casos excepcionais definidos em lei complementar, poderá instituir empréstimo compulsório.” A partir deste momento surge a necessidade de transformar a CODEPAR em BADEP no ano de 1969. Essa transformação se deu em meio a esse processo, em obediência à Resolução nº. 93 do Banco Central, de 26 de junho de 1968, que regulamentou a constituição e o funcionamento dos bancos estaduais de desenvolvimento, conforme se pode observar na mensagem abaixo:

A Instalação do BADEP é a principal pauta do programa para 1968. Esse organismo se constituirá no principal instrumento do governo do Estado para a execução da sua política econômica, tendo em vista que sua estrutura operacional permitirá uma atuação mais intensa e eficiente no apoio às atividades econômicas, bem como possibilitará desenvolver uma ação destinada a captar recursos externos a fim de aumentar a capacidade de investimentos no Estado (MENSAGEM À ASSEMBLÉIA, 1968, p. 83).

O período que corresponde aproximadamente à década de 1970 é geralmente visto como o de ápice do BADEP, sua capacidade de negociar e gerenciar a implantação de unidades industriais em atividades até então não existentes no Paraná, conforme aponta Magalhães Filho (2006, pág. 55) com relação à implantação das empresas: “Philip Morris (cigarros), New Holland (Maquinário Agrícola) e Volvo (Caminhões e chassis para ônibus)”.

Podemos considerar que o BADEP teve várias participações para definição e elevação do desenvolvimento econômico e industrial no Estado, não somente de projetos privados, mas também de projetos públicos, onde podemos identificar o projeto da construção da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), nesta década que é considerado como um indutor do desenvolvimento industrial da capital do Paraná, assim, para Magalhães Filho (2006, p. 55) “consolidando seu conceito de instrumento indispensável para que o Paraná acompanhasse a onda desenvolvimentista que caracterizou essa década no Brasil”.

Este acontecimento resultou em uma grande perda na capacidade para desenvolvimento econômico, visto que o mesmo funcionava e participava como um forte mecanismo estimulador do processo de industrialização paranaense e o BANESTADO (Banco do Estado do Paraná) que permaneceu como instituição financeira pública do estado e era inadequado para o financiamento de projetos de longo prazo. A título de apreciação, o autor Magalhães Filho (1999, p. 44) cita no seu entendimento o grande papel do BADEP no que diz respeito ao processo de industrialização do Paraná, conforme segue:

[...] um dos papéis tradicionais dos bancos de fomento, como instituições que, por seus estudos e projetos, induzem as empresas a investir na implantação ou expansão de atividades produtivas [...] desde a realização de estudos de perfis industriais até a de pré-projetos de viabilidade técnico-econômica.

Para esse autor, a liquidação do BADEP foi considerada, um dos grandes momentos que contribuíram para o “desmanche” do processo de desenvolvimento econômico paranaense, conforme segue:

[...] Ainda que outras ações governamentais possam ser vistas, a posteriori, como apontando para o desmanche do projeto paranaense de desenvolvimento, é o fechamento do Banco BADEP, e a maneira como se deu que cria na opinião pública impacto suficientemente forte para, ainda que gradualmente e de forma difusa, gerar percepção de que ocorria uma

mudança qualitativa no processo de desenvolvimento econômico do Estado e nas políticas destinadas a fomentá-lo MAGALHÃES FILHO (1999, p. 24).

Isto posto não quer dizer que o Paraná tenha deixado de se desenvolver economicamente, mas sofreria um processo de reestruturação, principalmente no que tange a investimentos externos.

Considerando todo reflexo da economia brasileira, e regionalizando, podemos dizer que a economia paranaense passou por um período pós-80 caracterizado por quatro movimentos distintos, conforme relatório sobre o PIB paranaense do IPARDES, com os seguintes resultados:

- a) Entre 1981 e 1983: uma crise mais suave do que a brasileira, pois a agropecuária teve bons resultados neste período, resultando em resultados favoráveis ao estado;
- b) Entre 1984 e 1985: não houve recuperação da economia paranaense devido ao reduzido peso das exportações industriais do estado e devido ao mau resultado no agronegócio e da atividade agrícola naquele biênio;
- c) Em 1986: a economia paranaense permanece estagnada face à quebra de produção agropecuária decorrente de fatores climáticos não favoráveis;
- d) Em 1987: retração econômica mais sutil do que a brasileira, devido ao bom comportamento da agroindústria e agropecuária, favorecidos por fatores climáticos. (GUARAGNI, 2006, p. 108)

Mesmo que com resultados não muito positivos nesta década (80), houve interesse de algumas empresas em fazerem investimentos neste estado, conforme mensagem abaixo:

O Paraná está ingressando em uma nova etapa de desenvolvimento econômico, consolidando seu perfil industrial com a atração de indústrias que, só nos últimos 20 meses, representam intenções de investimentos da ordem de US\$ 4,5 bilhões. São mais de mil novas empresas que deverão reforçar o parque industrial paranaense em todos os setores, ou o equivalente à instalação de uma grande indústria a cada três dias (MENSAGEM À ASSEMBLÉIA, 1989, p. 17).

Apesar de toda turbulência na década de 80 considerada como a década perdida, chegara à década de noventa, onde a economia paranaense se ressentia dos efeitos da crise econômica vivenciada naquele período, a passagem da Mensagem à Assembléia (1990, p. 4), afirma na visão dos governantes da época como a “década perdida”.



Com todo o reflexo da década anterior, os anos 90 apresentaram ainda um crescimento considerável relacionado às indústrias que se instalaram no Estado do Paraná, principalmente se analisarmos o crescimento em relação ao País, conforme abaixo.

Tabela 1 – Taxa Geométrica de Crescimento do PIB no Paraná e no Brasil

		1985 – 1990	1990 – 1995
<b>Paraná</b>		%	%
	Agropecuária	-2,85	3,46
	Indústria	7,12	2,04
	Serviços	4,37	3,70
	Total	4,23	2,99
<b>Brasil</b>	Agropecuária	1,10	4,24
	Indústria	0,74	1,96
	Serviços	3,30	3,04
	Total	2,00	2,75

Fonte: Vasconcelos (1999)

Observa-se consideravelmente o acréscimo da indústria no estado do Paraná em relação ao acréscimo no Brasil.

Cabe salientar que para Trintin (2001, p. 135) “o parque da indústria paranaense é o quarto mais importante do Brasil”. Podemos destacar neste contexto a evolução da indústria metal-mecânica paranaense em decorrência da atração de grandes empresas do setor automobilístico, como: Audi-Volkswagen (1993), Renault (1996) e Chrysler (1998), entre outros empreendimentos no estado, mais precisamente na região metropolitana da Capital.

Esse crescimento ocorre especialmente a partir da segunda metade da década de 90, visto que, conforme indica Lourenço (2002, p. 11) até 1995 a estrutura produtiva do Paraná ainda estava fortemente sustentada nas etapas iniciais e intermediárias do complexo agroindustrial.

Podemos ainda outros aspectos:

O aspecto mais importante a ressaltar é que todos os gêneros que compõem os principais complexos da indústria paranaense tiveram comportamento dinâmico, com especial ênfase para o complexo metal-mecânico, no qual se encontram os gêneros de maior dinamismo: material de transporte, material elétrico e de comunicação e mecânica. Em segundo plano aparece o conjunto têxtil e vestuário, calçados e artigos de tecidos que se mostraram bastantes dinâmicos na década de 80, apesar da recessão enfrentada pelo País nesse período (IPARDES, 1994, p. 11).

De acordo com o escopo da presente pesquisa, além de retornar o processo econômico-industrial paranaense é necessário ressaltar as mudanças em termos de ações políticas no Estado do Paraná ao longo do período estudado, até o ano 2000.

Segundo Guaragni (2006, p. 116):

De modo objetivo as formas predominantes de atuação do Estado, em termos de políticas de desenvolvimento Industrial, percebe-se que em três dos cinco períodos estudados há o predomínio de características predominantemente protecionistas ou centralizadoras por parte do Estado, frente a uma forma de atuação mais liberal entre os dois períodos consecutivos de 1996 a 2003. A alteração da forma de atuação do Estado gerou perda de energia devido às grandes 'alterações de rumo' que as diferentes correntes ideológicas implicaram, mudando as características de seus '*modus operandi*' em intervalos de tempo muito curtos, contribuindo para criação de uma imagem do ente estatal confusa e instável. Além disso, estas mudanças ilustram bem a inexistência de um modelo 'ideal', 'absoluto' a ser adotado pelo Estado, visto que em ambas a máquina pública permaneceu funcional.

A partir de 1991, o governo do Paraná tinha identificado através do plano plurianual, que o Estado não mais era considerado como uma região essencialmente rural. Nesse período o governo estava preocupado não somente com a capital, mas também com o desenvolvimento das outras cidades e regiões metropolitanas, conforme ilustrado pelo texto abaixo:

[...] Não menos importante para responder ao desafio da urbanização será a política de regionalização dos investimentos industriais, elevando a receita das cidades do interior, gerando empregos e abrindo novas perspectivas de realização pessoal para sua população, com o que se criarão diques de contenção dos fluxos migratórios regional. (PPA, 1987-1991, p. 3)  
 [...] A industrialização, sob esta ótica, é também parte da resposta ao desafio das cidades, pois que, gerando renda e empregos, e estimulando a criação e o aperfeiçoamento de quadros técnicos, contribuirá para a melhoria das condições de vida da população urbana e do Paraná como um todo. (PPA, 1987-1991, p. 4).

Para Guaragni (2006, p. 126 ) podemos identificar claramente que a intenção de incentivar, através do Plano Plurianual 1987/1991, "o desenvolvimento industrial paranaense como uma forma de inserir um estado mais agressivo no cenário econômico brasileiro". O trecho abaixo traduz bem esta intenção:

A indústria paranaense cabe, neste Plano Plurianual, papel ainda mais importante: expandir-se quantitativa e qualitativamente, atingindo novos patamares capazes de fazê-la participar, de forma crescente, do saldo tecnológico que o setor industrial brasileiro deverá necessariamente dar até o final do século. (PPA, 1987-1991, p. 4).

Pode-se também salientar claramente, que alguns gêneros se destacaram na economia paranaense nessa época em termos de seu peso absoluto, e sua significância para a economia são tradicionalmente predominantes, como é o caso dos produtos alimentares, gênero que engloba uma parte significativa da agroindústria e é isoladamente o maior da economia estadual. A Indústria de produtos alimentares é composta por um grande número de empresas atuando em atividades bastante heterogêneas, embora existam alguns segmentos essencialmente àqueles vinculados à produção de proteínas vegetais (soja e milho) e animais em termos de abate, conforme ilustrado na tabela abaixo:

Tabela 2 – Valor Adicionado da Indústria Paranaense, segundo classificação dos Gêneros – 1990.

GÊNEROS	Valor (NCZ\$ 1.000)
Produtos Alimentares	7.529.782
Química	5.006.381
Papel e Papelão	2.410.870
Material de Transportes	2.366.795
Mecânica	2.089.448
Madeira	2.001.040
Material Elétrico e de Comunicações	1.977.803
Transformação de Materiais Não-Metálicos	1.847.958
Têxtil	1.584.175
Metalúrgica	907.778
Fumo	893.281
Mobiliário	808.342
Produtos de Matérias Plásticas	797.997
Bebidas	663.939
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos.	456.337
Couros, Peles e Artefatos.	453.144
Editorial e Gráfica	340.713
Diversos	326.787
Perfumaria, Sabões e Velas.	108.758
Borracha	87.153
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	52.041

Fonte: SEFA/Ipardes

Nessa década (90), outros produtos industrializados merecem destaque, entre eles: a indústria química, na qual a principal empresa atuante seria a

Petrobrás que isoladamente, ocupa uma posição de grande destaque em função da unidade de refino de petróleo de Araucária.

Outro aspecto importante ainda a ressaltar nessa década é que todos os gêneros que compõem os principais complexos da indústria paranaense tiveram comportamento dinâmico, com especial ênfase para o complexo metal-mecânico, cujos gêneros encontram-se entre os de mais dinâmicos: material de transporte, material elétrico e de comunicações e mecânica. Bem situados também, estão os segmentos do conjunto têxtil e vestuário, calçados e artefatos de tecidos, que se mostraram bastantes dinâmicos na década de 80 e 90, apesar da recessão que enfrentou o País naquele período, conforme ilustração da tabela abaixo.

Tabela 3 – Índice de contribuição com base no valor adicionado da Indústria Paranaense – 1980–1990.

<b>GÊNEROS</b>	<b>Índice</b>
<b>Dinâmicos</b>	
Material de Transporte	5,6706
Couros, Peles e Artefatos.	4,7193
Diversos	4,1783
Vestuário, Calçados e Artefatos.	2,5065
Perfumaria, Sabões e Velas.	2,5010
Material Elétrico e de Comunicações	2,4603
Editorial e Gráfica	2,1631
Produtos de Matérias Plásticas	1,9503
Mecânica	1,6481
Produtos Farmacêuticos	1,4835
Papel e Papelão	1,3263
Bebidas	1,2665
Metalúrgica	1,2557
Têxtil	1,2266
Fumo	1,2104
Produtos Alimentares	1,1251
Mobiliário	1,1120
<b>Estagnados</b>	
Transformação de Minerais Não-Metálicos	0,8587
Borracha	0,7555
Madeira	0,5011
Química	0,4829
<b>TOTAL</b>	<b>1,0000</b>

Fonte: SEFA/Ipardes

No Paraná, merece destaque de que somente parte deste complexo está aquém do esperado, sendo que a falta de matéria prima no Estado constitui-se numa das principais reações por não termos ainda na década de 80, um número maior de empresas vinculadas ao processo de industrialização.

A indústria que se constitui a base deste complexo, notadamente a de extração de minerais metálicos, encontra-se em outras regiões; conseqüentemente os setores existentes no Estado estão fortemente atrasados com relação às indústrias em outros estados. Por outro lado, as indústrias instaladas no Estado se encontram mais próximas da produção final ou de bens intermediários; Como destaque a empresa Volvo e a empresa Robert Bosch.

Dentro desse complexo, o gênero material de transporte destaca-se no Paraná por ter quase todo o seu valor concentrado no segmento de fabricação de veículos automotores, que apesar de aparecer com um número substantivo de empresas tem a sua produção concentrada em poucas delas. O número de empresas que aparece nesse segmento se explica porque são considerados os fabricantes de peças e acessórios para veículos automotores. O segundo colocado é o segmento fabricante de carrocerias para caminhões, também ligado ao transporte automotivo de cargas. A importância dos outros componentes desse gênero no Paraná é bastante pequena, indicando a complementaridade da indústria paranaense com a de outros estados e até mesmo do exterior.

As principais empresas de gênero listadas pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) são: Volvo, Robert Bosch, Nippondenso, Bernard Krone e Randon.

Se levamos em consideração o complexo de industrialização de metal-mecânico no Paraná, material elétrico e de comunicações, no final da década de 80, pode-se afirmar que o Estado tinha poucas empresas atuantes neste ramo de mercado, levando em consideração que a atividade metal-mecânico tem grande importância, particularmente pelo seu papel de elemento difusor de tecnologia, via bens de capital, insumos e outros equipamentos e componentes de conteúdo eletrônico. Foram considerados pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) como destaque deste período às empresas: Equitel, SID Informática, Inepar, Britânia e SID telecomunicações.

Na indústria metalúrgica destaca-se o setor siderúrgico que apesar de pequeno em termos da participação do Paraná no Brasil, tem peso dentro da metalúrgica estadual e responde, em conjunto com o setor produtor de bens de metais não-ferrosos, por aproximadamente 60% do valor gerado no setor.

Neste mesmo sentido, na década de 90 a FIEP considerou como destaque em termos de crescimento e desenvolvimento para o Estado, as seguintes

empresas: Siderúrgica Guairá, Perfilados Paraná, Blount Industrial de Correntes, Pergo Indústria de Aço e Plumbum S/A.

Com todas essas movimentações, com destaque a partir da década de 70, passando pelos anos 80 e 90, podemos identificar que o estado teve participação efetiva nos investimentos direcionados à indústria, inclusive pode-se dizer que apesar dos anos 80 serem considerados pelos governantes no Brasil como a “década perdida”, esta foi uma pré-condição para o incremento da economia do estado disparado na década de 90 e para o próximo século. Em busca do mercado exterior, o Estado deixou de ser voltado exclusivamente para agricultura, e passa a diversificar sua produção investindo no setor industrial, buscando assim, uma melhor qualidade em produção direcionando a exportação.

De uma economia exclusivamente agrária, o Estado do Paraná, investiu em vários outros gêneros de atividades que fizeram com que a estrutura produtiva industrial se destacasse no País, entre as quais podemos citar: metal-mecânica, mecatrônica, agroindustrialização, a transformação de celulose, entre outras. Com isso, até o final dos anos 1990, segundo a FIEP (2001, p. 12) “o Paraná atraiu investimentos que puderam somar a casa dos R\$ 14 bilhões”.

Nesse sentido, considerando à participação direta do Estado, podemos dizer que a atuação do governo no desenvolvimento econômico e industrial, foi bastante presente, mesmo com esforços muitas vezes em vão, em função de crises nacionais de conversão de moedas, abertura para comercialização de produtos importados, exportações, mercosul, entre outros pontos sensíveis que afetavam diretamente os estados, nestes o estado do Paraná.

### **3 A IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS COMO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

Com o desenvolvimento de um país, as organizações requerem cada vez mais profissionais qualificados, principalmente àqueles que apresentem características voltadas a estudos e análises dos fatores que fazem com que o desenvolvimento aconteça. A qualidade do ensino aplicado a esse profissional é extremamente importante visto que a boa estrutura educacional colabora para o desenvolvimento político, econômico e social. Esses profissionais poderão se tornar cidadãos mais cômnicos de seus direitos, deveres e também de suas obrigações como determina o código de ética de cada profissão, especificamente da área contábil expressa na Resolução 803/96, estabelecida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou o (CEPC) Código de Ética Profissional do Contabilista.

A necessidade de estudar a ciência e sua evolução requer a realização da pesquisa histórica, principalmente para focar como aconteceram as implantações do curso de Ciências Contábeis nas duas universidades, localizadas em Curitiba, a Universidade Federal do Paraná e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, sob a influência do desenvolvimento industrial.

A história de uma sociedade se constituiu em compreender e identificar os fatos passados, e estabelecer com base nesses um entendimento para o presente. Com isso, podem-se projetar com maior segurança idéias futuras. Como bem afirma Parma e Toynbee (1982 apud DA SILVA; MOURA s/data, p. 3) “Aqueles que não conhecem história estão fadados a repetir os seus erros. Terão que repisá-los”.

Para Eddington (1946, p. 258), a necessidade de se conhecer as origens “para que a exposição de um sistema de pensamento seja clara, é preciso que se comece pelas origens”.

Já em Sá (2002, p. 21) “só as origens dos pensamentos nos podem dar melhor idéia de como se justificam os fatos presentes”.

Assim, alguns autores colocam que o passado ou suas origens é bastante relevante para que se respondam questões presentes. Para que se compreenda a contabilidade, pois, como ramo importante do saber humano que é

necessário se faz remontar as profundas origens, mesmo que em alguns momentos superficialmente para darmos introdução a sua necessidade hoje na sociedade.

Para Sá (2002, p. 21) “antes que o homem soubesse escrever e antes que soubesse calcular, criou ele a mais primitiva forma de inscrição, que foi a artística, da qual se valeu para, também, evidenciar seus feitos e o que havia conseguido para seu uso”. Para esse autor as histórias da arte, das matemáticas, da escrita e da contabilidade possuem, portanto, pontos de estudo em comum.

### **3.1 A CIÊNCIA CONTÁBIL – EVOLUÇÃO, CONCEITUAÇÃO E CARACTERÍSTICAS**

A Ciência Contábil é colocada por alguns autores como uma ciência que é aplicada há mais de 4.000 A. C., e outros colocam que a mesma é tão mais antiga quanto à própria humanidade.

Outros autores colocam ainda que as Ciências Contábeis possam ser “reconhecidas há mais de 8.000 A. C.” (KOBAYASHI, 2005, p. 4). De acordo com estudiosos da história da contabilidade, registros de transações contábeis constam de tempos imemoriais. Seguindo alguns apontamentos do professor Francisco D’Áuria (1959, p. 15-20) podemos mencionar como exemplo o “código de MANU, na Índia com citações sobre renda, negócios e hierarquia organizacional”.

Para Sá (2002, p. 21) “há mais de 20.000 anos, no Paleolítico Superior, quando era ainda primitiva a civilização, mas já havia a indústria de instrumentos, como forma de uso de uma inteligência já desenvolvida, [...] surgiram às observações do homem em relação a suas provisões que eram sua riqueza patrimonial”.

Schmidt (2000 apud PELEIAS, DA SILVA; SEGRETTI; CHIROTTO, 2007, p. 20) assevera que a Contabilidade se manifestou antes do homem desenvolver a civilidade. Informação esta que outros autores, como: Nagatsuka e Teles (2002, p. 1), podem confirmar por meio do que citam:

O surgimento e a evolução da contabilidade confundem-se com o próprio desenvolvimento da humanidade. Neste contexto, os estudos sobre as civilizações da Antigüidade nos mostram que o homem primitivo já “cuidava



da sua riqueza”, através, por exemplo, da contagem e do controle do seu rebanho. Porém, alguns estudiosos fazem remontar os primeiros sinais objetivos da existência das contas e os primeiros exemplos completos de contabilidade, mesmo sendo uma forma de contabilidade rudimentar, há aproximadamente 4.000 anos a.C. na civilização sumério-babilônica. A contabilidade aprimorou-se de acordo com as necessidades de cada período histórico. O aparecimento da escrita, o surgimento da moeda, a prensa de Gutenberg, o descobrimento da América, a invenção da máquina a vapor, que deu impulso à Revolução Industrial, são marcos da nossa história que fizeram desencadear o desenvolvimento da ciência contábil.

Assim como o homem progrediu, também a Ciência Contábil, necessária ao progresso da humanidade, perseguiu essa evolução. Para Schmidt (2000 apud PELEIAS; DA SILVA; SEGRETTI; CHIROTTO, 2007, p. 20), isso revela que, como outros ramos do conhecimento ligados à sociedade, a História do Pensamento Contábil é produto do meio social de seus usuários, em termos de espaço, tempo e das próprias características.

Para podermos situar o desenvolvimento contábil no Brasil, tomamos por base a chegada da Família Real em razão deste fato ser considerado um marco histórico relevante, destacado por pesquisadores da área de Contabilidade, um deles, em Schmidt (2000, p. 17): “Esse fato teve repercussão política, pois culminou na independência do País, em 1822”. Causou, também, impacto econômico, pois tornou o Brasil o centro decisório da movimentação de recursos do Império Português, e social, pelas mudanças que a partir daí ocorreram na sociedade brasileira.

Como observamos, alguns autores colocam a contabilidade como sendo tão antiga quanto a própria humanidade, podemos dizer que a ciência está diretamente associada ao progresso de desenvolvimento da humanidade e da sociedade, principalmente no que se refere à qualificação profissional. Esses fatos podem ser evidenciados quando na posição de alguns pensadores, analisados e identificados através de pesquisas, entre eles podemos citar: Melis (1950), Sá (1997/2002), Schmidt (2000), Nagatsuka (2002), Ribeiro (2002) e Martins (2006).

Nos autores acima citados buscam em sua linha de pesquisa colocar como suas bases o desenvolvimento histórico da Ciência Contábil, as características das necessidades das épocas pesquisadas, a demonstração do fato ocorrido naquele momento e o próprio desenvolvimento da Ciência Contábil, observando a sua evolução. Observa-se nessas obras que todos afirmam ser uma das principais e mais importantes características de manifestação contábil, a conta – que através

desta informação desde o tempo dos homens das cavernas constituem esse tipo de controle e principalmente identifica através desse controle o seu o ponto econômico. Outros fatores são analisados, entre eles a correlação da contabilidade com a evolução da economia, manifestando assim a idéia de que a contabilidade poderia considerada como técnica auxiliar da própria economia.

Ainda podemos citar Ribeiro (2002, p. 33) que afirma ser a “Ciência Contábil que estuda e pratica as funções de orientação, de controle e de registros relativas à administração econômica”; logo podemos dizer que ela está intrinsecamente ligada à economia.

Sá (1997 apud PELEIAS; DA SILVA; SEGRETTI; CHIROTTO, 2007, p. 20) lembra que a Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, quase sempre seus progressos coincidiram com aqueles que caracterizam os da evolução do homem.

Colocado que a contabilidade vista como ciência é bem mais antiga do que a própria civilização, consideraremos a seguir a história desta ciência dentro do Brasil.

### **3.2 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE NO BRASIL**

A pesquisa das Ciências Contábeis no Brasil concentra-se em dois eixos: o conhecimento histórico da evolução da contabilidade, e outro direcionado a como o curso teve acesso às universidades no Brasil. Podemos dizer que o foco de pesquisa desta dissertação está diretamente associado ao que vem sendo desenvolvido em termos de estudos.

Toma-se por base para o estudo, o Decreto-Lei nº. 9295/46 que regulamenta a profissão do contabilista, a Lei no. 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e o advento das novas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Ciências Contábeis, com o Parecer CNE/CES no. 289/2003, e Resolução CNE/CES no. 10/2004. Este conjunto de regulamentações propugna a formação de profissionais dotados de competências que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais, possibilitando identificar a

preocupação dos órgãos em preparar este profissional para o desenvolvimento e a própria necessidade desta ciência.

Antes do movimento citado no parágrafo anterior, destacam-se alguns estudos sobre o ensino comercial e da contabilidade no Brasil. Alguns trabalhos são reconhecidos neste aspecto, como por exemplo, o estudo feito por Oliveira (2006, p. 10-29) que analisou o desenvolvimento desde o ensino comercial e como está a contabilidade no Brasil neste início do século XXI. Tomou como estudo o aspecto da evolução da contabilidade, com a influência das mudanças tecnológicas, com o advento da produção industrial. Para esse autor, a contabilidade tem seu desenvolvimento pautado pelas mudanças na sociedade, nos seus meios de produção, nas modificações de suas maneiras de negociar e no desenvolvimento da ciência, e ainda deve ser notada também a influência da utilização das informações geradas pela contabilidade para fins de desenvolvimento social e econômico.

Para outros autores, como: Saes e Cytrynowicz (2001), Bacci (2002), Ludícibus (2006), Pereira; Kobayashi; Aragaki; Gonçalves; Mompean; de Lima (2006), o ensino comercial contribuiu para a origem dos cursos superiores de Contabilidade no País, desde a criação da aula de comércio por D. João VI, em 1808, as principais alterações em formas de legislações até o novo código civil no ano de 2002 através da Lei nº. 10.406. Entre as menções estabelecidas nos estudos, podemos citar o comentário de Ludícibus (2006, p.41):

Provavelmente a primeira escola especializada no ensino da Contabilidade foi a Escola de Comércio Álvares Penteado, criada em 1902. Alguns autores preferem fazer recair a honra do pioneirismo na Escola Politécnica de São Paulo, a qual, alguns anos antes, em seu Curso Preliminar, já incluía a disciplina Escrituração Mercantil. Conquanto legalmente e cronologicamente tais autores possam ter razão, o fato de haver a disciplina de Escrituração Mercantil não caracteriza, a meu ver, um Curso de Contabilidade.

Para Pereira, Kobayashi, Aragaki, Gonçalves, Mompean e de Lima (2005, p. 9), têm merecido destaque os seguintes eventos:

1850 – Código Comercial – exigência da escrituração mercantil;  
1880 – Manual mercantil de Verediano de Carvalho – escrituração contábil;  
1890 – Contabilidade oferecida como disciplina do direito administrativo na Escola Politécnica do Rio de Janeiro;

1902 – Fundação Escola Prática de Comércio – atual Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado;

1905 – Decreto-Lei nº. 1339 – reconheceu os cursos de guarda-livros e perito-contador;

1940 – Decreto-Lei nº. 2627 – Instituiu a primeira Lei das Sociedades por Ações no Brasil;

1945 – Criação das Faculdades de Ciências Contábeis, embora já tivesse sido organizada em 1931 pelo Decreto-Lei nº. 20158;

1946 – Criação da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, na qual foi instituído o curso de ciências contábeis e atuariais; e o decreto-lei 9295 – criação do Conselho Federal de Contabilidade e dos Conselhos Regionais;

1964 – Introdução do método didático de ensino de contabilidade norte-americana, que substituiu gradativamente os autores italianos pelo professor José da Costa Boucinhas;

1971 – Lançamento do livro de contabilidade introdutória pelo Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da FEA-USP, com a mesma metodologia didática do livro *Principles of accounting introductory*, de Finney e Miller, que desde 1932 enfatiza a contabilidade como um sistema de informações e mensuração das transações e dos eventos econômicos;

1976 – Lei nº. 6404, que regulamenta as sociedades por ações e mensuração contábil com destinação entre a manutenção do capital físico e monetário por meio da correção monetário de balanço;

1977 – Decreto-Lei nº. 1598 – adequou o Regulamento do Imposto de Renda à Lei das S.A.;

1981 – Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 530 – disciplinou as Normas Brasileiras de Contabilidade;

1993 – Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 750, que elege os Princípios Fundamentais de Contabilidade com a introdução do princípio da atualização monetária;

1994 – Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 774;

1995 – Lei nº. 9249 – artigos 4º e 5º - proíbem a correção monetária de balanço;

1997 – Lei nº. 9457, Comissão de Valores Mobiliários – CVM;

1999 – Anteprojeto de reformulação da Lei das S.A.;

2000 – Projeto de Lei nº. 3741 – propõe alterações da Lei nº. 6404/76;

2002 – Novo Código Civil, Lei nº. 10406, que passa a exigir a demonstração do resultado econômico e lucros e perdas.

Identificados os aspectos históricos relativos ao ensino da Contabilidade nos trabalhos analisados, podemos evidenciar que toda constituição e evolução histórica estão presentes na Ciência Contábil e que esta é afetada diretamente pelos aspectos econômicos, políticos e sociais mais precisamente a partir do século XIX até os dias atuais. Diante do exposto, ilustraremos nos próximos capítulos deste material a efetiva evolução do ensino de contabilidade no Brasil.

### **3.3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO DA CONTABILIDADE NO BRASIL**

Como percebemos anteriormente a contabilidade teve início, no Brasil, ainda no século XIX. Considerou-se, então, necessária a aplicação da contabilidade ao curso de direito administrativo, na escola politécnica do Rio de Janeiro. A partir deste momento, para Peleias, da Silva, Segretti e Chirotto (2007, p. 22) “a evolução estudada começou no século XX, com a instituição formal das Aulas de Comércio e do Instituto Comercial do Rio de Janeiro”. No século XX, abrangeu o ensino comercial, os cursos profissionalizantes e a criação do ensino superior em Ciências Contábeis.

Para os autores acima podemos considerar que a evolução histórica do ensino da contabilidade no Brasil, passou por seis fases consideradas importantes:

Século XIX – Aulas de Comércio – 1890;  
 Século XIX – Instituto Comercial – Rio de Janeiro – Década de 50;  
 Século XX – Ensino Comercial – 1ª década;  
 Século XX – Curso Profissionalizante – Década de 20;  
 Século XX – Ensino Superior – Década de 40;  
 Século XX – Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Década de 70; (PELEIAS; DA SILVA; SEGRETTI; CHIROTTO, 2007, p. 22).

### **3.4 SÉCULO XIX – FUNCIONAMENTO DAS AULAS DE COMÉRCIO**

No início do século XIX, com a vinda da Família Real Portuguesa, iniciou-se o ensino comercial e de contabilidade no Brasil, e a prioridade resumia-se em vendas dos bens produzidos direcionados ao mercado internacional.

As atividades da Colônia resumiam-se basicamente em gêneros para exportação, principalmente metais, pois constituíam as principais operações que influenciavam a movimentação do ensino da contabilidade no Brasil. Internamente, o comércio era movido pelas exportações de produtos beneficiados e por outros produtos importados para atendimento exclusivamente nos grandes centros urbanos.

Após tornar-se sede do Império Português; o Brasil sofreu grandes alterações relacionadas à situação econômica, política e social.

Em 1809 foram criadas as Aulas de Comércio, por meio de Alvará de 15 de julho, iniciando-se o ensino comercial no Brasil, visto que com a entrada do Império Português foi identificada a necessidade de um comércio instruído e moralizado. Essas aulas tinham pouca expressão nas províncias, pois os comerciantes tinham como características adquirir conhecimentos no cotidiano do dia-a-dia. O curso tinha duração de três anos, e as disciplinas eram distribuídas da seguinte maneira: primeiro ano ministrava-se aritmética, geometria e álgebra; do segundo ano em diante ministrava-se contabilidade, escrituração mercantil e geografia.

Para Schmidt (2000, apud PELEIAS; DA SILVA; SEGRETI, CHIROTTO, 2007, p. 23): “Os primeiros estudos referentes às Ciências Contábeis encontram-se na obra de Visconde de Cairu (José Antonio Lisboa) publicada em 1804, intitulada Princípios de Economia Política”. Em 1809, ele tornou-se o primeiro a apresentar um sistema de direito comercial e a realizar os primeiros estudos de economia política no Brasil.

A partir de 1830, o governo imperial por meio de seus decretos, reestruturou e ofertou modificações, deixando de forma mais clara qual era a idéia de se ofertar às aulas de comércio. Durante o século XIX o comércio com suas operacionalizações ao mercado externo foi o que impulsionou o desenvolvimento da economia brasileira.

Outro fator importante nesse período foi o incremento das atividades comerciais inglesas, que voltaram ao país após o final do conflito em razão do comércio de escravos, a perda de importância relativa desse comércio e até sua extinção teve impacto positivo no desenvolvimento econômico do Brasil no período. Esse foi o cenário para uma maior regulamentação do ensino comercial e da Contabilidade.

No período Imperial a escolha e nomeação dos lentes, assim denominados na época os docentes, era a grande preocupação do governo nesse momento. Em função das irregularidades e da arbitrariedade muitas vezes usada para essa escolha e nomeação, o Governo Imperial definiu, com o Decreto nº. 121, de 31.01.1842, os critérios para a seleção de docentes. Esse decreto determinou que a princípio os indicados fossem avaliados pelo Governo Imperial e que, não

existindo substitutos, haveria concurso público para o provimento dos cargos, nas condições ali previstas. Já no período de 1846, houve a promulgação do Regulamento das Aulas de Comércio no Estado do Rio de Janeiro, fundamentado através do Decreto nº. 456 de 06 de Julho deste ano.

Nesse mesmo período, o ano letivo era composto por dois períodos consecutivos, com alguns exames finais, entre eles eram abordadas as disciplinas de: Direito Comercial, Prática das Principais Operações e Atos Comerciais, e a Arte da Arrumação de Livros, conforme consta no artigo 12 do Regulamento que definia, para o segundo ano, a oferta das disciplinas História Geral do Comércio e Arrumação e Prática de Livros. Os livros deveriam ser escriturados pelos alunos e apresentados quando solicitados.

Os critérios determinados pelo governo para os discentes terem acesso ao curso das aulas de comércio eram: ter mais que quatorze anos, obter aprovação no exame da Gramática da Língua Nacional, Aritmética e Língua Inglesa ou Francesa. Os bacharéis em Letras do Colégio Pedro II e os aprovados no primeiro ano da Escola Militar estavam dispensados do exame admissional. As disciplinas eram ministradas por um único professor (lente) a cada ano, admitida a possibilidade de haver um substituto.

O Decreto no. 456/1846 demonstra que a respeito do currículo das aulas do comércio havia disciplinas voltadas às práticas diárias utilizadas no próprio comércio, e que essas teriam como foco principal o aprendizado para organizar a parte financeira existente na contabilidade da época.

Durante a década de 1850 ocorreram algumas reformas e eventos importantes para o ensino comercial e contábil brasileiro, dentre eles, cita-se o decreto nº. 769, de 09/08/1854, materializando assim o decreto nº. 1763, de 14.05.1856, que deu novos estatutos à Aula de Comércio da Corte, sendo transformado em Instituto Comercial do Rio de Janeiro. A grade curricular sofreu algumas alterações significativas nesse período, mantendo-se a duração do curso em dois anos. O conteúdo foi distribuído em quatro cadeiras, sendo a primeira de Contabilidade e Escrituração Mercantil. Para Peleias; da Silva; Segretti; Chiroto, (2007, p. 24) “a comparação desses Estatutos com o Regulamento contido no Decreto nº. 456/1846 revela a profundidade das mudanças promovidas na Aula de Comércio”.

Outro fato importante na época, destacado por Bielinski (2000) e Saes e Cytrynowicz (2001, p.40) era que, “apesar de já existirem há cerca de meio século, as aulas de Comércio não atraíam grande número de alunos”. Outros cursos, como Direito, Engenharia e Medicina, atraíam número maior de interessados das classes socialmente mais favorecidas na época.

A partir do século XIX, principalmente pela substituição do trabalho escravo, o centro econômico do país começou a migrar para a Região Sudeste. A produção do café expandiu-se decisivamente, tornando-o principal produto de exportação em torno da década de 70 desse século. Importante nesse processo, segundo Furtado (1995, p.114), “é observar que a etapa da gestação da economia cafeeira é também a de formação de uma nova classe empresarial que desempenhará papel fundamental no desenvolvimento subsequente do país”. Para os autores: Peleias; Silva; Segretti; Chiroto Chiroto (2007, p. 24) “além da cultura cafeeira, o surgimento do Código Comercial, em 1850, a expansão das estradas de ferro, das empresas de serviços urbanos e dos investimentos estrangeiros foram indicadores de crescimento da economia”. Outro evento importante foi a promulgação da Lei nº. 1083, de 22.08.1860, considerada por Ludícibus e Ricardino Filho (2002) como a primeira Lei que regulamentou as Sociedades Anônimas do Brasil. Esse quadro contribuiu para uma reorganização do ensino comercial na década de 60 do século XIX.

Outros fatores importantes a partir da década de 60 do século XIX merecem destaques, entre eles: O Decreto nº. 2741, de 9.02.1861, definiu que os estudos do Instituto Comercial do Rio de Janeiro formariam um curso preparatório e outro profissional. Verifica-se, em seu artigo 1º, que o curso profissional possuía quatro cadeiras, sendo a segunda de Escrituração Mercantil e Legislação de Fazenda. No artigo 10º, consta que, para todas as aulas oferecidas no curso profissional, não seria exigida habilitação anterior, exceto para a de Escrituração Mercantil, cuja matrícula dependia de aprovação na cadeira de Aritmética Completa, a primeira oferecida na série inicial determinada pelo decreto acima mencionado.

O Decreto nº. 3058, de 11.03.1863, define a reorganização do ensino comercial e os novos rumos e ações do Instituto Comercial do Rio, dentre eles a alteração da duração do curso que passaria de dois anos para quatro anos, e também a permissão para freqüentar as aulas àqueles alunos que fossem maiores de treze anos de idade, aprovados em exame de Gramática Nacional e Caligrafia.



As disciplinas do curso foram distribuídas nos quatro anos e a disciplina Escrituração Mercantil passou a ser oferecida no 3º. e 4º. anos.

Os critérios de seleção estabelecidos para ingresso nos referidos cursos e da composição da grade curricular, com três disciplinas de línguas estrangeiras (Inglês, Francês e Alemão), e quatro disciplinas da área de Exatas (Aritmética, Álgebra, Geometria e Estatística Comercial), constantes do Decreto nº. 3058/1863 permitem avaliar o rigor e a qualidade pretendida com o curso oferecido.

Nas décadas de 70 e 80 do século XIX, também aconteceram novas mudanças no estatuto do Instituto Comercial alterados pelo Decreto nº. 7679 de 28/02/1880. Novamente a duração do curso passou de quatro anos para ser concluído em dois anos. No ano de 1879, foi elaborado o Decreto nº. 7538 que determinava a extinção das cadeiras de Francês, Inglês, Alemão, Caligrafia e Matemática, estabelecida como base para os alunos em decretos anteriores, e esse na década de 80 tem influência como pré-requisito na seleção dos alunos através do decreto nº. 7679, onde se manteve a oferta de escrituração mercantil.

Em Bielinski (2000, apud PELEIAS; DA SILVA; SEGRETI, CHIROTTO, 2007, p. 24) “relatou a extinção do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, em 1882”. Além da pouca atratividade em relação a outros cursos, a autora descreveu as dificuldades dos alunos em atenderem as exigências para ingresso no curso, e a dificuldade do Instituto em atender as necessidades que o comércio da então Capital Federal apresentava à época. Assim como Rodrigues (1984), “citou a criação de outro Instituto Comercial do Rio de Janeiro, por meio do Decreto Legislativo no. 98, de 26 de julho de 1894”. Relatou que, na mesma época, houve a iniciativa e os esforços para a criação do curso Comercial do Imperial Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, e os bons resultados obtidos com essa iniciativa.

Após esse período, iniciou-se uma nova fase para o ensino, com grandes mudanças e a expansão do ensino comercial, entre 1889 e 1931. Essas mudanças foram motivadas por uma combinação de fatores: crescimento econômico causado pelo aumento na produção e crescimento da urbanização, principalmente da cidade de São Paulo.

Ainda dominando a pauta de exportações e a economia nacional, como padrão para um modelo agrário-exportador, as flutuações do preço internacional do café afetavam a economia do país. Os períodos de grave crise no setor cafeeiro, ao final do século XIX e início do século XX, causados pela

superprodução e pela queda da demanda entre as Grandes Guerras, levaram os produtores de café a investir em outras áreas.

No mesmo período cresceram os serviços públicos, por meio dos órgãos administrativos e do aumento da burocracia, o que exigiu maior qualificação dos funcionários para executar suas funções.

As necessidades de ação administrativa no campo dos serviços públicos, da educação e da saúde, da formação profissional, da organização bancária, etc., no sul do país tornaram-se cada vez maiores.

Furtado (1995, p.172) cita o surgimento de “novos grupos de pressão política”. Entre estes se destacam a classe média urbana, empregados do governo, civis e militares, e do comércio, os assalariados urbanos e rurais, os produtores agrícolas ligados ao mercado interno, as empresas estrangeiras que exploram serviços públicos, das quais nem todas têm garantia de juros.

Se analisarmos as citações dos autores acima, podemos identificar que o País passou por grandes transformações e estas repercutiram diretamente nas aulas de comércio, e mais tarde na contabilidade que posteriormente ficou determinada como Ciência Contábil.

### **3.5 SÉCULO XX: O ENSINO DE CONTABILIDADE NO COMÉRCIO E ABERTURA DOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES**

A partir do início do Século XX, através do Decreto nº. 1339, de 09/01/1905, a Academia de Comércio do Rio de Janeiro que veio substituir o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, teve seus diplomas oficialmente reconhecidos. Os diplomas a princípio abrangiam dois níveis, já que a Academia possuía dois cursos: O primeiro seria a formação prática e geral, que se destinava a guarda-livros, perito judicial e empregos na área pública; o segundo seria ofertado em nível superior, e habilitava para os cargos de agentes-consultores, funcionários dos Ministérios da Relações Exteriores, atuários das seguradoras, chefes de contabilidade de Bancos e de grandes empresas comerciais.

Através deste mesmo decreto 1339/05, estendeu-se todas as suas disposições à Escola Prática de Comércio de São Paulo, fundada em 1902, e posteriormente denominada Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, tornando-se uma referência no ensino comercial, ao lado da Academia de Comércio do Rio de Janeiro.

Em 1926 através do Decreto nº. 17329 foram instituídos os cursos profissionalizantes, ou de Ensino Técnico Comercial que regulamentaram os estabelecimentos de ensino para oferecerem esses cursos: um com formação geral de quatro anos e outro, superior, de três anos. O curso geral conferia o diploma de Contador e o superior o título de graduado em Ciências Econômicas.

Uma das características, ou melhor, solicitações para que os ingressantes tivessem acesso ao curso geral seria que a idade mínima fosse de treze anos e, no curso superior, dezessete anos. Esse Decreto estabeleceu as disciplinas oferecidas para ambos os cursos, especificadas para cada ano, bem como sua duração. A grade do curso de formação geral ofertava as disciplinas: Contabilidade, Contabilidade Mercantil, Contabilidade Agrícola e Industrial e Contabilidade Pública.

Através do Decreto no. 20158, de 30.06.1931, regulamentaram-se a profissão de contador e também se reorganizou o ensino comercial, dividindo-o nos níveis propedêutico, técnico e superior. O propedêutico exigia o mínimo de doze anos para ingresso e realização de exames admissionais. Peleias; Silva; Segretti; Chiroto, (2007, p. 26), complementam a informação:

No técnico, dividiu o ensino comercial em ramificações: secretário, guarda-livros e administrador-vendedor, com duração de dois anos, e atuário e perito contador, com duração de três anos. A análise da grade curricular revela a oferta de disciplinas contábeis aplicadas aos negócios mercantis, industriais, agrícolas e bancários.

Em 1939 uma nova denominação se dava ao curso de perito-contadores. O Decreto-lei no. 1535, de 23.08.1939, denominou-o como Curso de Contador.

Em 1943, o Decreto-lei no. 6.141, estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino comercial, desdobrando-o em dois ciclos: o

primeiro com um curso comercial básico e um segundo com cinco cursos de formação denominados cursos comerciais técnicos, dentre eles o de Contabilidade.

### **3.6 SÉCULO XX: O ENSINO SUPERIOR EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Para Vianna e Villela (2005, apud PELEIAS, 2007, p. 26), o principal legado do período Pós-guerra, até a ascensão de JK, “[...] parece residir no reforço da industrialização baseada na substituição de importações e na continuidade do nacionalismo de cunho pragmático”. A vitória do “nacional-desenvolvimentista”, personalizado durante anos nas figuras de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, impunha o desenvolvimento das forças produtivas locais em toda sua extensão técnica e administrativa, assim, “o processo de industrialização pautado sob o capital estrangeiro intensifica-se na década de 50” (CRUZ, 2007, p. 3).

A partir da década de 40 com o desenvolvimento econômico do Brasil a contabilidade, bem como a sua profissão de Contador, teve um avanço e houve a necessidade de elevar o nível desse ensino e conseqüentemente a valorização profissional, criando-se assim através do Decreto-Lei nº. 7988 de 22 de setembro de 1945, o curso Superior de Ciências Contábeis e Atuariais.

A necessidade de termos profissionais qualificados com a titulação de Bacharel em Ciências Contábeis, principalmente no Paraná, vem com o aumento gradativo das empresas que começaram a identificar o crescimento de possíveis negócios que poderiam ser instaladas dentro deste estado.

O Decreto-Lei nº. 7988 estabelecia o grau de Bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais àqueles que concluírem os quatro anos de estudos e poderão obter o título de Doutor em Ciências Contábeis e Atuariais àqueles que, após, no mínimo de dois anos de graduado, viessem a defender tese original e de excepcional valor (defesa direta de tese). Esse decreto, além de dispor do ensino superior em Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Atuariais, especificou não somente as disciplinas como também a seqüência na qual deveriam ser ministradas (curso seriado), assim dispostas:

Tabela 4 – Grade curricular através da Lei nº. 7988

<p><b>Primeira Série</b>  Análise Matemática  Estatística Geral e Aplicada  Contabilidade Geral  Ciências da Administração  Economia Política</p> <p><b>Terceira Série</b>  Matemática Atuarial  Organização e Contabilidade Bancária  Finanças das Empresas  Técnica Comercial  Instituições de Direito Civil e Comercial</p>	<p><b>Segunda Série</b>  Matemática Financeira  Ciências das Finanças  Estatística Matemática e Demográfica  Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola  Instituição de direito público</p> <p><b>Quarta Série</b>  Organização e Contabilidade de Seguros  Contabilidade Pública  Revisões e Perícia Contábil  Instituições de Direito Social  Legislação Tributária e Fiscal  Prática de processo Civil e Comercial</p>
--	--

Fonte: Decreto-Lei 7988/45

Em 1945, através do Decreto-lei nº. 8.191, de 20 de dezembro, definiu-se que a Profissão de Contador seria composta por novas categorias profissionais: Técnico em Contabilidade para os Técnicos em Contabilidade e Guarda-Livros (com este decreto o diploma de Guarda-Livros foi substituído pelo diploma de Técnico em Contabilidade) e Bacharel para os de nível superior, Contador e Atuários, e Perito-Contadores.

No próximo ano, em 1946 através do Decreto-Lei nº. 15.601, o governo do Estado de São Paulo, instituiu a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas - FCEA, instalada como dependência da Universidade de São Paulo. Com a criação da FCEA, posteriormente denominada de FEA, foi determinado também o primeiro núcleo de pesquisa contábil no Brasil. A sua criação foi muito significativa para a época e para o país, conforme encontramos em Oliveira (2003, p. 29):

Em 1946, surgia a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, com a instalação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais, já sob a influência da pesquisa segundo os padrões norte-americanos. A influência americana na contabilidade adotada pelo Brasil deve-se em grande parte às empresas de Auditoria de origem anglo-americanas, que trouxeram para cá os procedimentos contábeis já sedimentados em seus Países de origens.

Segundo Oliveira (1995, p.35) o Corpo Docente do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais, na FEA no campus da Universidade de São Paulo,

quando da sua implantação, “era constituído de muitos dos grandes nomes do Cenário Contábil Nacional, boa parte deles professores egressos da Escola de Comércio Álvares Penteado”.

Surgiu nessa época também a oportunidade de professores trabalharem em regime de dedicação integral; esses professores concentraram seus esforços não só na docência, mas principalmente na pesquisa, constituindo-se, assim, o primeiro núcleo de pesquisa contábil do Brasil.

Segundo Silva (1980, p.85), cita:

O Curso secundário apresentou um desenvolvimento acentuado até meados da década de sessenta, enquanto que o curso superior vegetava (...) posição essa que se inverteu a partir do fim dessa década (referindo-se aos anos 80), com um crescimento maior do curso de bacharéis e uma queda do curso técnico de Contabilidade (...) o ensino da disciplina acompanhava, dos fins de quarenta até praticamente o início de setenta as teorias predominantes da Escola Italiana, preocupados muito mais com a prática de execução nos diferentes ramos onde a Contabilidade é aplicada.

Somente em 13 de junho de 1949, através do Decreto Federal 26.775, o curso de Ciências Contábeis foi reconhecido na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, que a partir de 1951 através da Lei 1401 desdobrou o curso de Ciências Contábeis e Atuariais.

Na década de 60 com a fixação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional e com a criação do CFE – Conselho Federal de Educação, o curso de Ciências Contábeis sofreu algumas modificações fundamentadas na Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Dentre elas, cabe destacar a fixação dos currículos mínimos e da duração dos cursos superiores destinados à formação para as profissões regulamentadas em Lei.

Nos anos 50 e 60, o Brasil assim como todos os outros países, entre eles os europeus passaram por grandes modificações e prosperidades na economia global. Com isso, aconteceram suas evoluções e conseqüentemente influências no curso de Ciências Contábeis.

O Brasil, mais precisamente nos anos 51/52, havia tido uma das suas primeiras participações no mercado externo, importando grandes quantidades de equipamentos para investir nos variados setores da atividade interna.

Na década de 60 é identificada uma maior participação do setor secundário ou industrial em relação ao setor primário da economia, além da crescente participação na produção de bens duráveis e de capitais.

Os profissionais desses setores encontravam no mercado de trabalho várias possibilidades de atuação, sendo necessário adequar e qualificar esses profissionais e, conseqüentemente o governo determina uma alteração nos currículos dos cursos superiores que foram abrangidos através da Lei 4.024/61, já mencionada anteriormente.

Em 1963 o Conselho Federal de Educação – CFE fixou o currículo mínimo para o curso de Ciências Contábeis através da Resolução expedida em 08 de fevereiro de 1963, onde em seu artigo 1º, fez a seguinte menção: “ficam assim estabelecidos os currículos correspondentes aos cursos de: Ciências Econômicas, Ciências Atuariais e Ciências Contábeis”, em ciclo básico e profissional. Dentro de cada ciclo, definiu-se que, no Ciclo Básico a formação fosse direcionada para: Matemática, Estatística, Direito e Economia. Já na formação para o Ciclo Profissional, ficaram determinadas as seguintes disciplinas: Contabilidade Geral, Contabilidade Comercial, Contabilidade de Custos, Auditoria e Análise de Balanço, Técnica Comercial, Administração, Direito Tributário.

O estabelecimento do currículo mínimo pelo Conselho Federal de Educação, composto de matérias obrigatórias, não tirava o caráter flexível dos cursos, já que as matérias complementares ficavam a cargo de cada instituição de ensino, procurando respeitar a necessidade do mercado e do perfil de profissional que cada instituição desejava formar.

Nas décadas de 60, 70 e 80, alguns fatores a educação no ensino superior de Contabilidade, entre eles pode-se citar: a Ditadura Militar, que conseqüentemente influenciou o cenário econômico do País; as altas dos preços do petróleo na década de 70 e na década de 80, onde por alguns autores como Magalhães Filho (2006) considerados como “década perdida” em função do não desenvolvimento do país.

No que diz respeito ao tempo de duração do curso, cada instituição de ensino poderia vir a reduzir ou aumentar essa duração mínima, desde que, respeitando a carga horária mínima anual de 772 horas e ao final do curso de 2.700 horas.

Em Congresso Interamericano de Educadores da área Contábil em 1983, alguns professores da área reuniram-se e direcionaram uma proposta de inclusão nos currículos das Faculdades de Ciências Contábeis das disciplinas humanísticas, justificando, que estas ensinam a pensar, a disciplinar o pensamento e a metodizar pesquisas e indagações científicas. Justificavam dizendo: “precisamos nos liberar da atávica tendência de formarmos administradores-contadores, ou economistas-contadores, para formarmos, apenas e acima de tudo, Contadores capazes de dialogar com administradores, economistas, engenheiros, etc” (FRANCO, 1983, p. 9).

A Resolução CFE nº. 03, de 3.10.1992, fixou os conteúdos mínimos e a duração dos cursos de Graduação. Para Ciências Contábeis, a duração estabelecida foi de 2.700 horas/aula, integralizadas no máximo em sete e no mínimo em quatro anos para o período diurno e cinco para o noturno. Fixou também normas para que as instituições de ensino superior elaborassem os currículos para o curso de Ciências Contábeis, definindo o perfil do profissional a ser formado.

Essa Resolução agrupou as disciplinas em três categorias de conhecimentos, estabelecidos em seu artigo 5º, § 1º: Categoria I: conhecimentos de formação geral e de natureza humanística; Categoria II: conhecimentos de formação profissional e Categoria III: conhecimentos ou atividades de formação complementar. As disciplinas contábeis foram concentradas nas categorias II e III. A categoria II reuniu disciplinas contábeis exigidas na formação superior, conhecimentos eletivos a critério das instituições e as “Contabilidades Aplicadas”. A categoria III reuniu conhecimentos ou atividades de formação complementar, obrigatórios de formação instrumental e atividades obrigatórias de natureza prática, a critério de cada instituição. Ficando assim distribuídos através dessa Resolução:

Tabela 5 – Categoria I – Conhecimentos de Formação Geral de Natureza Humanística e Social (de 15 a 25%):

<b>Disciplinas Obrigatórias</b>	<b>Disciplinas Obrigatórias ou Eletivas</b>
Língua Português	Noções de Psicologia
Noções de Direito	Filosofia da Ciência
Noções de Ciências Sociais	Cultura Brasileira, e Outras.
Ética Geral	
Ética Profissional	

Fonte: Resolução 03/92



Tabela 6 – Categoria II – Conhecimentos de Formação Profissional (compreendendo de 55 a 75%):

<b>Conhecimentos Obrigatórios de Formação Profissional Básica</b>	<b>Conhecimentos Obrigatórios de Formação Profissional Específica</b>	<b>Conhecimentos eletivos (a critério da instituição)</b>
Administração Geral	Contabilidade Geral	Contabilidade Gerencial
Economia	Teoria da Contabilidade	Sistemas Contábeis
Direito Trabalhista	Análise das Demonstrações Contábeis	Contabilidade Agrícola e Pecuária
Direito Comercial	Auditoria	Contabilidade de Seguros
Direito Tributário	Perícia Contábil	Contabilidade de Cooperativas
Direito Societário	Administração Financeira e Orçamento Empresarial	Contabilidade Previdenciária
Matemática	Contabilidade Pública	Contabilidade Imobiliária
Estatística	Contabilidade e Análise de Custos	E outras disciplinas

Fonte: Resolução 03/92

Tabela 7 – Categoria III – Conhecimentos ou Atividades de Formação Complementar (de 10 a 20%):

<b>Conhecimentos Obrigatórios de Formação Instrumental</b>
Jogos de Empresas
Laboratório Contábil
Estudo de Caso
Trabalho de conclusão de curso
Estágio Supervisionado
E outras disciplinas.

Fonte: Resolução 03/92

A resolução 03/92, além de estabelecer a ordem das disciplinas a serem cursadas por categoria, essas contempladas entre I, II e III, determinava em cada categoria que se utilizasse o percentual (%) referente à sua carga horária total de 2.700 horas. Então, podemos observar que para o profissional conseguir sua titulação ele teria que participar de 15 a 25% em disciplinas específicas para a formação geral de natureza humanística e social; de 55 a 75% em disciplinas de formação profissional; e de 10 a 20% em disciplinas de conhecimentos ou atividades de formação complementar.

Dentre as leis estudadas podemos citar as Leis 5540/68, 5692/71 que segundo Saviani (1978, p. 174), “que juntas se complementam na ambição de haver reformado toda a organização escolar brasileira”. A Lei nº. 9394/96 que revogou a Lei no. 4024/61 onde definiu as novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional e introduziu várias mudanças no ensino superior, tais como: a qualificação

docente, produção intelectual, docentes com regime de tempo integral e perfil profissional ligado à formação da cultura regional e nacional.

Na seqüência foram promulgados o Parecer CNE/CES no. 776/97 com orientações para as diretrizes curriculares dos cursos de Graduação, e o Edital Sesu/MEC no. 04/97, convocando as instituições a oferecerem propostas de novas diretrizes curriculares para os cursos superiores, cujo trabalho foi realizado por comissões de especialistas indicados pela Sesu/MEC.

No capítulo seguinte será abordado a constituição da Universidade do Paraná, antes de sua federalização e após a sua federalização. Terá como idéia central a criação do curso de Ciências Contábeis na IES no Paraná.

## **4 A CONSTITUIÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR**

O presente capítulo apresentará a criação da primeira Universidade no Paraná, e focará sob a constituição do curso de Ciências Contábeis. A sua criação, em 1912, teve precursores que, contudo, não conseguiram realizá-la principalmente pela imprecisão da idéia universitária. O historiador paranaense Rocha Pombo, pela Lei nº. 93 do Congresso Legislativo Estadual, teve autorizada uma concessão para o estabelecimento de uma universidade em Curitiba, confundidos, porém os seus objetivos com aqueles do ensino médio. Ainda em 1912, Fernando Moreira, Pamphilo de Assumpção e Victor do Amaral e Silva, integram, em junho, uma comissão destinada a dotar Curitiba de ensino superior, na vigência de Lei Rivadávia, que instituía a liberdade de ensino em território nacional.

Outros idealizadores, liderados por Nilo Cairo, tinham por essa época também o ideal da Universidade. Assim, unidos principalmente Victor do Amaral e Silva, com seu prestígio de médico de renome e deputado federal, e Nilo Cairo, com a audácia e a obstinação da sua ação, “apoiados pelo Governo de Carlos Cavalcanti, trabalharam no decorrer dos últimos meses do ano de 1912, conseguindo a 19 de dezembro reunir a primeira assembléia universitária de fundação e instalação da Universidade do Paraná” (WESTPHALEN, 1969, p. 256).

Estava criada a primeira instituição de ensino superior pública no Estado. Considerando-se o número daqueles paranaenses que procuravam outros Estados a fim de realizar estudos superiores, muitos desses viajando até o Estado de São Paulo e Rio de Janeiro para a realização de seus estudos, bem como daqueles que, por falta de recursos, não o faziam em função de um gasto alto.

Este capítulo apresentará como foco a Universidade Federal, por considerar a sua grande participação em educação, principalmente no período pesquisado onde o primeiro surto de desenvolvimento industrial no Paraná teve influência em toda a sua estrutura.

Efetuados comentários sobre a sua criação, passamos a seguir a apresentação da universidade já na década de 50 com idéia de apresentarmos o curso de Ciências Contábeis nesta instituição.

#### **4.1 ESTRATÉGIAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ APÓS A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL ATÉ A DÉCADA DE 50**

No mesmo momento em que acontecia a Primeira Guerra Mundial, o governo federal resolveu fechar as Universidades, isso não quer dizer que a guerra tenha sido a causa, mas foram as ações do governo que coincidiram com o momento. Então era necessário que a Universidade do Paraná criasse alternativas para evitar o seu fechamento. A forma mais adequada e encontrada na época para driblar a lei e continuar funcionando, foi desmembrar a Instituição em faculdades, o que ocorreu. Durante trinta anos a instituição firmou-se com características de faculdades, mesmo neste período buscaram-se formas de restauração da Universidade, o que acontecia no início da década de 50, quando as faculdades foram reunidas e novamente foi formada a Universidade do Paraná. Para essa unificação foi fundamental o apoio da imprensa e da comunidade, inclusive com atuação política. Localizado em Westphalen (1969, p. 257) que “entretempos novos estabelecimentos de ensino superior surgem no Paraná”, entre as instituições de ensino podemos citar a Escola Técnica do Comércio De Plácido e Silva na década de 30, onde teve o início do curso técnico denominado “guarda livros”, que mais tarde venho denominar-se (Fadeps) Faculdade de Plácido e Silva, ofertando o curso de Ciências Contábeis já em nível de graduação. Somente em 1992 ao se unir com outra instituição de ensino superior, passou a denominar-se a atual Uniandrade.

Restaurada a Universidade, em um momento onde o País estava se redemocratizando e que, segundo Michelotto (2006, p. 32), “a UFPR apresenta, em sua trajetória, dados e momentos focais de tendências à democratização e de crítica, ao elitismo”, a próxima batalha passou a ser a federalização. Na época o reitor Flávio Suplicy de Lacerda mobilizou as lideranças do Estado e em 1950, através do decreto nº. 1254, conseguindo a sua federalização e assim a Universidade do Paraná tornava-se uma instituição pública e gratuita.

Nesse processo de busca pela federalização, “em março de 1950, o Conselho Universitário, de conformidade com os Estatutos da Universidade, deliberou incorporar à Universidade do Paraná a Faculdade de Ciências Econômicas mantida pela Faculdade de Direito” (UFPR, Universidade do Paraná, 1950, p. 20), na qual era ministrado o curso de Ciências Econômicas.

E com a federalização ocorrida em 1950, a Universidade do Paraná passa a ser denominada como Universidade Federal do Paraná, integrada por diversas faculdades, e com boas “bases físicas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades didáticas e científicas” (WESTPHALEN, 1987, p. 13).

#### **4.2 INCORPORAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Concomitantemente às transformações que iam ocorrendo, a Lei nº. 1401 de 1951, específica para o ensino de Ciências Contábeis, reformulou o ensino do referido curso, desdobrando-o com a criação do curso de Ciências Atuariais. Embora a Congregação da FCE (Faculdade de Ciências Econômicas) fosse responsável pelo curso de Ciências Econômicas, pretendia ampliar sua atuação no âmbito universitário, ao colocar em funcionamento os Cursos de Ciências Contábeis e Ciências Atuariais, ambos com quatro anos de duração.

O Curso de Ciências Contábeis, proposto desde 1952 pela UFPR, teve publicado seu edital de concurso de habilitação para matrícula na primeira série somente no ano de 1956 e deveria entrar em funcionamento no ano seguinte. Assim, a UFPR em 1959, publicou a seguinte informação: “Em 1959 a Faculdade de Ciências Econômicas passou a diplomar Bacharéis em Ciências Contábeis. Foram 7 neste ano”. (UFPR, 1959, p. 81).

Quanto ao desdobramento dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Atuariais proposto pela Faculdade de Ciências Econômicas, somente foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação no parecer nº. 125/57 e homologado pelo Ministro da Educação e Cultura de acordo com o Diário Oficial da União em 24 de abril de 1957. Em seguida, no ano de 1958, foram abertas 50 vagas para o primeiro ano de Ciências Contábeis. Sem dúvida, tratava-se de uma iniciativa ousada, pois do início até os primeiros anos de 1950 as vagas dos concursos de habilitação para o primeiro ano dos cursos da Faculdade nem sempre eram preenchidas, e para tanto eram reabertas as inscrições após o exame vestibular. Com isso, “pode-se observar que em 1950 estavam matriculados na FCE 54 alunos, em 1951, 66; em 1952, 83; e em 1953, 109” (UFPR, 1952/1953, p. 141).

No início dos anos 60, a situação econômica brasileira encontrava percalços. Jânio Quadros, ao assumir a presidência, afirmava que:

O déficit global do balanço de pagamento havia chegado a US\$ 410 milhões, para exportações totais de US\$ 1.270 milhões. A dívida do Brasil – segundo Quadros – chegara a US\$ 3.800 milhões, dos quais US\$ 600 milhões venciam em 1961. O déficit orçamentário previsto para 1961 era superior a Cr\$ 100 bilhões, cerca de 1/3 da receita prevista para o exercício. A inflação em 1959 e 1960 superava os 30% ao ano, cerca do dobro da inflação média anual do período 1950-1958. (FAUSTO, 1984, p. 158)

Em 1962, a UFPR completava 50 anos de atividades, o governo do Estado do Paraná, fez uma menção pública, com as seguintes informações:

A grande Universidade do Paraná é fruto de coragem e do espírito do pioneirismo daqueles que a fundaram em 1912. Hoje, está perfeitamente consolidada pela ação administrativa invulgar do seu atual Reitor e desempenha papel impar na vida educacional e cultural do Estado. Da Universidade do Paraná tem saído cientistas e técnicos de nível superior que tanto colaboram no desenvolvimento econômico do Estado, juntamente com educadores e profissionais liberais que promovem o nosso desenvolvimento social (MENSAGEM À ASSEMBLÉIA, 1963, p. 60).

Com o novo regime político implantado no país pela ditadura, a partir de 1964, houve reformulações em todos os níveis da administração pública, inclusive no ensino. Na década de 60, o governo militar procurou elaborar um plano de ciência e tecnologia que permitisse ao Brasil acompanhar a expansão do capitalismo internacional, apresentando altos índices de produtividade.

Para implantar a Reforma Universitária, foram fixadas algumas linhas mestras: no plano institucional, a reforma de estrutura da instituição universitária, com a implantação do sistema departamental, do ciclo básico e do sistema de créditos; no plano físico, o desenvolvimento do campus universitário com instalações e equipamentos adequados para os diferentes laboratórios e centros; no plano docente, a verdadeira profissionalização da carreira do professor, com a implantação e o estímulo às atividades de pesquisa e pós-graduação e a implantação dos regimes especiais de trabalho, particularmente o de tempo integral e dedicação exclusiva; no plano discente, ocorria a busca por uma integração cada vez maior do estudante na vida universitária.

Assim, de acordo com o regimento da Faculdade de Ciências Econômicas em 1965, esta era composta dos seguintes departamentos, segundo

Siqueira (2006, p. 82), “[...] Departamento de Contabilidade: compondo-se das cadeiras: Contabilidade e Contabilidade Geral; Contabilidade Comercial; Contabilidade e Custos; Auditoria e Análise de Balanços e ainda, da disciplina autônoma: Contabilidade”.

Os departamentos eram das faculdades, que atuavam de forma autônoma dentro da universidade. Em consequência disso, veio a reformulação, para acabar com a duplicidade de departamentos. Com a centralização da universidade, houve um rearranjo dos departamentos, que passaram a prover disciplinas para os outros departamentos.

No plano geral, buscava-se uma organização baseada no ensino e na pesquisa.

Em 1966 o Decreto-lei nº. 53, de 18 de novembro, conferiu às universidades federais uma estrutura que cumpria as finalidades de preservar a unidade de suas funções de ensino e pesquisa e assegurava plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para afins idênticos ou equivalentes. Cada “unidade universitária foi defendida como um órgão de ensino e pesquisa e o Decreto-lei nº. 252 de 28 de fevereiro de 1967 estabeleceu que cada área deveria concentrar-se em departamentos” (UFPR, 1998, p. 70).

Em 1967, foi extinta as cátedras, a estrutura da universidade baseava-se em departamentos reunidos em unidades administrativas, denominadas institutos e faculdades.

Para Westphalen, (1987, p. 24) “O departamento passava a constituir a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático - científica e de distribuição pessoal”.

Diante das alterações na legislação e das reorganizações dos departamentos internos da UFPR ocorridas até o período de 1967, neste ano, a Faculdade de Ciências Econômicas, passou a ter três cursos: Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração.

Em 1968 promulga-se a Lei 5.540 que tinha por função estabelecer diretrizes do ensino de 3º grau, sendo denominada como “lei da reforma universitária” (SAVIANI, 1978, p. 174), e que esta repercutiria em todas as instituições de ensino superior.

A partir de outubro de 1969, a FCE passou a denominar-se Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Paraná (FEA).

Com o plano de reestruturação da UFPR sendo aprovado somente em 1969, pelo reitor Flávio Suplicy de Lacerda, e posteriormente, pelo Decreto nº. 66.614 de 21 de maio de 1970. O estatuto da UFPR foi reorganizado, com relação aos departamentos, reunindo-os em unidades administrativas, denominadas institutos e faculdades. Os institutos concentravam o ensino e a pesquisa básica, e as faculdades ministravam o ensino, a formação profissional e a pesquisa aplicada. Entre elas, figurava a Faculdade de Economia e Administração, onde estava locado o curso de Ciências Contábeis.

Também pelo estatuto de 1970, os cursos de graduação deveriam compreender dois ciclos. O primeiro ciclo comum para os cursos afins, e o segundo ciclo de formação profissional. Estabelecia ainda a matrícula por disciplina e a fixação de pré-requisito, o sistema de créditos e o regime semestral. As disciplinas eram agregadas em departamentos, e instituíram-se os Colegiados de curso, bem como o Conselho de Ensino e Pesquisa, que passou a funcionar em 1971.

Em ata mencionada em catálogo geral da UFPR de 1973 assim discorria sobre as possibilidades de trabalho dos formados na FEA, Faculdade de Economia e Administração:

[...] **Ciências Contábeis:** “Atualmente, até as pessoas físicas já recorrem a contabilistas mais comumente quando da declaração relativa ao Imposto de Renda. De modo geral, seu campo de trabalho se estende a todos os ramos do comércio, da indústria, bancos e serviços em geral, além de todos os tipos de órgãos públicos federais, estaduais e municipais” (UFPR, 1973, p. 465).

Dessa maneira era evidente que o curso de Ciências Contábeis atenderia as necessidades das pessoas físicas, bem como as organizações públicas e privadas.

### 4.3 CRIAÇÃO DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Em 1973, no dia 12 de setembro através do decreto nº. 72.782, foi criado o Setor de Ciências Sociais Aplicadas, porém, só teve seu regimento aprovado pelo Conselho de Administração da UFPR em 18 de julho de 1975, como



uma unidade do sistema de ensino profissional e pesquisa aplicada da universidade. “Reunia as antigas faculdades de Direito, e de Economia e Administração e possuía os seguintes departamentos: Administração Geral e Aplicada; Ciências Econômicas; Contabilidade [...]” (SIQUEIRA, 2006, p. 112).

Cabia ao Setor de Ciências Sociais Aplicadas:

Ministrar o ensino e o treinamento profissional do Direito, da Economia, da Administração e da Contabilidade; formar quadros culturais compostos de elementos habilitados para o exercício dessas profissões e para altas funções da vida pública; estimular a investigação científica e a cultura filosófica das ciências, ministrar disciplinas de sua área que integram quaisquer cursos da universidade, atendidas as condições peculiares de cada curso. O ensino será ministrado em nível de pós-graduação, aperfeiçoamento e especialização. (UFPR, 1975, p. 1).

Nos anos 80, o Brasil assistiu a uma grande transformação política, econômica e cultural. Após 20 anos de regime ditatorial, ocorreu a posse de um presidente civil em 1985, Senhor José Sarney. Esse processo foi acompanhado por eleições em todos os segmentos. No campo econômico, ocorreu a ruptura do processo de crescimento da economia brasileira, acompanhada de recessão, o que ocasionou prejuízos econômicos ao País. Do ponto de vista tecnológico, tais perdas foram também sentidas seja pelo arrefecimento dos programas governamentais de financiamento à pesquisa, seja pelas restrições à incorporação do progresso técnico em alguns setores.

O processo de crescimento industrial que marcou o período de 1968-1980, porém, dotou o país de uma capacidade produtiva moderna. Para a maioria das indústrias responsáveis pela exportação de manufaturados nos últimos dez anos, isto significa operar nas adjacências da fronteira tecnológica internacional. Exemplos notáveis nesse sentido são os de celulose, petroquímica, siderúrgica, e diversos outros segmentos do complexo metal-mecânico. Ademais, a experiência adquirida através do esforço de vendas no exterior, durante anos consecutivos, conduziu a uma expressiva melhoria dos níveis de eficiência empresarial, em termos de controle de qualidade, escolha de instrumentos adequados de comercialização, maior percepção dos sinais emitidos pelos mercados importadores, formação de equipes qualificadas para atuar na área internacional, etc. (CNPq, 1986, p. 40).

No Estado do Paraná, “o plano de governo visava consolidar o parque produtivo, a expansão e a diversificação de sua base produtiva” (PARANÁ, 1987, p. 45). O desenvolvimento era orientado pelo governo e pelo empresariado paranaense mediante a ação conjunta no Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná (Coind). Tratava-se do apoio à pequena e média empresa,

ao artesanato, às microdestilarias e ao desenvolvimento do Programa Nosso, congregando ações governamentais na área de indústria e comércio. A atuação de órgãos governamentais também era requerida, como o Instituto de Pesos e Medidas (IPEM) e o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar).

O novo estatuto da UFPR de 1983 trouxe algumas transformações estruturais para a instituição, como ocorreu quanto às Pró-Reitorias, que passaram a ser: de Administração, de Ensino e Pesquisa, de Pós-Graduação, de Planejamento, de Assuntos Comunitários e de Órgãos Suplementares. Quanto aos setores, assistiu-se ao desmembramento do Setor de Ciências Sociais Aplicadas em dois, ficando assim estabelecido: “o Setor de Ciências Jurídicas, composto pelo curso de Direito e seus departamentos; e o Setor de Ciências Sociais Aplicadas, constituindo pelos cursos de [...], Ciências Contábeis, [...] e seus respectivos departamentos” (SIQUEIRA, 2006, p. 141).

Westphalen, (1987, p. 54) salienta que “em 1984, o SCSA possuía 127 de um total de 1.948 professores da UFPR, sendo cinco com doutorado, 29 com mestrado, 27 com especialização e 66 com graduação”.

Em 1988, a Editora Abril, colocou em circulação e publicou na especializada GUIA DO ESTUDANTE – CURSOS E PROFISSÕES, edição de 1988, a avaliação e classificação com uma a cinco estrelas – indicando cinco categorias e conceitos: fraco, regular, bom, muito bom e excelente – de todos os cursos universitários do país. No qual “[...] o curso de ciências contábeis foram classificados com o conceito BOM (três estrelas) não havendo classificação superior no Estado do Paraná, o que enaltece o setor de ciências sociais aplicadas e a UFPR e nos incentiva a novos avanços com entusiasmo e determinação” (UFPR, SCSA, Ata, 7/jun./1988 apud SIQUEIRA, 2006, p. 143).

Apesar das avaliações positivas relacionadas no parágrafo anterior, o setor e a universidade, em sua totalidade, enfrentavam problemas quanto à evasão escolar, comportando, turmas com mais de 140 alunos. Segundo o conselheiro Divonzir Lopes Beloto, “o aluno matricula-se e depois descobre que não é o que ele procurava e abandona o curso, mas a vaga permanece ocupada. É um problema estrutural”. (UFPR, SCSA, Ata, 1º/Nov./1988). Para se ter uma idéia, em 1990 havia no curso de Ciências Contábeis diurno, 100 vagas disponíveis.

Em virtude da política educacional de Ensino Superior vigente no País, que contava com o apoio dos órgãos de pesquisa e programas de fomento,

como o CNPq, vários professores se afastaram, buscando a realizar cursos de aperfeiçoamento e titulação, inclusive professores buscando Mestrado em Contabilidade na USP.

Outros professores também foram afastados de suas funções para buscarem o doutorado fora do País. Essas eram as exigências de qualificação docente que o mercado estava exigindo naquele momento.

#### **4.4 CORRELAÇÃO DO CURSO COM AS EXIGÊNCIAS DO MERCADO**

Um dos focos da UFPR para o Centro de Ciências Sociais Aplicadas, mais especificamente em Ciências Contábeis, era preparar o estudante para atuar no poder público, conforme menciona a Ata de reunião do SCSA de 07 de junho de 1988:

Deputado Estadual Gernote Kirinus ao Magnífico Reitor desta Universidade, no sentido de que o Setor organize, futuramente, Cursos envolvendo as áreas de [...], Ciências Contábeis, [...], para assessores do Poder Legislativo, com ênfase no trato de problemas afetos à comissão de Orçamento da Augusta Assembléia Legislativa do Estado, será realizado Seminário com a participação do Professor Abdo Baaklini da Universidade de Albany (EUA), tendo os Senhores Chefes do Departamento aprovado a sua realização.

Na década de 90, podemos também dizer que final do século XX, o país sofre, sobretudo na área econômica, com a queda da inflação e a implantação de uma moeda forte. Vários setores se modernizaram, provocando a reestruturação da indústria, com o impacto do mercado de trabalho, tornando-se competitivos internacionalmente.

Com o Plano Real, ocorreu estabilização dos preços, intensificando-se a abertura, mas as restrições ao crescimento da economia brasileira continuaram. O governo, em meio a uma crise de financiamento do desenvolvimento, implantou um processo de privatização das empresas que no passado foram promotoras de desenvolvimento.

Após a introdução do “plano real”, a sobrevalorização cambial, aliada à abertura da economia, permitiu o aumento das importações e exportações no País. Lacerda (1998, p. 129), faz essas comparações e ilustrações:

As importações alcançaram US\$ 33,2 bilhões em 1994, US\$ 50 bilhões em 1995 e US\$ 61 bilhões em 1997. As exportações refletiam outra situação: cresceram de US\$ 38,7 bilhões em 1993 para US\$ 53 bilhões em 1997. Como consequência, o saldo comercial positivo de US\$ 13,3 bilhões de 1993 transformou-se num déficit de US\$ 8,4 bilhões em 1997.

Para enfrentar a nova dinâmica do mercado, o Estado passou a desenvolver uma política de fomento na atração de investimentos. Grandes empresas instalaram-se no Paraná ou ampliaram aqui suas atividades, entre elas: Renault, Eletrolux, Chrysler, Cimento Portland e Klabin. O planejamento institucional optou pela indústria automobilística, como trampolim para a transformação do perfil socioeconômico do Paraná.

Nesse processo de aberturas e transformações, a Universidade Federal foi chamada a cumprir o seu papel, ao integrar pesquisas e novas tecnologias com a demanda social. Com isso, a pesquisa cada vez mais passou a depender de equipes multidisciplinares de trabalho e de uma vasta rede institucional, bem como de aportes crescentes de recursos.

Nessa conjuntura, a UFPR, como todas as instituições de Ensino Superior do País, continuou vivenciando um processo de crise. Para enfrentá-lo, tornou-se necessário que a instituição efetivasse o seu projeto de autonomia e institucionalizasse as parcerias, a fim de manter a sua relação com a comunidade. A inserção do Brasil na era da revolução científica e tecnológica, determinada pela globalização, exigia aos desafios postos, aos quais a Universidade Federal não poderia se furtar.

No âmbito do Estado do Paraná, perante os novos paradigmas impostos pela passagem de uma economia de estrutura agroindustrial para uma economia basicamente industrial, foi fundamental a parceria com a universidade que, com as suas inteligências, contribuiu decisivamente para os saltos de qualidade dos programas governamentais.

No campo político, na década de 90, o país vivia sob o impacto das primeiras semanas do Governo Collor, que tomou medidas marcadas por forte autoritarismo e sem a avaliação correta dos prováveis desdobramentos sociais que

acabaram por intervir, de forma drástica, na vida dos cidadãos e das instituições de ensino. No bojo dessas medidas, estava a chamada Reforma Administrativa, que “visava à redução do tamanho do Estado, com a extinção e a transformação de vários órgãos federais e com um corte no número de servidores civis” (SIQUEIRA, 2006, p. 156). Isso levou ao rompimento da tradição do estado provedor e empregador ao comprometimento dos serviços essenciais, trazendo prejuízos para o setor público e para a sociedade brasileira.

As novas reformas do Estado no campo econômico e político levaram a que grande parte dos docentes e servidores de instituições federais, inclusive da UFPR, se aposentassem, gerando espaço para a renovação do corpo docente em respostas às mudanças de orientação federal. Toda essa transformação atingiu diretamente o Setor de Ciências Sociais Aplicadas, de um lado levando a aposentadoria, de outro levando seu corpo docente a investir na capacitação nas mais diversas e especializadas instituições nacionais e internacionais.

O setor de Ciências Sociais Aplicadas em 1995, segundo Siqueira (2006, p. 158), “possuía aproximadamente 2.500 alunos, 101 docentes (60% com títulos de Doutor ou Mestre), [...] organizava-se em três departamentos: o de Economia, Ciências Contábeis e Administração Geral e Aplicada”.

Segundo Siqueira (2006, p. 155) “no início dos anos 1990, mais de 95 mil alunos freqüentavam cursos de nível superior no Paraná, ministrados pela UFPR, PUCPR, UEL, UEM, UEPG, CEFET e mais 43 faculdades isoladas.” Portanto, a UFPR, aperfeiçoou o curso de Ciências Contábeis, almejando que o profissional formado pela instituição deveria ser muito bem qualificado.

Nesse mesmo período, com o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a deliberação da Lei 9394/96, onde tinha por objetivo a melhora das diretrizes e bases da educação (LDB), e que teria grandes influências nas instituições de ensino, principalmente nas Universidades sob a direção do governo. Entre as reformas pode-se citar o artigo nº. 54, da Lei que “determina que as universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura [...], assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal.”

Também cabe apresentar a importância determinada pelo artigo nº. 56 da referida lei que as “instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados

deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional”.

#### 4.5 O PERFIL DESEJADO DO PROFISSIONAL A SER FORMADO

O Departamento de Ciências Sociais Aplicadas ofertava o curso de Ciências Contábeis que tinha por meta formar profissionais capazes de produzir e analisar informações econômicas e financeiras e de participar do processo de gestão de todas as organizações humanas, empresas e instituições, com ou sem fins lucrativos. Esse departamento estabelece que o aluno deva ter acesso no primeiro ano do curso, à contabilidade básica, matemática financeira, estatística, entre outras disciplinas. No decorrer do curso, o estudante aprofunda seu conhecimento em matérias de contabilidade e recebe ensinamentos de direito comercial, trabalhista e tributário.

Podemos observar as distribuições das disciplinas ofertadas em 2007 aos discentes, são as seguintes:

Tabela 8 - Grade curricular de 2007 – UFPR

<p><b>1º Ano</b>            Administração (B)            Semiótica Aplicada ao Sistema de Informação Contábil            Tópicos Especiais em Metodologia da Pesquisa em Informação            Economia            Contabilidade Básica            Matemática Financeira</p>
<p><b>2º Ano</b>            Estatística IV            Contabilidade Empresarial (A)            Contabilidade Pública            Informática Aplicada            Sociologia e Sociedade Contemporânea (2º Semestre)            Direito Comercial (1º Semestre)</p>
<p><b>3º Ano</b>            Contabilidade Empresarial (B)            Direito do Trabalho (1º Semestre)            Direito Tributário (1º Semestre)            Contabilidade e Análise de Custos            Finanças Corporativas e Mercado de Capitais            Análise das Demonstrações Contábeis (A)            Comportamento Organizacional</p>

<p>Estágio Supervisionado I (2º Semestre)</p> <p><b>4º Ano</b></p> <p>Teoria da Contabilidade  Controladoria  Auditoria  Ética Geral e Profissional  Contabilidade Internacional  Tópicos Específicos de Contabilidade  Contabilidade Gerencial  Perícia Contábil  Estágio Supervisionado II</p>
--

**Fonte:** Universidade Federal do Paraná – (UFPR)

Quando observado o quadro acima, podemos considerar que a IES pesquisada demonstra a preocupação de trabalhar a formação social do cidadão na disciplina de sociologia somente no segundo semestre do segundo ano.

Analisado todo procedimento de orientação educacional da instituição pública (UFPR), observamos que do decorrer de sua criação até a sua federalização (tomando por base estes dois eventos, como principais informações para a constituição), podemos dizer que esta instituição teve preocupação não somente em difundir conhecimentos àqueles que buscavam uma melhor qualificação na época, mas sim, em desenvolver e adequar o aluno à democracia e ao próprio desenvolvimento do Estado.

Seus idealizadores buscavam primeiramente atender ao estado que necessitava de pessoas qualificadas; em segundo a própria qualificação dos seus docentes e terceiro uma estrutura de aprendizagem adequada à realidade do país.

Essas buscas eram para que os discentes tivessem conhecimentos e pudessem estar qualificados principalmente com aspectos éticos, e com conhecimentos econômicos para que colaborassem com o desenvolvimento do Estado. Se analisarmos como a instituição integrou a grade curricular estabelecida pelo Conselho Federal de Educação no início de suas atividades e buscarmos a atual grade curricular podemos identificar que a instituição não só esteve preocupada em atender ao CFE e conseqüentemente ao MEC, como também atender à demanda do mercado e conseqüente uma melhor preparação para esses discentes que terão sua contribuição para o desenvolvimento econômico do Estado, e de um País.

## 5 A CONSTITUIÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ – PUCPR

A Pontifícia Universidade Católica do Paraná foi fundada no ano de 1959 na cidade de Curitiba do Estado do Paraná por Dom Manuel da Silveira D'Elboux<sup>4</sup>, arcebispo de Curitiba, naquela época, por meio da união de várias faculdades católicas isoladas nesta cidade. Até 1974 era administrada pela arquidiocese de Curitiba, passando daí em diante a ser administrada pelos irmãos Maristas. Somente a partir de 1986, foi concedido à Universidade o título de Pontifícia.

O Curso de Ciências Contábeis da PUCPR pertence ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas criado no campus de São José dos Pinhais em 1990. Teve como primeiras discussões de sua criação o ano de 1991, com turmas iniciadas somente em 1992.

Quando se fala em educação integrada a instituição leva em consideração que deve existir um equilíbrio entre as disciplinas básicas e as disciplinas direcionadas ao exercício profissional. A parte científica deve ser tanto quanto possível, profunda. Dar boa base para os alunos no futuro, possam se dedicar à ciência pura, se assim preferirem.

---

<sup>4</sup> Dom Manuel da Silveira D'Elboux – Fundador da Universidade Católica do Paraná, Pontifícia desde 1985. Nasceu em Itu, Estado de São Paulo, em 29 de fevereiro, no ano bissexto de 1904. A partir de 1925 passou a frequentar o Seminário de São Paulo, para ordenar-se em 1931. Foi Vigário da Paróquia de Santa Cecília na capital do Estado e secretário particular do arcebispo Dom Duarte Leopoldo da Silva. Vice-reitor do Seminário Central de Ipiranga em 1936, exerceu a reitoria quando o reitor José Gaspar de Afonseca Silva passou o bispo auxiliar da arquidiocese de São Paulo. Em 1940 foi a vez dele, Dom Manuel, de ser sagrado bispo e imediatamente nomeado Auxiliar da diocese de Ribeirão Preto, cujo titular era Dom Alberto José Gonçalves, coincidentemente oriundo de Curitiba e nesta cidade sucedido por Dom Atiço Eusébio da Rocha. Morto Dom Alberto, Dom Manuel passa a titular em 1946. Com o falecimento de Dom Ático de Curitiba, Dom Manuel é nomeado para sucedê-lo em 18 de agosto de 1950, assumindo a arquidiocese dia 8 de dezembro do mesmo ano. Espírito irrequieto, dinâmico, até 1955 havia criado 16 novas paróquias, tendo incrementado a obra das Vocações Sacerdotais. Chamou para Curitiba outras congregações religiosas – Companhia de Jesus, Oblatos da Virgem Maria, Missionários da Consolata, Padres de Dom Orione, Contemplativas Servas do Santíssimo Sacramento, além de xaverianos, carmelitas, dominicanos e estigmatinos. Construiu o Lar dos Meninos de São Luiz, que veio a abrigar o Asilo São Luiz. Intensificou estímulo às congregações marianas. Fundou o jornal católico *Voz do Paraná*. Promoveu a campanha das Missões, designando para tal 33 padres redentoristas. Preparou e realizou o Primeiro Congresso Eucarístico Provincial do Paraná. Criou o Cabido Metropolitano. E como se não bastasse, idealizou e fundou a Universidade Católica, provendo-a inclusive do campus definitivo. Faleceu no dia 5 de fevereiro de 1970, sendo sucedido por Dom Pedro Fedalto. (HOERNER JUNIOR, 1993, p. 17).



A parte profissionalizante deve ser ministrada não apenas de forma livresca. Os professores, tanto quanto possível, devem ter vivência na profissão que ensinam para auxiliarem os alunos em sala de aula.

Todos os professores devem dosar bem a parte profissionalizante com experiência de laboratório, permanecendo esses com muito uso. Também cabe salientar que o uso da biblioteca deve ser estimulado aos discentes, direcionando-os para construção de seu senso crítico.

O ensino deve ser feito de forma a estimular a criatividade e responsabilidade do aluno. Evitar o emplastramento de indicações do professor, a serem memorizadas. Desenvolver um plano progressivo adaptado ao aluno.

O professor deve exigir disciplina e seriedade, porém com benevolência e espírito compreensivo. Tratar os alunos com espírito fraterno, evitando o distanciamento aluno-professor.

Nessa instituição todos os cursos devem ter disciplinas de formação espiritual, voltados para o catolicismo, principalmente, mas respeitando e incentivando a espiritualidade dos membros de outras religiões. A presença do ensinamento evangélico deve existir em todas as disciplinas e não apenas nas de ciências religiosas.

O aluno deve ser estimulado desde os primeiros anos de estudos a conhecer a profissão que exercerá, sejam por visitas, estágios ou exposições, seja para fortalecer sua vocação; O aluno deve ser levado a compreender (e tornar-se adepto) de sua responsabilidade social, seus deveres para com os semelhantes a quem deve servir.

O serviço ao semelhante será colocado em primeiro lugar e, por causa disso, se deseja a competência e a eficiência profissionais (e não apenas a lucratividade do trabalho). O período de vida escolar deve ser pontilhado de oportunidades para mostra amor à Pátria, ao grupo humano ao qual pertencemos ao ser humano em geral,

Os alunos e suas associações tenham seus códigos de ética que os levem a agir sempre pelo bem: do ser humano, da convivência pacífica e não preconceituosa, do progresso e da grandeza nacionais, do trabalho harmônico entre todos os grupos humanos, pelo bem do estado, da cidade, da Universidade e da comunidade estudantil.

Aos discentes devem ser facultadas muitas oportunidades para o intercâmbio intelectual e experimental entre estudantes e professores das áreas científicas e técnicas com os conhecimentos humanísticos: filosofia, artes, história, antropologia, ciências sociais.

O intercâmbio técnico-científico seria obtido tanto pela disposição adequada de interdisciplinaridade curricular, como pelos atos universitários obrigatórios e facultativos ao longo do ano letivo.

A presença dos familiares dos alunos deve ser incentivada na vida universitária, não só pela disseminação, ao longo do ano, de oportunidades de convivência, troca de idéias e confraternização.

A educação integrada supõe ainda o uso de meios de comunicação social: rádio, TV, jornais que a PUCPR possa fazer circular entre os estudantes, professores e familiares;

Como é importante em qualquer atuação humana o uso adequado da comunicação, é essencial que a educação propiciada na PUCPR inclua boa expressividade em Português, escrito e falado, bem como comunicação pelo menos razoável em uma língua estrangeira moderna.

Com apoio da comunidade, a PUCPR deve desenvolver, permanentemente, atividades de extensão universitária, ou seja, levar ao benefício da população os procedimentos técnico-científicos que possam elevar o padrão de vida social, cultural, intelectual ou espiritual do brasileiro.

Cada centro deve esmerar-se para oferecer, todos os anos, cursos, conferências, seminários, além de treinamento, orientação e busca de soluções em favor da comunidade.

## 5.1 NECESSIDADES DA CONSTITUIÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO CAMPUS II – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

Neste capítulo nos propomos à apresentar a necessidade do curso de Ciências Contábeis no campus II, situado em São José dos Pinhais, no período de sua abertura até o ano de 1998, quando o mesmo teve início no campus I em Curitiba, principalmente porque neste mesmo período aconteceu uma grande abertura para a industrialização, neste estado, principalmente na região metropolitana de Curitiba.

Em 1990, com a criação do Campus II em São José dos Pinhais, foram abertos os cursos de Administração, Ciências Econômicas, Direito e Pedagogia, que tiveram início regular de funcionamento em março do ano de 1990.

Para Hoerner Junior (1993, p. 75), a implantação de novos cursos no campus II da PUCPR, justificou-se pela:

A ampliação do número de vagas nos níveis superiores do quadro educacional é preocupação permanente das estruturas universitárias diante do processo demográfico.

No começo da década de noventa, o vizinho município de São José dos Pinhais acusou elevado índice de desenvolvimento. Essa evolução vinha se apresentado há cerca de dez anos por decorrência da expansão industrial, comercial, política e logicamente demográfica da área metropolitana. Pôde a PUC-PR, então, ampliar o leque de oferta de cursos a egressos do 2º Grau, atendendo também a anseios naturais de ação e crescimento.

Já naquela época, a PUCPR cogitava abrir o curso de Ciências Contábeis; mas, por motivos diversos, especialmente o da gradualidade na implantação do Campus, tal fato não pode ser concretizado. A necessidade da abertura desse curso vinha sendo manifestada continuamente pelos professores, coordenadores do Campus II (São José dos Pinhais) e pela própria sociedade, em face da procura que este curso teve por ocasião das inscrições ao vestibular, em 1991, conforme se especificou no Parecer nº. 023/91 – CONSEPE.

O Curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica do Paraná foi instituído em 1992, funcionando nas instalações do Campus Universitário de São José dos Pinhais, denominado Campus II, aproximadamente a 17 Km da Capital do Paraná (Curitiba), tomando por base a PUCPR do Campus

Prado Velho. A Instituição teve como iniciativa do projeto, instalar o curso em São José dos Pinhais/PR devido à grande procura de discentes daquela região, tendo em vista que na década de 90, o município acolheu novas empresas, como exemplo: Audi, Nissan, Renault e Volkswagen. Cabe ressaltar que São José dos Pinhais (PR) foi considerado na década de 90 como o 5º maior arrecadador de ICMS e hoje, em 2008, é considerado o terceiro maior pólo automotivo do País. Ainda podemos citar que na área de alimentos, a empresa Nutrimental tem suas arrecadações de tributos ao estado e município desta região. Registra-se ainda a existência de outra grande e famosa empresa no ramo de perfumes e cosméticos “O Boticário”.

Para Hoerner Junior (1993, p. 75), a procura era evidente:

A prefeitura de São José dos Pinhais vinha instando junto à reitoria no sentido de proporcionar, aos concluintes das escolas locais, opção à demanda do nível superior sem que precisassem buscá-la fora do município. Interesse havendo, foram realizadas as análises estatísticas ligadas aos aspectos econômicos e educacionais da região. Constatada viabilidade de abertura de nova frente, foi concebido o segundo campus.

Aprovado pelo Parecer nº 33/90 – CONSEPE, homologado pela Resolução nº 08/91 – CONSUN e aprovado pelo Parecer nº. 023/91, o Curso de Ciências Contábeis tem seu início na PUCPR no ano de 1992 ofertando à sociedade o número de 140 vagas – sendo distribuídas 70 vagas pela manhã e 70 vagas à noite. Outras considerações levadas em conta pelos conselheiros “é que [...] a criação do curso de Ciências Contábeis no Campus II virá a integrar-se, perfeitamente, aos demais cursos ofertados, sobretudo com Ciências Econômicas e Administração, constituindo-se em um verdadeiro centro de Estudos na área Administrativa (PARECER, 023/91 – CONSEPE)”.

Embora, a criação do curso tenha somente ocorrido em 1992, seus fundadores já tinham uma visão e consciência da necessidade de criá-lo, pois conseguiam identificar que o mercado estava preparado para buscar profissionais com qualificações na área contábil. Apesar de que para Hoerner Júnior (1993, p. 75) havia um acordo entre os padres franciscanos, conforme cita:

O município vizinho pôde contar, então, com a oferta dos cursos de Administração e Economia – inexistindo no Campus I. em Curitiba, em virtude de entendimentos havidos e mantidos com os padres franciscanos que, ministrados esses cursos pela Faculdade de Administração e Economia – FAE, tinham por bom senso evitar a concorrência dentro da

mesma cidade – Direito, Pedagogia, Ciências Contábeis e Bacharelado em Informática, seis cursos ao todo, os quais, em princípio, mostram atender às necessidades iniciais da região.

Neste sentido no ano de 2001, desenvolveram um projeto pedagógico do curso de Ciências Contábeis onde determinaram que este fosse um documento que estabeleceria um compromisso individual e coletivo orientado para a promoção de uma melhor atuação educacional possível, visando à formação dos alunos, a construção do conhecimento e o serviço à comunidade: não se trata apenas de um documento filosófico. Trata-se de uma proposta de desenvolvimento de programas de ação, visando a sua melhoria contínua e permanente, de maneira que anualmente é revisado e são sugeridas algumas alterações. Visando as necessidades do mercado, concorrência e qualificações profissionais, o projeto pedagógico é mais do que um documento; é um processo a ser vivenciado pela comunidade acadêmica.

Outro fator muito importante é o crescimento constante da população em São José dos Pinhais, conforme apresentado nos dados abaixo.

Tabela 9: Crescimento Anual da População

Município	POPULAÇÃO		
	1991	2000	2007
São José dos Pinhais	127.455	204.316	263.622

Fonte: IBGE

Pode-se observar que há um crescimento significativo da população residente em São José dos Pinhais, no Estado do Paraná, que favorece o curso de Ciências Contábeis no campus II da instituição pesquisada.

## 5.2 O PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Em linhas gerais, a aplicação do Projeto Pedagógico estabelecido por cada instituição, leva ao entendimento da busca contínua de melhoria do curso, bem como a qualidade e aplicabilidade do aprendizado/conhecimento ao mercado de trabalho.

Os aspectos abordados nos levam à conclusão do efetivo papel e importância do Projeto Pedagógico, em vista da vital importância no direcionamento, orientação e organização das ações que serão tomadas em relação ao Curso de Ciências Contábeis.

As razões que levaram à implantação de um Projeto Pedagógico podem ser definidas como: formalização do compromisso com o desenvolvimento humano segundo um enfoque global e integrado; responsabilidades com a Universidade e o seu compromisso com a comunidade; processo de formação dos jovens enfatizando o desenvolvimento científico e o aspecto ético do cidadão; a crescente sofisticação e complexidade da realidade social e do mercado de trabalho exigem o planejamento e o desenvolvimento de ações voltadas à qualidade; o necessário gerenciamento das ações.

Este projeto está se concretizando de forma coletiva com a participação do corpo docente e discente visto a necessidade de integração e interação entre as partes envolvidas e também o atendimento às legislações pertinentes. O resultado deste processo visa atender às necessidades pessoais, profissionais e da comunidade. Para tanto, foram realizadas reuniões constantes entre docentes e discentes para avaliar o curso e também para analisar as exigências do mercado de trabalho, objetivando a adequação do mesmo à nova realidade social e econômica.

O projeto pedagógico e as linhas do planejamento estratégico deste curso estão intimamente ligados entre si, pois não há como ser diferente, devendo existir uma interdependência entre ambos. É no planejamento estratégico que são definidas as grandes linhas da Instituição e a partir das quais pode-se elaborar projetos pedagógicos dos diferentes cursos.

O compromisso da Instituição tal como se expressa no Projeto Pedagógico do curso, propõe-se a desenvolver nos alunos uma formação humanística, cristã e ética ao lado da formação profissional de acordo com as necessidades do mercado de trabalho e da comunidade, identificados através da grade curricular do curso.

O Curso de Ciências Contábeis tem a proposta de atender às necessidades de um mercado de trabalho globalizado, formando profissionais que possam atender à exigência de uma sociedade em constante transformação. A perspectiva considera o crescimento contínuo dos aspectos econômicos financeiros

que, não só norteiam as relações com o mercado interno como principalmente as relações com o mercado externo e em especial com os países que compõem o Mercosul.

Para acompanhar o desenvolvimento do projeto pedagógico do Curso de Ciências Contábeis, aplica-se semestralmente uma pesquisa pela instituição envolvendo todo corpo docente e discente, e após analisa-se todo o processo desta avaliação institucional. Nestas pesquisas procura-se observar as necessidades e as ações que deverão ser implementadas para que a qualidade do curso seja cada vez melhor. Identificam-se os pontos vulneráveis e os pontos positivos que devem ser aperfeiçoados constantemente visando atender às necessidades de um mercado profissional globalizado.

A necessidade da criação do curso na década de 90 foi observada pela sociedade, e com isso, existiu um aumento na procura do curso ofertado pela instituição, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 10 – Número de vagas ofertadas no vestibular PUCPR (1994-1998)

<b>VESTIBULAR</b>					
<b>Ano do Concurso</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
Número de Vagas Ofertadas	70	70	70	70	70
Número de Candidatos	151	214	180	197	201
<b>Relação Candidatos/Vagas</b>	<b>2,2</b>	<b>3,06</b>	<b>2,57</b>	<b>2,81</b>	<b>2,87</b>

Fonte: Departamento de Estatística – PUCPR

Pelo número de vagas ofertadas e em relação ao número de candidatos, podemos observar um crescimento pela procura do curso ao longo dos anos de 1994 a 1998, demonstrando que o curso vem atendendo às expectativas da comunidade e se firmando perante a mesma.

Outro dado interessante a ser analisado é com relação ao perfil do profissional que estava em curso nos períodos de 1994 a 1998, conforme segue:

Tabela 11 – Número de candidatos por sexo – PUCPR (1994-1998)<sup>5</sup>

<b>CANDIDATOS</b>					
<b>Períodos em curso</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
Sexo Masculino	100	130	125	125	149
Sexo Feminino	53	73	98	111	144
<b>Total</b>	<b>153</b>	<b>203</b>	<b>223</b>	<b>236</b>	<b>293</b>
Representatividade – Masculino (%)	65%	64%	56%	53%	51%
Representatividade – Feminino (%)	35%	36%	44%	47%	49%

Fonte: Departamento de Estatística – PUCPR

O quadro acima demonstra um crescimento significativo da participação das alunas no curso, evidenciando não só a mudança de perfil no mercado de trabalho, como também uma potencialidade para o próprio curso. No período de 1994 a relação de candidatos era de quase dois para cada candidata, já em 1998 observa-se praticamente 1 por 1, considerando a evolução gradativa no período analisado.

Uma outra análise que pudemos fazer foi com relação ao número de alunos que trabalham para sustento próprio, conforme podemos analisar abaixo:

Tabela 12 – Número de alunos que trabalham – PUCPR (1994-1998)

<b>NÚMERO DE ALUNOS QUE TRABALHAM</b>					
<b>Períodos em curso</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
Número de Alunos do Curso	153	203	223	236	293
Número de Alunos que Trabalham	107	151	171	184	212
Percentual	69,93	74,38	76,68	77,97	72,35

Fonte: Departamento de Estatística – PUCPR

É importante destacar que aproximadamente 2/3 dos alunos que freqüentam o Curso de Ciências Contábeis trabalham. Isto nos indica que o curso apresenta um perfil de alunos cuja independência financeira e maturidade é bastante expressiva, e com isso, não apresenta-se candidatos interessados na área para cursá-lo no período da manhã, como era a idéia inicial da instituição, em abrir turmas

<sup>5</sup> Os dados apresentados referente aos períodos de 1994 até o ano de 1998. Não foram levantados os dados a partir deste momento em função da pesquisa abordar somente até 1998, quando deu início ao curso de ciências contábeis no campus de Curitiba da instituição pesquisada.



também neste período. No entanto é que esses dados se confirmaram no decorrer de todo o período, sendo extinto, o curso do período diurno.

Com relação à maturidade (idade), podemos constatar no período pesquisado (1998) os seguintes dados:

Tabela 13 – Número de alunos por faixa etária – PUCPR (1998)

<b>ALUNOS POR IDADE</b>	<b>1998</b>	<b>(%)</b>
Número de alunos entre 17 a 20 anos	36	12
Número de alunos entre 21 a 25 anos	143	49
Número de alunos acima de 26 anos	114	39
Total Pesquisado em 1998	293	100

Fonte: Departamento de Estatística – PUCPR

A idade dos alunos no Curso de Ciências Contábeis indica uma variação significativa, demonstrando uma maior abrangência nas faixas etárias entre 21 e 25 anos e acima desta idade, o que também confirma as informações sobre o engajamento dos alunos no mercado de trabalho. Identifica-se, que apesar de ser uma ciência vista pela sociedade como para pessoas com uma idade mais avançada, a informação acima faz com que possamos identificar que o perfil do “novo profissional”, abrange pessoas com faixa etárias menor de 30 anos.

Com relação aos alunos egressos do curso no período analisado, podemos apresentar as seguintes considerações:

Tabela 14 – Número de alunos formados no período de 1992-1997 – PUCPR

<b>ALUNOS FORMADOS</b>				
<b>Ano</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>
Número de Alunos	-	29	50	-
Turno		N	D/N	

Fonte: Departamento de Estatística – PUCPR

Em razão de o curso ser novo (constituído em 1992) e, com a adaptação do curso de 04 (quatro) para 05 (cinco) anos, teve-se a formação apenas de duas turmas em 1995 e 1996, não sendo possível ainda traçar uma análise dos demais anos. O maior número de alunos em 1996 deve-se ao fato da existência de dois turnos, sendo uma pela manhã e outra à noite, nesses períodos era ofertada 70 vagas para cada turno.

Pelas informações obtidas junto ao Conselho Regional de Contabilidade do Paraná e por meio dos contatos mantidos com a maioria dos alunos egressos do Curso, constata-se que estão praticando a profissão como empreendedores, e outros como profissionais e executivos em empresas de médio e grande porte, inclusive classificadas como multinacionais. Ressalte-se, entretanto, que nem todos os formados do Curso de Ciências Contábeis estão exercendo a profissão, como se demonstra abaixo:

Tabela 15 – Destino dos Egressos – CRC PR

<b>DESTINO DOS EGRESSOS</b>	
Número de alunos pesquisados	51
Atuação profissional na área do Curso	22
Empreendedores	05
Atuação em outras áreas	24
Nível de satisfação em relação ao curso	71,4%

Fonte: Conselho Regional de Contabilidade do Paraná – CRC PR

### **5.3 CORRELAÇÃO DO CURSO COM AS EXIGÊNCIAS DO MERCADO**

Por meio de consulta formulada junto ao Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, Federação dos Contabilistas do estado do Paraná, Sindicato dos Contabilistas de Curitiba e Região Metropolitana, Conselho Federal de Contabilidade, SESCAP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná e Associação Comercial, em conjunto com empresários e executivos de empresas que atuam nos mais diversos segmentos econômicos, podemos constatar que o perfil do profissional formado pelo Curso de Ciências Contábeis deve buscar conhecimentos entre as mais diversas áreas, tais como: Informática, Línguas, Finanças, Auditoria, Controladoria, Perícia, Sistemas de Informações Gerenciais, Contabilidade Internacional, etc. para poder prestar informações gerenciais para a tomada de decisões por parte dos administradores das empresas.

Na atual conjuntura econômica e numa economia globalizada, a contabilidade passa a ter uma grande importância. Observe-se abaixo o que se

espera do profissional da área, conforme artigo publicado no Jornal Gazeta Mercantil do dia 25/11/98:

**Contabilidade Estratégica, a essência da Informação.**

Um contador moderno não é mais um autônomo matemático, não é mais uma máquina de somar....Um contador, na verdadeira acepção o termo, é outra coisa.....Nenhuma máquina o substitui. É pessoa que não somente manuseia cifras, mas sabe o que elas significam, o que evocam e o que exprimem". (Frederico Herman Jr. In "Contabilidade Superior", 1998, p. 3).

A função do contador é gerar e identificar as informações necessárias ao gerenciamento dos negócios participando ativamente das decisões a partir destas informações. O exercício desse papel ficou prejudicado durante algum tempo em função de uma conjuntura econômica que não favorecia a informação contábil como meio de apoio às decisões, a época dos "guarda-livros", isto até basicamente o início da década de 90, do século XX.

Numa economia inflacionária, onde se buscava primeiramente a proteção dos ativos via mercado financeiro, a atividade operacional das empresas ficava em segundo plano. O custo da atividade operacional num mercado fechado à concorrência externa, em alguns casos altamente monopolizados, não era conhecido e nem havia preocupação em apurá-lo. Toda a ineficiência gerencial era absorvida pelos custos e imediatamente repassada aos preços dos produtos. Neste contexto, a contabilidade servia basicamente como registro e controle, mas as informações geradas, invariavelmente, não eram utilizadas pelos gestores, pois já se viam defasadas.

No início da década de 90 há um primeiro movimento no sentido de abrir mercado e tornar o Brasil parte integrante de um mercado global e altamente dinâmico. Mas foi com o Plano Real que a economia brasileira mudou e as empresas tiveram que rever seus métodos de gerenciamento. Se antes a equação fundamental no gerenciamento de preços era **Custo + Lucro = Preço**, a partir da estabilização econômica a equação se inverte e muda radicalmente o modo de como a contabilidade tende a participar dos negócios. Agora quem gerencia os preços é o mercado e as empresas devem administrar seus custos para manterem suas margens de lucro e ainda oferecerem produtos a preços competitivos. E, é nesse ponto que a contabilidade será utilizada como ciência e participará ativamente dos processos que buscam maximizar o resultado das operações.

Do contador, mais do que em qualquer outro tempo, é cobrada uma postura de autêntico controller: gerenciar adequadamente as informações necessárias ao bom desempenho empresarial. Para executar com eficácia essa tarefa, o contador precisa conhecer e se envolver em todos os processos que geram valores que influenciam no patrimônio e no resultado dos negócios. Atualmente, “é necessário que esses profissionais rompam esses limites, de forma a atuar como gestores de todas as informações das organizações, incluindo as relações com os fornecedores, clientes, funcionários, com a sociedade e com os processos internos” (OLIVEIRA, 2003, p. 31). O retorno gerado pela utilização dos recursos deve ser de pleno conhecimento, primeiramente da contabilidade, e esta deve estar preparada para o processamento e divulgação dessas informações. A isso pode denominar-se Contabilidade Estratégica.

No nível estratégico, a informação contábil deve estar fundamentada numa visão corporativa da organização e seu mercado, e no plano operacional deve gerar um conjunto de dados confiáveis e tempestivos para proporcionar a tomada de decisão com a segurança e agilidade que o momento econômico requer. A imagem da contabilidade apenas como técnica de acumulação e registro dos dados está superada. Ela deve ser estudada e aplicada como ciência.

Para Oliveira (2003, p. 52) “toda ciência tem objeto definido, e a delimitação desse objeto serve para orientar o campo de ação de cada ciência. A Contabilidade tem por objeto o patrimônio de quaisquer entidades”. No processamento de dados e na transformação destes em informações, a contabilidade representa a primeira etapa, imprescindível no processo de planejamento e controle de negócios.

Uma organização moderna e com visão de futuro, preocupa-se primeiramente com a estruturação de um adequado sistema de informação gerencial. A Contabilidade Estratégica trata a informação como um produto e este é a base para a definição de uma política de planejamento e controle que possibilite um bom gerenciamento de qualquer negócio.

## 5.4 DESEMPENHO E AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS

A PUCPR vem desenvolvendo um programa de avaliação acadêmica dos cursos, dentro dos períodos pesquisados e até o momento. Esta avaliação envolve tanto o corpo docente como o corpo discente. Pelas avaliações anteriores, podemos constatar que 75% aproximadamente, dos alunos estão satisfeitos com o corpo docente, com as instalações e infra-estrutura da Instituição. Um dos pontos positivos é a imagem que a Instituição possui perante a comunidade estudantil.

Esta avaliação institucional é de fundamental importância para que melhore-se cada vez mais a qualidade do Curso e objetive-se as políticas que venham a atender aos interesses das partes.

O quadro de professores do curso de Ciências Contábeis estava representado no período pesquisado por profissionais que atuam na área sendo que, 70% possuem especialização na área ou em áreas afins. Esforços estão sendo empreendidos para que todos aperfeiçoem os conhecimentos e busquem titulação maior. Embora nem todos os professores possuam titulação em mestrado e doutorado, reconhecidamente, são profissionais que exercem cargos de executivos em empresas nacionais e estrangeiras, propiciando experiência e conhecimento de nível aos alunos. Hoje (2008) a realidade é outra, cerca de 100% dos professores são especialistas, sendo que existe uma proporção de praticamente 30% mestres, e outros em fase final o mestrado.

A Instituição preza pelo plano de desenvolvimento institucional (PDI) e também atende a lei 9394/96, que determina em seu artigo 52:

As Universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistêmico dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Com relação à estrutura predial, tecnológica e espacial, podemos afirmar que o em um do campus dessa IES, o de São José dos Pinhais possui: 05

salas que comportam aproximadamente 70 alunos; 01 laboratório (escritório modelo) com 10 microcomputadores de última geração (Pentium) e impressoras com capacidade para 20 alunos, equipado com toda a estrutura para o desenvolvimento e prática do ensino obtido em sala de aula; 02 mini-auditórios com capacidade para 90 lugares; 01 anfiteatro para 590 lugares; 07 laboratórios de informática com 150 microcomputadores para uso em conjunto com os demais cursos do campus; Biblioteca.

Além da estrutura existente no Campus, os alunos também podem utilizar-se da estrutura existente no Campus de Curitiba como, por exemplo, a Biblioteca Central e a RIEP.

Vários convênios, projetos especiais e grupos de pesquisas foram firmados nos períodos pesquisados, dentre os quais podemos citar: Conselho Regional de Contabilidade do Paraná; Universidade do Oeste de Santa Catarina (trabalhos de fim de curso); Outras Universidades e Faculdades; Projetos: Escritório modelo e auditoria; Cursos de Especialização, Controladoria e Finanças e Contabilidade Gerencial para Executivos, Auditoria e Perícia; Realização de trabalhos de consultoria empresarial: Alunos x Empresas sob a orientação de professores; Realização de trabalhos de auditoria: Alunos x Empresas com a supervisão de professores.

## **5.5 O PERFIL DESEJADO DO PROFISSIONAL A SER FORMADO**

A contabilidade é a linguagem universal dos negócios. Constitui-se numa ciência social que se fundamenta no estudo, controle e análise dos fenômenos econômicos e financeiros ocorridos nas organizações.

A contabilidade é na sua essência uma ciência que observa, expõe e explica. Observar, descrever fenômenos reais e propor soluções é ciência. No Brasil, como já foi visto, os aspectos científicos da contabilidade eram de difíceis implementações de conceitos oriundos da Contabilidade Gerencial, Gestão de Custos, Controladoria e Análise Econômico Financeira. Isso, aliado a uma cultura empresarial de administrar empiricamente suas organizações não favorecia o uso de ferramentas gerenciais de controle e informação.

O perfil do profissional envolve não só os aspectos técnicos da profissão de contador, como também o desenvolvimento de capacidade e habilidade de gerenciamento, relações interpessoais e empreendimento, sob a metodologia da instituição.

A formação do indivíduo não só requer conhecimentos inerentes a sua área de atuação, mas também princípios de ética e moral, para que possa administrar os recursos que lhe são atribuídos. Como base de sua formação pretende-se que o profissional qualificado pela PUCPR, tenha no mínimo as seguintes competências: Efetuar registros contábeis e gerenciais dos fatos ocorridos nas organizações; Elaborar demonstrações contábeis e gerenciais; Administrar sistemas gerenciais (contábeis, de controles internos, de custos e outros); Avaliar empresas e negócios; Projetar negócios e a vida profissional; Ler, elaborar e interpretar textos técnicos da área financeira e contábil em outros idiomas; Subsidiar equipes com informações adequadas na área contábil; Preparar relatórios em sistemas informatizados; Construir bancos de dados; Gerenciar sistemas de bancos de dados; Subsidiar a alta administração das empresas com informações gerenciais para tomada de decisões; Interpretar e avaliar os dados e informações econômicas e financeiras de uma organização; Auditar demonstrações contábeis de acordo com as normas legais; Elaborar laudos periciais de acordo com as normas legais.

Para isso ele deve ter aplicação efetiva dos programas de aprendizagem que o curso de Ciências Contábeis oferece, e também a participação de um corpo docente qualificado para prepará-lo como cidadão e profissional.

## **5.6 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PARA O PROFESSOR DO CURSO**

O professor do curso de Ciências Contábeis, segundo a instituição pesquisada deveria ter as seguintes competências e habilidades:

- a) Formação na área contábil, possuir cursos de especialização, mestrado ou doutorado na área ou áreas afins;
- b) Vivência profissional em empresas que atuem nos mais diversos segmentos econômicos (industrial, comercial ou de serviços);

- c) Conhecimento de mais de um idioma para poder atuar num mercado globalizado;
- d) Conhecimento na área de informática;
- e) Conhecimentos na área administrativa financeira;
- f) Atuação na área contábil, financeira ou de controladoria;
- g) Metodologia para a construção do conhecimento;
- h) Habilidades de relacionamento;
- i) Espírito empreendedor e liderança;

Todas estas competências e habilidades no período pesquisado foram identificadas nos currículos dos profissionais envolvidos e também no projeto pedagógico do curso em questão. Os Docentes além de terem suas atividades na instituição, participavam dos quadros funcionais de empresas privadas e públicas como funcionários e servidores. Esses apresentavam as características para atuação no quadro de docentes da PUCPR.

## **5.7 PRESSUPOSTOS NORTEADORES DA PUCPR**

A Pontifícia Universidade Católica do Paraná institui alguns princípios filosóficos e características que fazem com que a instituição tenha o respeito que alcançou em todos os tempos.

### **5.7.1 Características**

A atividade de educar tem prevalência sobre as demais, pelo que os professores devem ser valorizados em todas as suas formas de atuações, seja pelas condições de trabalho e remuneração, seja pelo respeito ao seu posicionamento docente.

Nesse sentido o mestre da PUCPR se destaca por sua postura, competência profissional e didática, pela integração no espírito e pela lhanza e fraternidade no trato humano.

Como a eficiência escolar supõe necessariamente o cumprimento dos currículos estabelecidos, entende-se que o professor cumprirá rigorosamente os



horários de aulas, provas e demais compromissos escolares, isso constitui uma primeira forma, a mais elementar, mas não a menos importante, de avaliar-se a atuação do professor.

### **5.7.2 Pesquisa Técnico Científica**

A PUCPR tem potencialidade para exercer uma influência positiva no desenvolvimento da ciência e da tecnologia, dentro de condições específicas que possibilitem essa atuação.

A Pontifícia Universidade Católica coloca o número de professores especialistas nos mais variados ramos do conhecimento humano à disposição da coletividade no que tange ao progresso da ciência e da tecnologia, porém não pode fazer esse trabalho à custa da anuidade dos alunos, que vêm procurar na instituição a sua formação universitária.

Caberá a instituição a promoção do desenvolvimento técnico-científico, financiar inteiramente (pessoal, material, equipamento) os trabalhos científicos que devem ser desenvolvidos.

A Pontifícia Universidade Católica do Paraná se esforça para obter financiamento para pesquisa pura e aplicada, já que não deve caber ao aluno suportar financeiramente o desenvolvimento das ciências.

## **5.8 CONCEPÇÃO DO CURSO FRENTE ÀS EXIGÊNCIAS DA SOCIEDADE PARA COM O CONHECIMENTO**

O compromisso da Instituição com a formação humana, cristã e ética do seu corpo discente, traduz-se no Curso além destes a preocupação com a formação profissional de acordo com as necessidades do mercado de trabalho e da comunidade.

O curso de Ciências Contábeis pretende atender as necessidades de um mercado de trabalho globalizado, formando profissionais que possam atender as

exigências de uma sociedade em constante transformação. A perspectiva está centrada em um novo paradigma voltado para o crescimento contínuo dos aspectos econômicos e financeiros, que não só norteiam as relações internas no país, como principalmente as relações com o mercado externo e em especial com o Mercosul.

Do contador, mais do que em qualquer outro tempo, é cobrada uma postura de autêntico controller: gerenciar adequadamente informações necessárias ao bom desempenho empresarial. Para executar com eficácia essa tarefa, o contador precisa conhecer e se envolver em todos os processos que geram valores financeiros que influenciam no patrimônio e no resultado dos negócios. O retorno gerado pela utilização dos recursos deve ser de pleno conhecimento, primeiramente da contabilidade, e esta deve estar preparada para o processamento e divulgação dessas informações, para que a organização possa definir sua política de ação e maximizar os seus resultados.

O curso de Ciências Contábeis visa aprimorar e aplicar modernas técnicas de registro dos atos e fatos administrativos, visando fornecer informações para o bom desempenho da atividade operacional e para a tomada de decisões por parte dos administradores.

Para isso durante o curso são apresentados e discutidos técnicas, métodos e estudos envolvendo as várias disciplinas da contabilidade, de forma a desenvolver as habilidades básicas que deve ter um profissional da área, destacado no projeto pedagógico do curso de Ciências Contábeis, pode-se destacar os seguintes itens:

- Capacidade e habilidade de gerenciamento;
- Relações interpessoais;
- Princípios de ética e moral;
- Sólida formação humanística e visão global que o habilitem a compreender o meio social e político, econômico e cultural;
- Continuo aperfeiçoamento profissional;
- Desenvolvimento da auto confiança.

Para melhor habilitar os alunos a Pontifícia Universidade Católica do Paraná manifestou no período de 1992 até 2007, interesse em renovação/adequação das grades curriculares aprovadas através das Resoluções diante dos Conselhos internos da instituição responsáveis. Para essa análise de sua proposta estabelecida no início do curso e nos dias atuais, apresentamos as grades

“anteriormente” e “atualmente” adequadas ao curso de ciências contábeis, estabelecendo as necessidades acadêmicas e de mercado profissional. Cabe ressaltar que existiram durante todo o período pesquisado do ano de 1992 até 2007 e também até os dias atuais, praticamente 9 (nove) alterações nos anos de (1992/1996/1999/2001/2002/2003/2004/2005/2007). Entretanto, como fonte de pesquisa, optamos por apresentar a grade do início do curso no ano de 1992, e também aquela que foi aprovada pela resolução 183/2006 CONSUN e está em andamento 2007 até o ano de 2008, quando se realizou esta pesquisa.

Tabela 16 – Grade curricular dos anos de 1992 e 2007 – PUCPR

<b>Proposta Calendário 1992</b>		<b>Proposta Calendário 2007</b>	
<b><u>1º Período</u></b>		<b><u>1º Período</u></b>	
<u>Disciplina</u>	<u>CH</u>	<u>Disciplina</u>	<u>CH</u>
Matemática Básica I	60	Português Instrumental I	36
Estatística Básica I	60	Matemática Básica e Financeira I	72
Instituições de Direito (Público) I	60	Contabilidade Fundamental I	108
Introdução a Economia I	60	Cultura Religiosa	36
Introdução a Contabilidade Geral I	60	Administração I	36
Técnicas Comerciais I	30	Introdução ao Direito I	72
Educação Física I	30		
<u>Total Carga Horária</u>	<u>360</u>	<u>Total Carga Horária</u>	<u>360</u>
<b><u>2º Período</u></b>		<b><u>2º Período</u></b>	
<u>Disciplina</u>	<u>CH</u>	<u>Disciplina</u>	<u>CH</u>
Matemática Básica II	60	Português Instrumental II	36
Estatística Básica II	60	Matemática Básica e Financeira II	72
Instituições de Direito (Privado) II	60	Contabilidade Fundamental II	108
Introdução a Economia II	60	Processo do Conhecer	36
Introdução a Contabilidade Geral II	60	Administração II	36
Técnicas Comerciais II	30	Introdução ao Direito II	72
Educação Física II	30		
<u>Total Carga Horária</u>	<u>360</u>	<u>Total Carga Horária</u>	<u>360</u>
<b><u>3º Período</u></b>		<b><u>3º Período</u></b>	
<u>Disciplina</u>	<u>CH</u>	<u>Disciplina</u>	<u>CH</u>
Matemática Financeira I	60	Estatística e Métodos Quantitativos I	36
Estatística Econômica I	60	Introdução a Economia I	36
Contabilidade Comercial I	60	Contabilidade Intermediária I	108
Informática I	30	Comportamento Humano Organiz. I	36
Administração Geral I	60	Filosofia	36
Direito Tributário I	60	Gestão Tributária I	72
Filosofia I	30	Gestão Previdenciária e Trabalhista I	36
<u>Total Carga Horária</u>	<u>360</u>	<u>Total Carga Horária</u>	<u>360</u>
<b><u>4º Período</u></b>		<b><u>4º Período</u></b>	
<u>Disciplina</u>	<u>CH</u>	<u>Disciplina</u>	<u>CH</u>
Matemática Financeira II	60	Estatística e Métodos Quantitativos I	36
Estatística Econômica II	60	Introdução a Economia I	36
Contabilidade Comercial II	60	Contabilidade Intermediária I	108

Informática II	30	Comportamento Humano Organiz. I	36
Administração Geral II	60	Filosofia	36
Direito Tributário II	60	Gestão Tributária I	72
Filosofia II	30	Gestão Previdenciária e Trabalhista I	36
<b>Total Carga Horária</b>	<b><u>360</u></b>	<b>Total Carga Horária</b>	<b><u>360</u></b>
<b><u>5º Período</u></b>		<b><u>5º Período</u></b>	
<u>Disciplina</u>	<u>CH</u>	<u>Disciplina</u>	<u>CH</u>
Micro-economia I	60	Finanças e Contabilidade Pública I	36
Contabilidade Bancária I	60	Economia Brasileira I	36
Contabilidade de Custos I	60	Sociologia	36
Processamento Contábil I	60	Custos e Formação de Preços I	108
Auditoria I	30	Perícia Contábil e Ciências Atuariais I	36
Organizações e Métodos I	60	Contabilidade Gerencial I	36
Teologia I	30	Contabilidade Aplicada I	72
<b>Total Carga Horária</b>	<b><u>360</u></b>	<b>Total Carga Horária</b>	<b><u>396</u></b>
<b><u>6º Período</u></b>		<b><u>6º Período</u></b>	
<u>Disciplina</u>	<u>CH</u>	<u>Disciplina</u>	<u>CH</u>
Micro-economia II	60	Finanças e Contabilidade Pública II	36
Contabilidade Bancária II	60	Economia Brasileira II	36
Contabilidade de Custos II	60	Simulação Empresarial	36
Processamento Contábil II	60	Custos e Formação de Preços II	108
Auditoria II	30	Perícia Contábil e Ciências Atuariais II	36
Organizações e Métodos II	60	Contabilidade Gerencial II	36
Teologia II	30	Contabilidade Aplicada II	72
<b>Total Carga Horária</b>	<b><u>360</u></b>	<b>Total Carga Horária</b>	<b><u>360</u></b>
<b><u>7º Período</u></b>		<b><u>7º Período</u></b>	
<u>Disciplina</u>	<u>CH</u>	<u>Disciplina</u>	<u>CH</u>
Macro-economia I	60	Controladoria I	72
Contabilidade Pública I	60	Auditoria I	72
Análise de Balanços I	60	Análise Financeira e de Capitais I	72
Ética e Legislação Social I	30	Teoria e Tópicos Contemporâneos de	36
Estudos de Problemas Brasileiros I	30	Contabilidade I	
Metodologia Científica I	30	Prática Contábil I	108
Prática Contábil e Escritório Modelo I	150		
<b>Total Carga Horária</b>	<b><u>420</u></b>	<b>Total Carga Horária</b>	<b><u>360</u></b>
<b><u>8º Período</u></b>		<b><u>8º Período</u></b>	
<u>Disciplina</u>	<u>CH</u>	<u>Disciplina</u>	<u>CH</u>
Macro-economia II	60	Controladoria II	72
Contabilidade Pública II	60	Auditoria II	72
Análise de Balanços II	60	Análise Financeira e de Capitais II	72
Ética e Legislação Social II	30	Teoria e Tópicos Contemporâneos de	36
Estudos de Problemas Brasileiros II	30	Contabilidade II	
Metodologia Científica II	30	Prática Contábil II	108
Prática Contábil e Escritório Modelo II	150		
<b>Total Carga Horária</b>	<b><u>420</u></b>	<b>Total Carga Horária</b>	<b><u>360</u></b>
<b>Total Geral de Créditos</b>	<b><u>190</u></b>	<b>Total Geral de Créditos</b>	<b><u>155</u></b>
<b>Duração em Horas</b>	<b><u>3000</u></b>	<b>Duração em Horas</b>	<b><u>3000</u></b>

Fonte: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Quando analisado todo procedimento de orientação educacional da instituição PUCPR, observamos que no início do curso de Ciências Contábeis, a instituição preocupava-se exclusivamente em direcionar o discente aos aspectos éticos, morais, controles internos e econômicos. Se analisarmos como a instituição integrou a grade curricular desde o ano de 1992 até 2007, observa-se que ela buscou também a formação de gestor da informação.

Observado os períodos analisados além da formação de gestor, permanece o interesse em prepará-lo: eticamente, tecnicamente, para atuar como gestor de informação, como dar devido tratamento às diferenças sociais e culturais, e também em prepará-lo para o próprio mercado. No entanto, os professores, nas entrevistas demonstraram estar cientes de que o aluno deverá ter em sua graduação muito mais tempo para a prática contábil do que mesmo para a teoria, o qual é evidenciado nos programas de aprendizagem.

Outro aspecto interessante e que podemos mencionar é que a grade curricular é revista, e foi inserida a disciplina de Português Instrumental para possibilitar ao aluno a construção de conhecimento na língua. Foi uma alteração de suma importância em função de que nossos alunos também precisam estar preparados para desenvolverem relatórios, artigos, resumos para que possam apresentar aos dirigentes das organizações.

Quando analisado a grade de 1992 e como parte final da análise a de 2007, conseguimos identificar que entre as alterações de grade curricular, estão as disciplinas identificadas como institucionais, entre elas: Cultura Religiosa, Processo do Conhecer, Filosofia e Ética. Essas agora aparecerem como disciplinas de início de curso e são estratégias da instituição para estruturar os discentes desde o início de sua jornada acadêmica, principalmente com relação a 'valores' de cada indivíduo. Observa-se através da reestruturação da grade curricular que é preparado o aluno a pesquisa desde o início do seu período acadêmico.

Cabe salientar que a estrutura curricular se reflete em bons desempenhos em avaliações do processo de aprendizagem do aluno, e também um bom retorno em avaliações institucionais para as IES, perante o MEC.

## 6 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Este capítulo objetiva o estudo da formação do professor de Ciências Contábeis em ambas as instituições pesquisadas. Objetiva ainda verificar e analisar como esse profissional percebe o curso, no qual atua bem como o aluno com quem trabalha.

Nesta parte do estudo procura-se proceder à análise da formação desse professor considerando as influências do desenvolvimento industrial do Paraná no curso de Ciências Contábeis, no qual o mesmo exerce sua prática docente.

Para tanto foram feitas entrevistas com de 6 professores em cada instituição, totalizando então 12 entrevistados, considerando a questão do desenvolvimento industrial do Paraná.

Foi aplicado o seguinte questionário:

1. Graduação: (Formação): Ano de conclusão:
2. Especialização: Ano de conclusão:
3. Mestrado: Ano de conclusão: Linha de Pesquisa:
4. Doutorado: Ano de conclusão: Linha de Pesquisa:
5. Atua como Docente desde que ano em graduação?
6. Instituição onde leciona/lecionou em curso superior? Períodos (Anos)?
7. Carga horária: Tempo integral: Dedicção exclusiva:
8. Vínculo empregatício com outras empresas, exceto IES? Qual o ramo de atividade?
9. Quais disciplinas já lecionou? Em quais cursos de graduação e períodos (anos)?
10. Qual a necessidade de trabalhar com o discente do curso de Ciências Contábeis, sob o foco da industrialização?
11. Qual a influência das indústrias na formação do discente em Ciências Contábeis?
12. Como as IES viram as mudanças no desenvolvimento do Estado do Paraná?
13. Como as IES aplicaram essas informações dentro dos seus conteúdos programáticos?

14. Qual o perfil do discente em Ciências Contábeis?
15. Existe uma seqüência lógica das disciplinas em relação ao conhecimento necessário para os discentes? Comentários.
16. São utilizados exemplos de processo de industrialização no estado do Paraná, dentro dos conteúdos programáticos nos cursos de graduação? Comentários.
17. São utilizados exemplos de processo de desenvolvimento econômico no estado do Paraná, dentro dos conteúdos programáticos nos cursos de graduação? Comentários.
18. Qual o perfil do (antigo) e do (novo) profissional de Ciências Contábeis?
19. Como você percebe a distribuição das disciplinas nos cursos de Ciências Contábeis, desde o início de sua atuação como docente até os dias de hoje?
20. Outros comentários.

## **6.1 RESULTADO DA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO E DA ENTREVISTA AOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS**

A fim de compreender a formação dos professores do curso de Ciências Contábeis, nos meses de junho e julho do ano de 2.008, foram procurados alguns professores das instituições pesquisadas. A princípio foram questionados um total de 12 docentes, sendo seis de cada instituição. Formulamos 19 questões direcionadas ao objeto central da pesquisa proposta. O processo de levantamento das informações se deu em aplicação do questionário já mencionado anteriormente e entrevista semi-estruturada. O questionário foi enviado por e-mail aos professores pesquisados, os quais levaram em torno de 20 dias para fazer a devolutiva e após a resposta conseguimos marcar entrevistas com os mesmos para identificar outros pontos que não estavam claros em relação às questões formuladas no questionário e também obter outras informações que não relataram no questionário aplicado.

Quando questionados em relação a sua graduação, dos doze entrevistados todos responderam à questão solicitada. No que tange a graduação,

todos os docentes têm formação de graduação em Ciências Contábeis, alguns têm mais de uma formação, como foi o caso dos professores da PUCPR onde dos respondentes, dois têm outras formações, mas deixam bem claro que a predominância de atuação é a formação de contador em seu dia a dia.

Quando no questionamento de especialização, também todos responderam e após análise identificou-se que as especializações são diversas, conforme demonstrado abaixo, pode-se observar que a preferência é pela área de negócios.

Tabela 17 – Especializações dos Docentes Entrevistados

<b>Especializações</b>		
<b>Áreas</b>	<b>Professores</b>	
	<b>UFPR</b>	<b>PUCPR</b>
Controladoria e Finanças	4	3
Economia de Empresas		2
Planejamento e Gerenciamento	1	1
Gestão de Negócios	1	
Sociologia		1
Direito Civil		1
Auditoria		2
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>10</b>

Fonte: Tabela elaborada pelo autor

Como podemos observar, existem doze entrevistados e dezesseis especializações. Este resultado indica que alguns dos professores entrevistados têm mais de uma especialização, inclusive, em outra área que está indiretamente ligada à formação em Ciências Contábeis; esse é o caso dos professores da PUCPR que além de terem especialização na área de negócios, possuem outras nas áreas de Direito, Economia e Sociologia.

A questão com relação ao Mestrado, dos entrevistados, pode-se dizer que da UFPR todos têm mestrado, em diversas áreas, o que se destacou é que os entrevistados concluíram seus mestrados na linha de pesquisa de Gestão e Competitividade pela Universidade Federal de Santa Catarina. Enquanto que na PUCPR, dos seis entrevistados três tem mestrado, dois em Engenharia da Produção, pela própria instituição em que atuam. O terceiro docente têm mestrado em Educação também pela própria PUCPR. Os demais entrevistados da PUCPR possuem somente especialização, conforme apresentado na tabela abaixo:



Tabela 18 – Titulação Mestrado e Especialização dos Entrevistados

<b>TITULAÇÃO Mestrado e Especialização</b>			
	<b>Professores Entrevistados</b>		
	<b>UFPR</b>	<b>PUCPR</b>	<b>Total</b>
Mestrado	6	3	9
Especialização	-	3	3
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>12</b>

Fonte: Tabela elaborada pelo autor

Com isso, percebe-se que a PUCPR ainda contrata docente somente com especialização, enquanto que a UFPR contrata professores apenas com Mestrado, seja de qualquer área.

De todos os entrevistados, somente alguns docentes da UFPR possuem Doutorado, só que não na área de Ciências Contábeis. Os entrevistados informaram que quando buscaram o doutorado tentaram amarrar o que já tinham pesquisado em seu mestrado. Por isso, dos entrevistados somente três possuem doutorado, especificamente na área de Engenharia de Produção pela UFSC.

Quando na entrevista buscamos o porquê da procura do mestrado somente nas áreas não diretamente ligadas ao curso de Ciências Contábeis, na maioria o que pudemos identificar é que buscaram algum mestrado um pouco fora da área, justamente para desenvolver o lado de Contador com foco em outros negócios e análises. Os entrevistados que direcionaram seus mestrados à área de Engenharia de Produção, buscaram a linha de pesquisa Gerência de Produção e Logística, desenvolvendo suas dissertações em sistemas que auxiliassem o contador na tomada de decisão para redução de custos e um gerenciamento eficaz dentro de um processo de industrialização.

Os entrevistados acham bastante pertinente conhecer outras áreas, justamente porque gostam de olhar a contabilidade sob outro foco, o de ferramenta como auxílio para tomada de decisão. Conversando com um outro professor que preferiu buscar seu mestrado na área de educação, tivemos muito para discutir. O mesmo elaborou uma dissertação na linha de história e teve como estudos a formação do discente sob o foco do seu compromisso social.

O entrevistado na área de educação, também percebe que o contador deve ter uma visão de 360º, pois assim como a legislação tem mudanças constantes e é considerado carro chefe do curso de Ciências Contábeis, os alunos que buscam o curso necessitam de que tenhamos uma boa qualificação

principalmente na área de Educação. O entrevistado ainda completa que para a formação de contador deve-se ater a todos os eixos educacionais, como exemplo: a Matemática, Economia, Administração, Sociologia, Filosofia, Ética e também de outras culturas.

O entrevistado que é mestre em educação, ainda em sua fala, relata que no período em que cursou Ciências Contábeis, havia muitas dificuldades em ver a área como um curso do centro de Ciências Sociais, já que tinha como percepção, somente, a idéia de que ser contador era somente a pessoa responsável por levantar informações e apresentações de demonstrações contábeis. “Hoje acentua-se como uma ciência que é muito mais ampla, e fica muito claro que a nossa função não é somente levantar e apresenta números, e sim a influência dessas informações dentro de um contexto social”, (palavras do professor mestre em Educação).

As maiorias dos entrevistados já são especialistas há mais de 10 anos, e tem mestrado pelo menos há cinco anos. Somente o entrevistado em educação é recém titulado. Com relação aos professores que possuem doutorado, percebe-se que possuem esta titulação há pelo menos 03 anos.

Em entrevista questionamos qual a perspectiva para procura de um doutorado. Alguns, em torno de cinco professores, mencionaram que estão se preparando para ingressar no Programa. Outros estão com outros projetos e não pensam em pelo menos nos próximos dois anos, buscar uma nova titulação. Pudemos identificar que os que estão mais empenhados em buscar o doutorado são professores da UFPR em sua totalidade. Dos docentes da PUCPR, somente um é que apresentou o interesse em buscar a nova titulação, inclusive, mencionou que tem interesse em fazer o doutorado pela USP, porque essa instituição acabou de receber autorização para ofertar o Doutorado na área de Contabilidade. Questionados sobre a necessidade ou exigências das instituições em cursar o doutorado, alguns mencionaram que em outras épocas seria considerada a busca pelo doutorado como exigências da instituição, mas, “hoje eles percebem que precisam continuar os seus estudos, nas linhas de pesquisas definidas, pois percebem que faltou alguma coisa, ou ficaram limitados em sua dissertação”, (palavras dos entrevistados).

Quanto à experiência profissional como docente, dos entrevistados somente um apresentou informações de que a PUCPR era a primeira instituição onde exercia a docência. Relata, “quando aluno ficava admirado com alguns

docentes, observava como era bom trabalhar durante o dia, e à noite passar todas as vivências que eles, os professores, tinham com seus clientes, nos escritórios.” Na sua grande maioria, os demais apresentaram experiência em outras instituições de ensino, alguns em faculdades e outros em Universidades de outros estados. Todos esses entrevistados apresentaram a informação de que atuam há mais de 05 anos como docentes.

Dos entrevistados todos responderam ao questionamento: Possui vínculo empregatício com outras empresas, exceto IES? Dos professores da PUCPR, todos exercem cargos de confiança em empresas privadas, a maioria em indústrias multinacionais. Com relação aos professores da UFPR, somente dois professores têm vínculo com outras empresas, os demais se dedicam exclusivamente à universidade. O interessante é que dos entrevistados da PUCPR, nenhum tem dedicação exclusiva, mas apresentaram uma carga elevada de horas/aula.

Os entrevistados que tem dedicação exclusiva na UFPR, praticam também a mesma sistemática dos colegas que não tem atuação em 100% na instituição. Embora, alguns estejam fora do mercado como profissionais da área da contabilidade, esses buscam informações e atualizações em cursos, palestras, congressos e leituras para poderem trabalhar com algumas situações práticas e que tragam o discente à realidade do Estado e do País.

As disciplinas apresentadas pelos entrevistados, são diversas. Mas em sua maioria todos já ministraram uma disciplina que é fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, a disciplina de Contabilidade de Custos que tem como foco principal a necessidade do controle dos custos em empresas industriais, ou melhor, aquelas que desenvolvem o processo de industrialização em qualquer país. Essa disciplina tem como introdução a Revolução Industrial a partir do século XVIII no mundo e como repercutiu isso no Brasil.

Quando entrevistados, todos questionaram e elogiaram muito a iniciativa de se estudar o curso de Ciências Contábeis sob o foco da industrialização no Paraná, principalmente porque todos trabalhavam e trabalham na área e vêem a importância dos discentes enxergarem a influência de todo desenvolvimento industrial e seu reflexo na economia do Paraná e principalmente do Brasil.

Alguns entrevistados mencionaram que todo o processo de industrialização no Paraná, bem como sua adequação às disciplinas são utilizadas

nas instituições pesquisadas, de forma direta e indiretamente. Quando mencionado indiretamente, afirmaram que aplicam muitos “casos” como foco nas organizações que atuam ou mesmo relacionando o que está acontecendo no mercado. Quando questionados em qual a necessidade de trabalhar com o discente do curso de ciências contábeis, sob o foco da industrialização, as respostas em geral tomaram a mesma linha. Um dos entrevistados apresentou a seguinte informação, “o aluno de ciências contábeis precisa conhecer a industrialização como fonte de gerenciamento já que a formação do custo do produto está diretamente relacionada à estrutura industrial da organização”, “A necessidade se justifica para formar o discente na academia mais próxima da realidade, para que este discente possa ser absorvido por essas empresas”. Analisando as respostas dos entrevistados e o seu posicionamento quando questionados em entrevista pessoal, percebe-se que todos conseguem ver a influência desse desenvolvimento econômico no estado. Alguns citaram exemplos que vivenciaram quando eram estudantes. É o caso de uma professora da UFPR que comentou o seguinte: “No meu tempo de estudante eu tinha muita curiosidade para ver como aqueles números levantados em relatórios, eram identificados dentro de uma indústria”. Naquele momento a questionamos: nessa época a professora trabalhava em que área? “Pois é, na década de 80 trabalhava como auxiliar de escritório, em uma empresa de cobrança. Após eu estar formada, isso por volta dos anos 84 consegui mudar de empresa, e fui trabalhar em uma empresa no ramo de industrialização de soja, era uma empresa multinacional que se situava na região de Araucária/Pr, e lá eu consegui identificar a verdadeira ligação do curso com a indústria”.

Aproveitando essa mesma entrevistada, questionamos como ela via a influência das indústrias na formação discente em Ciências Contábeis, ela comentou, “Veja bem: sei que o Estado e o País não se desenvolvem somente dessa área, remetendo-se a indústria, mas tenho vivenciado em sala de aula, que a maioria dos nossos alunos do curso tem buscado a ciência contábil, justamente pela forte demanda das indústrias em profissionais dessa área. Alguns até trabalham em instituições financeiras, serviços, comércio, mas na sua maioria, preferem ou atuam em empresas diretamente ligadas à indústria”. A professora consegue dizer por que dessa vontade em atuar na área das indústrias? “Olha, muitos alunos colocam que na indústria muitas vezes aprende-se todo ciclo de qualquer organização, tem-se a

visão de serviços, de comércio e de industrialização. Isso faz com que o profissional tenha uma visão macro de todo um sistema”, (palavras da entrevistada).

Quando questionado como as IES viram as mudanças no desenvolvimento do Estado do Paraná, alguns respondentes afirmaram que as instituições fizeram a própria adequação dos programas de aprendizagem às realidades atuais, outros, informaram que as IES tiveram essa mudança como uma parceria na formação de conhecimentos específicos e na busca de soluções. Quando em entrevista com um dos professores pesquisados, novamente, fizemos a mesma questão relacionada à sua resposta quanto à parceria na formação de conhecimentos específicos e na busca de soluções, ele comentou: “que a idéia é que mais do que teoria, os nossos alunos buscam soluções para o seu dia-a-dia, aquilo que ele vivencia no mercado de trabalho”, (palavras do professor entrevistado). O professor entrevistado ainda relembra, “outro dia, em sala de aula: o aluno me questionou, professor será que essa queda do dólar no Brasil, faz com que os produtos importados sejam uma boa estratégia para substituição de matéria prima em um processo de industrialização? Ele não quis somente que eu desse a resposta, que sim ou não. Ele queria que eu mencionasse todos os riscos de produzir com matéria prima importada ou não”. Conversando com o aluno o professor mencionou, “questionei-o sobre a sua atuação de mercado, e ele disse que na sua organização estava-se utilizando uma estratégia de mudanças de matéria prima, justamente para diminuir os custos dos seus produtos junto ao mercado. Por isso, percebo que quando o aluno vem para a sala de aula, ele espera da instituição além de teoria, prática a vivência profissional do professor” (palavras do entrevistado).

Em relação às questões relacionadas aos conteúdos programáticos, à sua seqüência lógica e ao perfil dos discentes, houve algumas divergências entre as respostas apresentadas pelos entrevistados. Nas respostas aos questionários e entrevistas aplicadas aos docentes da UFPR, os respondentes informaram que com relação aos conteúdos existe uma seqüência lógica e que os temas pertinentes ao desenvolvimento econômico e ao processo de industrialização são vistos a partir do terceiro ano de faculdade. Na PUCPR este processo também é aplicado de forma lógica e seqüencial, e que o tema focado no desenvolvimento econômico, se dá a partir do terceiro período, equivalente ao segundo ano, e o processo de industrialização se dá a partir do quinto período, ou seja, depois de dois anos de

faculdade. Conversando com um dos entrevistados, o professor de uma dessas instituições onde leciona a disciplina de Contabilidade de Custos, percebe que no momento de sua atuação nessa disciplina, “o aluno já está amadurecido com relação à área, pois já viu anteriormente todos os programas de aprendizagem que formam um alicerce do conhecimento da área”, (palavras do professor entrevistado). Em nossa vivência, percebo que o aluno não tem condições de trabalhar com o programa de custos, sem ter visto, a contabilidade básica, introdutória e intermediária.

Hoje, com relação ao perfil do discente em Ciências Contábeis, das duas instituições pesquisadas, percebe-se que é um aluno que trabalha durante o dia todo, e cursa faculdade no período da noite, exceto, alguns alunos que fazem o curso pela manhã na UFPR e que estagiam em organizações somente meio expediente, à tarde. Poucos são os alunos que não executam estágios ou tem algum vínculo empregatício. Os entrevistados percebem que a maioria dos discentes tem prospecção em crescimento profissional cursando Ciências Contábeis. Percebem em sala de aula que a maioria tem como exemplo, bons profissionais no mercado, inclusive aqueles que trabalham como proprietários de escritórios de contabilidade e também aqueles que atuam como auditores.

Os entrevistados identificam como perfil do antigo profissional o “guarda livros” e que este tinha como principal objetivo atender aos aspectos legais, ou seja, arrecadando tributos para os governos, ou somente atendendo as apresentações de balanços para instituições financeiras.

Em relação ao novo profissional todos os entrevistados identificaram como ponto positivo a quebra de paradigmas, o senso crítico que este profissional vem apresentado, seja ele, com relação às demonstrações financeiras das organizações, seja pela participação atuante em discussão de regulamentações da formalização das demonstrações financeiras no mundo.

Quando questionados em relação à pergunta “como você percebe a distribuição das disciplinas nos cursos de ciências contábeis, desde o início de sua atuação como docente até os dias de hoje?”. Os respondentes mencionaram: “percebe-se um considerável esforço constante para atender às demandas do mundo corporativo”, “amplitude”, “houve uma evolução significativa, na teoria, mas ainda não consegui comprovar isto na prática porque mesmo os alunos que foram considerados os melhores de suas turmas, têm grande dificuldade em desenvolver

raciocínio lógico e viver a contabilidade como um instrumento de gerenciamento e não como uma obrigação”. Principalmente, a professora que deu essa resposta com relação ao que ela vê em sala de aula e percebe no mercado, fizemos a entrevista pessoal, e pedimos que ela fosse mais clara em sua resposta. Gentilmente, ela traçou exemplos que percebe no mercado. Mencionou que trabalha na área de Auditoria, e quando visitando um cliente identificou que o contador responsável pelo seu cliente era um ex-aluno. “Ficou perplexa quanto à atuação desse profissional, visto que ele foi considerado um aluno exemplar em sala de aula, o que não estava acontecendo no mercado”, (palavras da professora entrevistada).

Em síntese, os entrevistados percebem que o desenvolvimento econômico e o processo de industrialização do Paraná, têm influência direta no curso de Ciências Contábeis e que isto influencia diretamente na formação dos discentes que exercerão a profissão de Contador, principalmente por essas instituições terem no seu quadro de docentes, profissionais que atuam nas indústrias, comércios e serviços no Estado. E, estes vêm a todo instante o desenvolvimento econômico e industrial do estado, e precisam estar preparados para poderem demonstrar em sala de aula, exemplos vivenciados no seu dia-a-dia. O aluno deve ter sempre a visão macro de todos os segmentos, principalmente daquele que faz com que sua região tenha sucesso, seja aquele profissional que foi qualificado por uma instituição pública ou privado, sejam por especialistas, mestres, doutores ou PHD. O importante é que todos tenham acesso à educação, uma formação profissional, segundo as palavras de um dos entrevistados.

Finalmente, para melhor compreensão o quadro abaixo, auxilia a perceber o forte crescimento de número de contadores que buscaram a sua habilitação nos anos de 1990 a 2000.

Tabela 19 – Número de Ingresso de Contadores no CRCPR

<b>Período</b>	<b>Número de ingresso</b>	<b>% no Período Pesquisado</b>
<b>1990</b>	335	8,7%
<b>1991</b>	240	6,3%
<b>1992</b>	158	4,1%
<b>1993</b>	197	5,1%
<b>1994</b>	214	5,6%
<b>1995</b>	240	6,3%
<b>1996</b>	287	7,5%
<b>1997</b>	342	8,9%
<b>1998</b>	313	8,2%
<b>1999</b>	800	20,9%
<b>2000</b>	703	18,4%
<b>Total</b>	<b>3.829</b>	<b>100%</b>

Fonte: Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná

As disparidades em números principalmente, nos anos de 1999 e 2000, têm como justificativa a notícia veiculada nos meios contábeis, de que todos os bacharéis deveriam passar por um “exame de suficiência” e que somente após a aprovação poderiam ter suas habilitações expedidas para atuarem no mercado de trabalho, o que ocorreu no período de 2001 até o ano de 2004, sendo suspenso a partir de 2005 no Estado do Paraná.



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de uma discente no curso de Ciências Contábeis é fundamental para aqueles que buscam a visão de um negócio, seja economicamente, socialmente, ou mesmo, com foco na industrialização. Essa formação só é possível se todos estiverem envolvidos, principalmente, o corpo docente das instituições de ensino sejam essas públicas ou privadas. O ponto de partida do projeto de pesquisa da dissertação foi justamente esse: Estudar o curso de ciências contábeis e a formação de seus professores sob a influência do processo de industrialização no Paraná, no período de 1957/2007. Alguns questionaram porque estudar esse período? As respostas há muitas dúvidas se iniciaram no ano de 1989, quando comecei o curso de Ciências Contábeis em uma instituição franciscana, e percebi naquela época como o país estava mudando constantemente, altas taxas de inflação, abertura de mercado em exportação e importação, troca de governos, impeachment, entre outros aspectos que influenciaram o desenvolvimento do Paraná.

Novos governos vieram e muitas mudanças em todos os estados. Com a eleição para presidentes em 1995, entra o governo Fernando Henrique Cardoso, e várias modificações foram sendo realizadas; o crescimento econômico e a aprovação de leis, dentre elas a própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96, onde dava novos rumos às instituições de ensino.

Quando decidimos cursar o mestrado em educação, alguns questionaram; Por que um contador com especialização em área de contabilidade quer ser mestre em educação? Alguns objetivos nos conduziram a esse programa de Mestrado. Tivemos como objetivo ao fazer essa dissertação especificamente, estudar a influência do desenvolvimento econômico do Estado do Paraná e seus reflexos no curso de ciências contábeis em algumas instituições de ensino; estudar a trajetória histórico-acadêmica do curso de ciências contábeis na educação superior, na UFPR e PUCPR; e por fim, identificar junto às Universidades, quais foram as determinações e as ações para qualificação dos docentes do curso de Ciências Contábeis.

Justifica-se o período de 1957 e 2007, em função da criação do curso de Ciências Contábeis nestes períodos. Primeiramente em 1957 na

Universidade Federal do Paraná, e na seqüência em 1992, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Ao promover o início dessa dissertação, identificou-se que não poderíamos começar a falar do curso de Ciências Contábeis, sem ao menos conhecermos um pouco mais de sua evolução histórica. Para Hoss; Casagrande; Vesco; Metzner (2008, p. 3), “assim como a contabilidade, outros tipos de conhecimento humano foram gerados e transferidos de geração em geração”, então o quanto é importante conhecermos um pouco das raízes e origens.

Todo o processo da evolução histórica da contabilidade associou-se ao desenvolvimento do país, inclusive mesmo antes de termos efetivamente controles eficazes. Quando na descoberta do país, mesmo indiretamente já se utilizava à aplicação da contabilidade para envio de nossas riquezas a Portugal. No estado do Rio de Janeiro, necessitaram de profissionais com melhor qualificação técnica principalmente no comércio para que pudessem operar com os dados contábeis. Passaram-se alguns anos, no início do século XX surge à primeira instituição de ensino superior a criar o curso de ciências contábeis no estado de São Paulo, que bem mais tarde precisamente no ano de 1957, repercutiu na implantação da Universidade Federal do Paraná ao criar o curso de Ciências Contábeis.

Esse fato é que levou-nos a pesquisar como a instituição, ainda naquela época, percebia a necessidade de ter o curso de Ciências Contábeis, como eram a formação dos professores e quais as estratégias para preparar os profissionais dessa área.

Na pesquisa conseguiu-se identificar que ainda na década de 50 o estudo de Ciências Contábeis, baseava-se em atendimentos ao comércio e principalmente aos órgãos públicos, e preparava o cidadão inclusive para poder atender ao Estado. Pois, apesar de não ter necessidade de especialistas, o governo apresentava naquele período, possibilidades de uma nova titulação a curto prazo. Através da Lei 7988 de 22 de setembro de 1945, onde se dava o direito aqueles que conseguiram a titulação de bacharéis em Ciências Contábeis, em até dois anos após a sua titulação, se estes defendessem tese original, teriam a nova titulação de Doutor em Ciências Contábeis e Atuariais.

Pode-se identificar que o interesse nesse período era meramente político, pois a preparação desses profissionais fazia com que o Estado não

necessitasse de profissionais de outras regiões. A idéia principal do Estado era formar mão de obra, e não massa crítica.

No decorrer dos anos 60, 70, 80 e 90, houve criações de outras instituições de ensino superior, entre elas universidades e faculdades. Durante estas décadas, as necessidades governamentais e também o crescimento da economia paranaense, criaram a necessidade do curso de Ciências Contábeis também em outra instituição universitária, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, onde se resolve em 1991, que se criaria em São José dos Pinhais, neste Estado.

O principal motivo em criar-se o curso em São José dos Pinhais era porque em Curitiba já existia uma outra instituição também católica que já oferecia o curso. Isto posto, estes não fariam concorrência entre a Faculdade de Administração e Economia que é Franciscana.

Um outro motivo e o mais relevante é que o Estado do Paraná já estava sendo sondado principalmente pelas empresas multinacionais no ramo de indústria automobilística para criar unidades na região metropolitana de Curitiba, mais precisamente na cidade de São José dos Pinhais.

Com essa oportunidade criada no município, tiveram em reunião os governantes de São José dos Pinhais e os responsáveis pelo campus da PUC naquela cidade, e definiram que criariam, em função das necessidades da população, o curso de Ciências Contábeis, sendo que a aprovação seria para o vestibular já no ano de 1992, o que ocorreu.

Posto os dois pontos em estudo, ou seja: a Universidade Federal do Paraná (1957) e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1992), percebem-se que o País e principalmente o Estado do Paraná tinham um crescimento acentuado em relação ao ingresso das indústrias.

Nesse novo cenário, o Estado precisava urgentemente qualificar a mão de obra para atendimento a essas novas empresas que teriam como iniciativa o crescimento econômico do Município, Estado e País. Neste contexto, buscou-se criar os cursos de Ciências Contábeis nas duas instituições pesquisadas.

Quando na pesquisa formulada aos docentes questionou-se sobre a necessidade de trabalhar com o discente do curso de ciências contábeis, sob o foco da industrialização, todos os entrevistados mencionaram que além de criar um censo crítico e habilidades no desenvolvimento de sistemas de controles e planejamento da produção, dos sistemas de custos e da formação de preços. Se levamos em

consideração que o que alimenta toda uma cadeia da economia do país é a mão de obra (serviços), produção e alimentação, pode-se observar que a necessidade de preparar o curso sob o foco de industrialização deixa de ser uma informação básica para ser primordial. No entanto o que se pode observar que as grades curriculares de ambas as instituições pesquisadas sofreram alterações para esse perfil.

As grades curriculares das IES pesquisadas sofreram modificação justamente para adequação das necessidades do mercado.

Então se pode afirmar que, estrategicamente as instituições preparam hoje em dia o profissional com característica específica para o atendimento de mercado e não mais para atender as exigências do Estado, somente.

Em relação aos professores pesquisados, cabe mencionar que todos responderam as questões formuladas, e que todos participaram das entrevistas “in loco” mesmo que tenha sido por pouco tempo. Informações importantes conseguimos com as respostas dos pesquisados.

Pode-se observar que todos têm a percepção de que é necessário o enquadramento dos cursos de Ciências Contábeis com foco na industrialização, especificamente no Paraná. Mencionou-se que pouco se sabe e trabalha-se a respeito da história da contabilidade, principalmente quando se fala em Estado. E que neste sentido deve-se observar que é fundamental o aluno ter essa percepção de desenvolvimento econômico e processo de industrialização em seu estado.

Com relação à qualificação do corpo docente pesquisado, observou-se que aqueles que estão em busca de mestrados e doutorados, os mesmos querem trabalhar em uma linha de pesquisa diferente de suas especializações. Alguns colocam como se fosse uma quebra de paradigmas, pois o contador também pode ser um mestre: educação, engenharia de produção, administração e outras áreas. Todos colocam que devemos procurar sempre o conhecimento além da área contábil.

Assim, cabem às instituições incentivarem os seus docentes a procurarem novos estudos, pesquisas e identificações, pois se percebe que todos os entrevistados estão com carga horária extremamente elevada, outros com o seu tempo integral com atividades internas nas instituições e sem tempo para dedicar-se a estudos e mesmo pesquisas.

Os docentes têm preocupação em buscar novos estudos, reciclar-se e atualizar-se. Todos os entrevistados demonstraram que sabem o quanto é importante à atualização, mas muitos demonstraram que falta-lhes o incentivo para tal. O mercado de trabalho está cada vez mais necessitado de profissionais (docentes) bem qualificados e que saibam trabalhar 'ser diferentes' em sala de aula, principalmente, no que tange em não ser somente reprodutor de informações e sim capacitar alunos, a tornarem-se mais críticos das próprias relações sociais nas quais vivem.

Diante da importância desse tema, possibilitam-se novas pesquisas voltadas ao processo de industrialização no Paraná, focando o curso de Ciências Contábeis. As IES pesquisadas podem considerar como um primeiro passo, o levantamento de dados trazidos por esta dissertação. Deixando aqui de forma clara, que certamente poderão surgir outras pesquisas direcionadas ao curso de Ciências Contábeis e ao seu quadro de professores. No que tange à industrialização, pode-se considerar que é um processo bastante interessante para novas linhas de pesquisa, inclusive, como estão os contadores formados por essas instituições pesquisadas dentro das empresas industriais. Poderia ser um grande gancho entre, o que as instituições solicitam através dos seus programas de aprendizagem aplicados aos discentes e como os professores deveriam ou estão trabalhando sob esse contexto em sala de aula.

## REFERÊNCIAS

ARAND, I. et. al. **Industrialização paranaense: principais instrumentos estaduais e municipais de fomentos**, a partir da década de 1960. Curitiba, 1983. Faculdade Católica de Administração e Economia.

AZEVEDO, F. de. **A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 6ª ed. Brasília: Unb, 1996.

BIELINSKI, A. C. **Educação profissional no século XIX. Curso Comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso**. Disponível em <<http://www.senac.br/informativo/BTS/263/boltec263e.htm>>. Acesso em: 29 de abril de 2007

BRASIL. **Decreto nº. 121, de 31.01.1842**. Regula o provimento das cadeiras da aula do commercio. Coleção de Leis do Império do Brasil.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº. 53, de 18.11.1966**. Dispõe da implantação do conselho federal de Educação.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº. 252, de 28.02.1967**. Dispõe do novo ante projeto do conselho federal de Educação.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 456, de 6.07.1846**. Manda executar o regulamento da aula do commercio da Cidade do Rio de Janeiro. Coleção de Leis do Império do Brasil.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 769, de 9.08.1854**. Autoriza o governo para reformar a aula do commercio desta Corte, e a elevar até a quantia de vinte mil réis a contribuição dos alunos. Coleção de Leis do Império do Brasil.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 1.339, de 9.01.1905**. Declara instituições de utilidade pública a Academia de Commercio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ella conferidos, como de character official; e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº. 1.535, de 23.08.1939**. Altera a denominação do Curso de Perito-Contador e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 1.763, de 14.05.1856**. Dá novos estatutos à aula do commercio da Côrte. Coleção de Leis do Império do Brasil.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 2.741, de 9.02.1861.** Dá nova organização ao Instituto Commercial do Rio de Janeiro. Coleção de Leis do Império do Brasil.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 3.058, de 11.03.1863.** Dá novos estatutos ao Instituto Commercial do Rio de Janeiro. Coleção de Leis do Império do Brasil.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 3.860, de 9.07.2001.** Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação dos cursos e instituições, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº. 6.141, de 28.12.1943.** Lei Orgânica do Ensino Comercial.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 7.538, de 15.11.1879.** Extingue as cadeiras de francez, inglez, allemão, calligraphia e mathematicas e os logares de Director, Secretario e Porteiro do Instituto Commercial. Coleção de Leis do Império do Brasil.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 7.679, de 28.02.1880.** Altera os estatutos do Instituto Commercial do Rio de Janeiro, que baixaram com o Decreto no. 3058, de 11.03.1863. Coleção de Leis do Império do Brasil.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº. 7.988, de 22.09.1945.** Dispões sobre o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 8.191, de 20.12.1945.** Dispõe do reconhecimento de novas categorias para a profissão de contador.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº. 9.295/46.** Dispõe da regulamentação da profissão do contador.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº. 9.394/96.** Dispõe das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 14.373, de 28.12.1943.** Regulamento da Estrutura dos Cursos de Formação do Ensino Comercial.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 17.329, de 28.05.1926.** Approva, o regulamento para os estabelecimentos de ensino technico commercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 20.158, de 30.06.1931.** Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 26.775, de 13.06.1949.** Dispõe do reconhecimento do curso pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 66.614, de 21.05.1970.** Dispõe da reestruturação dos departamentos na Universidade Federal do Paraná.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 72.782, de 12.09.1973.** Dispõe da criação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 1.401, de 31.07.1951.** Inclui, no curso de Ciências Econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de Ciências Contábeis e Atuariais.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 9.394, de 20.12.1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BROWNE, G. P. PIAZZA, W. F. **A documentação em oral.** Florianópolis: UFSC. 1970.

CHIROTTO, A. R.; PELEIAS, I. R.; SEGRETTI, J. B.; SILVA, G. P. **Evolução do ensino da contabilidade no Brasil:** Uma análise histórica. São Paulo: USP, 2007.

CRUZ, Marta Vieira. **Brasil Nacional-Desenvolvimentista (1946-1964).** Disponível em [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos\\_frames/artigo\\_083.html](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_083.html). Acesso em: 10 de Julho de 2008.

GUIMARÃES, J. F. C. **Historia da Contabilidade.** Minho, Portugal: Instituto de Pesquisa Augusto Tomelin, 1998.

GUSDORF, G. **Da história das ciências à história do pensamento.** Lisboa: Pensamento, 1988.

FAUSTO, B. **História geral da civilização Brasileira:** o Brasil republicano. São Paulo: Difel, 1984.

FERREIRA, J. C. V. **O Paraná e seus Municípios.** Maringá: Memória Brasileira, 1996.



FRANCO, H. **50 anos de Contabilidade**. São Paulo: Ed. Atlas, 1983.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 25ª. ed. São Paulo: Nacional, 1995.

GARCIA, Walter E. (Org.) **Educação Brasileira Contemporânea: Organização e Funcionamento**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional do material Escolar, 1978.

GUARAGNI, M. V. **O Estado como Indutor do Desenvolvimento Industrial: Um estudo do Caso Paranaense**. Curitiba: Dissertação de Mestrado da UNIFAE – Centro Universitário Franciscano do Paraná, 2006.

HERMANN JÚNIOR, Frederico (**entrevista**). Revista Paulista de Contabilidade 234, dezembro 1943, p. 15-16.

HOERNER JÚNIOR, Valério. **Campus São Jose dos Pinhais: Uma história de 75 anos**. Curitiba: Champagnat, 2006.

\_\_\_\_\_. **História da Pontifícia Universidade Católica do Paraná**. Curitiba: Champagnat, 1993.

HOSS, Osni; CASAGRANDE, Luiz F.; VESCO, Delci G.; METZNER, Cláudio M. **Contabilidade: Ensino e Decisão**. São Paulo, 2008.

IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores. **Princípios Contábeis**. São Paulo: Atlas, 1992.

IPARDES – Fundação Edison Vieira. **O Paraná: economia e sociedade**. Curitiba: IPARDES, 1981.

IPARDES. **Diagnóstico da base produtiva**. Curitiba, 1991, p. 54-55

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1995.

\_\_\_\_\_. **Teoria da Contabilidade**. 8ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LEITE, C. E. B. **A evolução das ciências contábeis no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 4ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

LOURENÇO, G. M. **A inserção do Paraná na reorganização inter-regional da economia Brasileira nos anos 90**. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de. **Da construção ao desmanche**: análise do projeto de desenvolvimento paranaense. Curitiba: IPARDES, 2006.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1937.

MARTINS, E.; SILVA, A. F.; RICARDINO FILHO, A. A.. **Escola Politécnica: possivelmente o primeiro curso formal de Contabilidade do Estado de São Paulo**. Revista Contabilidade e Finanças – USP, São Paulo, n. 42, p.113-122, set./dez. 2006.

MIGUEL, M. E. B. **A Formação do Professor e a Organização Social do Trabalho**. Curitiba: Ed. Da UFPR, 1997.

\_\_\_\_\_. **A pesquisa com fontes documentais em História da Educação: uma possibilidade de interpretação**. In: ANAIS DP VI SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E PESQUISA NO BRASIL – HISTEDBR. Sergipe: Universidade Federal do Sergipe, 2003 – 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. **Tendências Pedagógicas na Educação brasileira: Permanências e mudanças**. Curitiba: PUC Pr, 2004.

Ministério da Educação. **Lei nº. 4.024, de 20.12.1961**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.406/02**. Estabelece o Novo Código Civil.

\_\_\_\_\_. **Lei 5.540**. Estabelece a Reforma Universitária

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei 7.988/45**. Estabelece o curso de Ciências Contábeis e Atuariais.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CES nº. 289/2003.**

\_\_\_\_\_. **Parecer SESU nº. 776, de 3.12.1997.** Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.

\_\_\_\_\_. **Resolução CFE nº. 3, de 3.10.1992.** Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação em Ciências Contábeis.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CES nº. 10/2004.**

MOROSINI, Marília (Org). **A Universidade no Brasil: Concepções e Modelos.** São Paulo: Inep, 2006.

NAGATSUKA, D. A. S. **Manual de contabilidade introdutória.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

OLIVEIRA, A. B. S. **Métodos e Técnicas de Pesquisas em Contabilidade.** São Paulo: Saraiva 2003.

OLIVEIRA, R. **Empresariado Industrial e a educação brasileira: qualificar para competir?** São Paulo: Cortez, 2.006.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** – 2ª ed. – Curitiba: IPARDES, 2006.

\_\_\_\_\_. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** Curitiba: HUCITEC, 1981.

PARANÁ. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa.** 1963.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa.** 1965.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa.** 1968.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa.** 1989.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa.** 1990.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Governador à Assembléia Legislativa.** 1991.

PARMA, H. **Delineamentos Histórico-Contábeis.** In: Revista do Conselho Regional do Rio Grande do Sul, 1982.

PEREIRA, E; KOBAYASHI, A. **Fundamentos da Contabilidade.** São Paulo: Pearson, 2005.

PRADO Jr., C. **História Econômica do Brasil.** 43ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade Geral Fácil.** 3º ed. São Paulo: Saraiva, 2.002.

SÁ, A. L. de. **História geral e das doutrinas da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1997.

\_\_\_\_\_. **Teoria da Contabilidade.** 3ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SAES, F. A. M.; CYTRYNOWICZ, R.. **O ensino comercial na origem dos cursos superiores de economia, contabilidade e administração.** São Paulo, Revista Álvares Penteado, v. 3, n. 6, p. 37-59, junho/2001.

SCHMIDT, P. **História do pensamento contábil.** Porto Alegre: Bookman, 2000.

SILVA, Laércio Baptista da. **A Contabilidade no Brasil – aspectos do desenvolvimento por influência da legislação e do contabilista.** São Paulo: Dissertação de Mestrado – FEA-USP, 1980.

SIQUEIRA, M. D. **Setor de Ciências Sociais Aplicadas: 60 anos de história.** Curitiba: SCSA – UFPR, 2006.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A Economia paranaense 1985-1998.** Tese de Doutorado apresentado ao Instituto de Economia da Unicamp para o título de Doutor. Campinas, 2001.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.** Catálogo da UFPR: 1977. Curitiba, 1977.

VASCONCELOS, J. R. CASTRO, D. **Paraná: Economia, finanças públicas e investimentos nos anos 90.** Brasília: IPEA, 1999.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. **Universidade do Mate: História da UFPR.** Curitiba: APUFPR, 1983.

WESTPHALEN, C. M. A. **A Universidade Federal do Paraná: 75 anos.** Curitiba: SBPH, 1987.

\_\_\_\_\_. **História do Paraná.** Curitiba: Grafipar, 1969.

## OBRAS CONSULTADAS

APPOLINÁRIO, F.. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2004.

AUGUSTO, M. H. **O Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista: estudo sobre a CODEPAR**. São Paulo, Símbolo, 1978.

BAQUERO, Rute Vivian A . **Educação e técnica: possibilidades e impasses**. Porto Alegre: Kuarup, 1989.

BACCI, J.. **Estudo exploratório sobre o desenvolvimento contábil brasileiro: uma contribuição ao registro de sua evolução histórica**. 2002. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica). Centro Universitário Álvares Penteado, São Paulo, SP.

BEDONE, Dalva. **Manual Didático Pedagógico**. Campinas: PUCCAMPINAS, 1987

BRASIL. **Decreto s/nº de 2.08.1831**. Estabelece uma aula de commercio na cidade do Maranhão. Coleção de Leis do Império do Brasil.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Resolução nº 3 de outubro de 1992**. Fixa os mínimos de conteúdos e duração do curso de graduação em Ciências Contábeis. Diário Oficial da União. Brasília, 1992

**Caderno de Estudos FIPECAFI**. USP. V. 9, Julho/Dezembro, 1997.

CALDEIRA, J.. **Mauá: empresário do império**. São Paulo: Cia. das Letras: 1995.

CALIXTO, Cyntia Cristina Zaruch. **Universidade, ensino médio e fundamental no mundo industrial moderno**. Curitiba, 1998. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

CAMARGO, S. R. **Desenvolvimento profissional do professor: um estudo diagnosticado das necessidades de formação dos professores do curso de ciências contábeis da UEPG**. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CANO, W. **Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970-95**. In: Economia e sociedade. Campinas, n. 8, 1998, p. 101-142.

CARVALHO, Olgamir Francisco de Carvalho. **A Escola como mercado de trabalho: Os bastidores da divisão do trabalho no âmbito escolar**. São Paulo: Iglu Editora, 1989.

CHARTIER, R. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

CNI. **Educação básica e formação profissional: uma visão dos empresários**. Rio de Janeiro: SENAI/DN, 1993.

**COLETÂNEA DA LEGISLAÇÃO DA PROFISSÃO CONTÁBIL**: Edição comemorativa aos 50 anos do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná e do Conselho Federal de Contabilidade. – Curitiba: Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, 1997.

Conselho Federal de Educação. **Parecer no. 977, de 3.12.1965**. Definição dos Cursos de Pós-Graduação. Documenta, n. 44, p. 67-86

CORRÊA. C. H. P. **História Oral: Teoria e Técnica**. Florianópolis: UFSC, 1978

COSENZA, J. P.. **A escrituração contábil através dos tempos: uma revisão histórica da contabilidade contemporânea com base na literatura contábil**. Dissertação. 1999. (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

CUNHA, M. A. **Abertura indiscriminada de cursos superiores de administração: um aspecto da história da educação recente**. Curitiba, 2005. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

CUNHA, L. A. **A Universidade Reformada**. 2ª ed. Rio de Janeiro: 1988.

\_\_\_\_\_. **A Universidade Temporã**. 2ª ed. Rio de Janeiro: 1986.

COLIATH, G. C.. **Uma contribuição para o ensino de História do Pensamento Contábil nos cursos de graduação em Ciências Contábeis no Brasil**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.

**Decreto no. 4724A, de 23.08.1923**. Equipara os diplomas da Academia de Ciências Commercias de Alagôas e de outras instituições, aos da Academia Commercial do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DEWEY, J.; RANGEL, G. e TEIXEIRA A. **Democracia e educação; Introdução a filosofia da educação**. 3 ed. São Paulo: 1959.

DINIZ, C. C. **Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização**. In: Nova Economia. Belo Horizonte, v. 3, n.1, set. p. 35-64, 1993.

FAVARIN, Antonio Marcos. **Didática Aplicada ao Ensino de Contabilidade em nível de 3o grau** – São Paulo: Dissertação de Mestrado Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994.

FARIA FILHO, L. M. de. (organizador) **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

\_\_\_\_\_. (organizador) **Pesquisa em História da Educação: perspectivas de análise, objetos e fontes**. Belo Horizonte: Edições H. G. 1999.

FIESP. **Livre para crescer: proposta para um Brasil moderno**. 5. ed. São Paulo: Cultura, 1995.

GARRIDO, S. L.; CUNHA, M. I.; MARTINI, J. G. (Org). **Os rumos da educação superior**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2002.

GUIMARÃES NETO, L. **Desigualdades regionais e federalismo**. São Paulo. In: Desigualdades regionais e desenvolvimento. (org.) AFFONSO, R. B. A. e SILVA, P. L. B. São Paulo: FUNDAP, 1995.

HENDRIKSEN, E. S. **Teoria da Contabilidade** / Eldon S. Hendriksen, Michael F. Van Breda; tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. – São Paulo: Atlas, 1999.



IUDÍCIBUS, S.; Ricardino Filho, A. A.. **A primeira lei das sociedades anônimas no Brasil**. Revista Contabilidade e Finanças – USP, São Paulo, n. 29, p.7-25, maio/ago. 2002.

JULIATTO, C. I. **A Universidade em Busca da Excelência: Um Estudo sobre a qualidade da Educação**. Curitiba: Champagnat, 2005

LAROSA, M. A. e AYRES, F. A. . **Como produzir uma Monografia**. Rio de Janeiro: Ed. Wak, 2005.

LAWRENCE, C.. **Brazil – education and accountants**. The Accounting Review, jul. 1962, vol. 37, issue 3, p.510-514.

LEÃO, I. Z. C.C. **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba, IPARDES-CONCITEC, 1989.

LEGRAND. **A utopia do Brasil**. Belo Horizonte: Soler Editora, 2004.

LEITE, M. P. **A qualificação reestruturada e os desafios da formação profissional**. Novos estudos CEBRAP. São Paulo, n. 45, jul. 1996.

\_\_\_\_\_. **Modernização tecnológica e reações de trabalho**. In: FERRETTI, Celso J. et al. (orgs.) *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.

LINHARES, T. **Paraná vivo: um retrato sem retoques**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

LOMBARDI, J. C. e NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004.

LUDKE, M. e ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1996.

LUFT, C. P. **Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1991.

LUNA, S. V.. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2002.

RICARDINO FILHO, A. A.. **Auditoria: Ensino acadêmico x treinamento profissional**. Tese. 2002, (Doutorado em Controladoria e Contabilidade).

RODRIGUES, A. A.. **Pesquisa sobre a evolução do ensino comercial, contábil, atuarial, administrativo e econômico no Século XIX**. Revista Paulista de Contabilidade, n. 467, p. 50-54, 1984.

MAGALHÃES, F.B.B. **O novo perfil econômico do Paraná. Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v.21; n. 3, p.31-52, novembro, 1993.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. – 4º ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARTINS, W. **A Invenção do Paraná**: estudo sobre a presidência Zacarias de Góes e Vasconcellos. Curitiba: Imprensa Oficial, 1999.

MEINERS, W. **Implantação da indústria automobilística e os novos contornos da região de Curitiba**. Curitiba, 1999. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná.

MELIS, F. **Storia della ragioneria – contributo alla conoscenza e interpretazione delle fonti più significative della storia economica**. Itália: Bologna - Dott. Cesare Zuffi – Editore, 1950.

MENDONÇA, M. C. **Aula do Comércio**. Rio de Janeiro: Biblioteca Reprográfica Xerox, 1982.

Ministério da Educação. **Edital SESU no. 04, de 10.12.1997**. Convoca as instituições de ensino superior a apresentar propostas para as diretrizes curriculares dos cursos superiores.

\_\_\_\_\_. **Parecer CES/CNE no. 0146/2002**.

\_\_\_\_\_. **Parecer CFE nº. 397/62**. Divide os cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Ciências Atuariais nos ciclos básico e de formação profissional. Documenta Rio de Janeiro: Guanabara, nº. 11, janeiro-fevereiro/1963.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CES no. 0269/2004.**

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CES no. 108/2003.**

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CES no. 67/2003.**

\_\_\_\_\_. **Resolução CFE s/ nº., de 8.02.1963.** Fixa os mínimos de conteúdo e duração dos cursos de Ciências Atuariais, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Passarinho, Yesis Ilícia (org). Resoluções e Portarias do Conselho Federal de Educação -1962/1978. Brasília: DF – CFE – 1979.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE / CES no. 6/2004.**

NEVES, J. C. **Gestão do processo de formação em ciências contábeis da PUCPR.** Curitiba: 2003. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

OLIVEIRA, D. A. **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação.** Campinas, SP. UNICAMP/IE, 1998.

PACHECO, V. **A contabilidade de recursos humanos e o capital intelectual das organizações.** Curitiba: V. Pacheco, 2002.

\_\_\_\_\_. **Mensuração e divulgação do capital intelectual nas demonstrações contábeis: teoria e empíria.** Curitiba: Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, 2002.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento: SEAB/DERAL. **Produção agrícola municipal: 1980-1998.** Curitiba, 2000.

PEREIRA, L. B. **O Estado e as transformações recentes da agricultura paranaense.** Recife. Tese Doutorado, PIMES/UFPE, 1987.

QUELUZ, G. L. **Concepções de Ensino Técnico na República Velha.** Curitiba: CEFET/PR, 2000.

**Revista Brasileira de Contabilidade.** Ano XXIV, nº 92, Março/Abril, 1995.

\_\_\_\_\_. Ano XXIV, nº. 93, Maio/Junho, 1995.

\_\_\_\_\_. Ano XXV, nº. 99, Maio/Junho, 1996.

\_\_\_\_\_. Ano XXVIII, nº. 112, Julho/Agosto, 1998.

**Revista Contabilidade & Finanças.** USP. Ano XIV, nº. 33, Setembro/Dezembro, 2003.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira.** 16ª ed. São Paulo: 2000.

RISCHBIETER, C. **Incentivos à industrialização paranaense.** Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, BADEP, n. 30, p. 7-23, 1972.

ROMANOWSKI, L. R. **Uma contribuição para a melhoria do ensino de contabilidade na educação superior:** questões metodológicas. Curitiba: 2001. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

SÁ, A. L. **Filosofia da Contabilidade.** Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1953.

\_\_\_\_\_. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1998.

SALM, C. L. **Escola e Trabalho.** São Paulo: Brasiliense, 1.980.

SANTOS, J. B. **A influência do desenvolvimento econômico na instalação dos cursos de nível superior no norte novo do Paraná – Londrina e Maringá – 1960 – 1970.** Curitiba, 1999. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO PARANÁ. **Plano do governo Ney Braga.** Curitiba: Secretaria do Planejamento, 1979.

SILVA, H. et al. **Evolução Histórica da Contabilidade.** RBC Ano XX Nº 75, 1991.

SILVA, A. F. **A contabilidade brasileira no século XIX – leis, ensino e literatura.** Dissertação. 2005. (Mestrado em Ciências Contábeis e Financeiras). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.

TAVARES, M.C. **Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil.** In: Da substituição de importações ao capitalismo financeiro, Rio de Janeiro: Zahar, 1975

TEIXEIRA LOPES, E. M. et alli (org.) **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: 1976

TRALDI, Lady Lima. **Currículo.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

TRINTIN, J. G. **A economia do Paraná: 1985 a 1998.** Campinas, SP. Tese Doutorado, UNICAMP / IE, 2001.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento regional: o caso paranaense.** Anais do XXI Encontro Nacional de Economia. ANPEC. Belo Horizonte. Vol. 2, 1993.

\_\_\_\_\_. **Industrialização do norte-paranaense e a questão do bloqueio ao desenvolvimento de regiões periféricas.** Recife. Dissertação de Mestrado PIMES/UFPE, 1989.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1992.

VALENTINA, J. D. **O curso de Ciências Contábeis e as Novas Exigências de Formação para o Mundo do Trabalho: como os professores e alunos estão reagindo e/ou resistindo a essas exigências.** Campinas: 2003. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

VASCONCELOS, N. P. **Uma Contribuição para a melhoria da Qualidade do Ensino Superior da Contabilidade – Uma abordagem Sistêmica.** São Paulo: Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1995.

WACHOWICZ, R. C. **Norte Velho, Norte Pioneiro.** Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

\_\_\_\_\_. **Paraná, Sudoeste:** ocupação e colonização. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)